

Mônica Castagna Molina

A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA: A REINVENÇÃO  
DO FUTURO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de  
Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da  
Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Banca:

Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley *Maria de Nazareth Baudel Wanderley*

Profª. Drª. Sônia M. P. P. Bergamasco *Sônia M. P. P. Bergamasco*

Prof. Dr. João Luis Homem de Carvalho *João Luis H. de Carvalho*

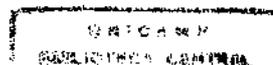
Prof. Dr. Ricardo C. Antunes

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação de Mestrado  
defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 02/12/98.

Campinas, dezembro 1998.

1904.294  
M733r

36537/BC



UNIDADE	OC
N.º CHAMADA:	
V.	Er.
TOMOS	36537
PRO.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	11/02/99
N.º CPU	

CM-00120927-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

**Molina, Mônica Castagna**

**M 733 r A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais  
Sem Terra: a reinvenção do futuro / Mônica Castagna Molina.  
--Campinas, SP: [s.n.], 1998.**

**Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Reforma agrária. 2. Trabalhadores rurais. 3. Desemprego.  
4. Assentamentos humanos. I. Wanderley, Maria de Nazareth  
Baudel- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências humanas. III. Título.**

Dedico este trabalho aos que lutam pela  
construção de um país com Justiça e Dignidade  
para todos.

Em especial, ao Movimento dos Trabalhadores  
Sem Terra.

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

A Antonio Molina Serralvo e Cleyde Castagna Molina, por todo amor e confiança que sempre me ofereceram.

A meus irmãos, pelo carinho e amizade.

A Nazareth, pelo persistente esforço em me ensinar a diferença entre a militância e a ciência.

A Márcia Molina, Ademir e Vilma Araújo, e a Iara Altafin, amigos que muito me ensinaram e que tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos queridos, Paulo e Olga, Catarina, Resek, Geraldo e Adriana, pelo apoio na digitação e tabulação dos dados.

Aos técnicas da EMATER/DF, em especial ao Toninho, Maria José, Sérgio, Lúcio e Albino, pelas entrevistas e pela total disponibilização dos dados existentes.

As trabalhadores do Assentamento Três Conquistas, e em especial, às mulheres pela força e coragem.

A Universidade de Brasília, pela rica experiência proporcionada na condução do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	<i>i</i>
Lista de Quadros.....	<i>ii</i>
Lista de Gráficos.....	<i>iii</i>
Lista de Figuras e Fotos.....	<i>iv</i>
Resumo/Abstract.....	<i>v</i>
Introdução.....	<i>vi</i>
<b>Capítulo 1. O Debate sobre a Reforma Agrária na década de noventa.....</b>	<b>01</b>
1.1. A questão agrária.....	01
1.2. A estrutura fundiária brasileira.....	04
1.3. A modernização da agricultura.....	10
1.4. O modelo de desenvolvimento.....	14
1.5. O debate sobre Reforma Agrária na década de noventa.....	22
<b>Capítulo 2. A proposta de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.....</b>	<b>36</b>
2.1. Contextualização e dimensão.....	36
2.2. Princípios e estrutura interna.....	43
2.3. A organização da produção.....	46
2.4. A educação nos assentamentos e acampamentos .....	53
<b>Capítulo 3. A avaliação dos assentamentos rurais e a questão da geração de empregos.....</b>	<b>58</b>
3.1. As avaliações dos assentamentos rurais.....	58
3.2. Os assentamentos rurais e a questão da geração de empregos.....	65
3.3. Os assentamentos e a experiência do MST.....	72
<b>Capítulo 4. Reforma Agrária e emprego: Uma pesquisa empírica no Distrito Federal.....</b>	<b>76</b>
4.1. Objetivos e metodologia.....	76
4.2. A Questão Agrária no Centro-Oeste - A situação do Distrito Federal.....	78
4.2.1. Características gerais da área do Assentamento Três Conquistas.....	85
4.2.2. Características gerais dos beneficiários do Assentamento Três Conquistas.....	89
4.2.3. A trajetória dos trabalhadores no Assentamento Três Conquistas.....	92
4.3. Trajetória ocupacional dos integrantes do Assentamento Três Conquistas e o acesso ao emprego segundo os trabalhadores entrevistados.....	95

4.4. A organização da produção.....	100
4.4.1. Os projetos principais de viabilização socioeconômica do Assentamento Três Conquistas.....	111
4.4.2. Projeto Sabor Ovo.....	113
4.4.3. Projeto Gota D'água.....	115
4.4.4. Programa de Verticalização da Pequena Produção - PROVE.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
ANEXOS.....	137

## Lista de Tabelas

Tabela 01: Estrutura Fundiária Brasileira. 1992.....	05
Tabela 02: Brasil. Evolução da Estrutura Fundiária. 1966-1992.....	08
Tabela 03: Brasil. Imóveis Rurais - Área aproveitável não explorada. 1992.....	09
Tabela 04: Proporção de pobres no meio rural, Brasil e regiões. 1990.....	17
Tabela 05: Participação do meio rural na pobreza brasileira. 1990.....	18
Tabela 06: Investimentos necessários para geração de um emprego.....	72
Tabela 07: Distrito Federal. Áreas rurais públicas arrendadas. 1995.....	82
Tabela 08: Unidade da Federação de origem do assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	92
Tabela 09: Unidade da Federação de última procedência dos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	94
Tabela 10: Profissão anterior declarada pelos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	96
Tabela 11: Percentual por faixa etária dos chefes de famílias no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.....	143
Tabela 12: Percentual por faixa etária de homens e mulheres no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.....	143
Tabela 13: Percentual do estado civil dos chefes de famílias homens e mulheres no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.....	144
Tabela 14: Características da estrutura familiar dos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	144
Tabela 15: A Região de origem dos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	144
Tabela 16: Região de última procedência dos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.....	145

## Lista de Quadros

Quadro 01: Brasil. Concentração Fundiária. Índice de Gini. INCRA e IBGE.....	07
Quadro 02: Estrutura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1996.....	46
Quadro 03: Formas de Cooperação Agrícola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1994.....	50
Quadro 04: Discriminação das Áreas do Assentamento Três Conquistas levando-se em conta o Plano de Ocupação e Utilização da Área.....	111

## Lista de Gráficos

Gráfico 01: Percentual de Homens e Mulheres Chefes de Família no Assentamento Três Conquistas – Paranoá - DF.....	89
Gráfico 02: Percentual por Faixa Etária dos Chefes de Família no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	90
Gráfico 03: Percentual por Faixa Etária dos integrantes do Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	90
Gráfico 04: Porcentagem do Estado Civil dos Chefes de Família, Homens e Mulheres no Assentamento Três Conquistas – Paranoá - DF.....	91
Gráfico 05: Características da estrutura familiar dos assentados no Três Conquistas - Paranoá - DF.....	91
Gráfico 06: Região de origem dos assentados no Três Conquistas - Paranoá - DF.....	93
Gráfico 07: Região de última procedência dos assentados no Três Conquistas - Paranoá - DF.....	94
Gráfico 08: Tempo de moradia declarado pelos assentados no Três Conquistas - Paranoá - DF.....	95

## Lista de Figuras e Fotos

Figura 01: Regiões administrativas de Brasília.....	81
Figura 02: Localização do Assentamento Três Conquistas no Distrito Federal.....	86
Figura 03: Tipos de solo do Assentamento Três Conquistas – Paranoá - DF.....	87
Foto 1. Abastecimento d’água no Assentamento, feito pelos caminhões da CAESB.....	88
Foto 2. Manilhas para construção dos poços no Assentamento.....	88
Foto 3. Galpão construído com os eucaliptos da área do Assentamento.....	101
Foto 4. Resultados do primeiro plantio coletivo.....	101
Figura 04: Área plantada com eucalipto, pinus e lavouras no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	103
Foto 5. Plantio do milho entre os tocos de eucaliptos que existiam na área.....	104
Figura 05: Distribuição dos lotes na área do Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	106
Foto 6 e 7. Situação da moradia no início do Assentamento.....	108
Foto 8 e 9. Casas construídas com os Kits da Fundação Zoobotânica e a mão de obra dos próprios assentados.....	109
Foto 10. Primeira sala de aula do Assentamento.....	110
Foto 11. Centro comunitário e as novas salas de aula com energia.....	110
Figura 06: Delimitação de áreas de preservação permanente no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	112
Foto 12. Projeto Sabor Ovo.....	114
Foto 13. Reservatório de água de cada lote para irrigação.....	116
Foto 14. Assentado explica o funcionamento do Gota D’água.....	117
Foto 15. Assentado trabalhando no 2º plantio das hortaliças irrigadas.....	117
Foto 16. Uma das sete agroindústria familiares já construídas no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	122

## RESUMO/ABSTRACT

**RESUMO** A dissertação recupera o debate sobre o papel da Reforma Agrária nos anos noventa, explorando as divergências entre a proposta que considera a redistribuição fundiária somente como política social compensatória e a concepção que considera a Reforma Agrária como política econômica e social, de caráter estratégico para a mudança do modelo de desenvolvimento agrícola implementado no país.

O trabalho aborda também a concepção de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e os resultados que ele tem obtido a partir dos assentamentos conquistados. A dissertação analisa a importância da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar como políticas públicas capazes de gerar empregos em larga escala e a custos reduzidos, no campo brasileiro.

Foi realizada uma pesquisa empírica no Assentamento Três Conquistas, no Distrito Federal, onde comprovou-se a melhoria das condições socioeconômicas e a garantia de emprego e renda, oportunizadas às famílias de trabalhadores rurais beneficiárias da Reforma Agrária.

**ABSTRACT** The dissertation recovers the discussion on the principal considerations about the land Reform rule in the 90's. The divergences between a view conceiving Land Reform only as a policy of compensatory social character, and another one where it takes a strategic economical and social character are explored. This second view should be capable to substantially contribute to change the agricultural development model in force in Brazil.

The work also tackles the Land Reform concept maintained by the Landless Rural Workers Movement – *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – and the results reached in its assentamentos (resettlements). The dissertation analyses both the Land Reform relevance and the strengthening of Familiar Agriculture as an important source of employment generation in high scale at the Brazilian countryside.

An empirical research was realized at *Assentamento Três Conquistas*, at the Federal District, showing up the importance of the access to land as a mean of employment guarantee and to improve the socio-economic conditions of the workers families beneficiaries by Land Reform.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a questão agrária brasileira e tem como objetivo analisar o potencial da Reforma Agrária como instrumento central para mudança do modelo de desenvolvimento agrícola vigente, por meio da criação de empregos em larga escala no campo. A propriedade fundiária no país é extremamente concentrada, sendo que um número muito restrito de proprietários detêm em seu poder aproximadamente 50% do total das terras agricultáveis, impedindo e bloqueando o acesso à terra a milhares de trabalhadores rurais. Além da concentração sob o domínio de poucos donos, a propriedade fundiária no Brasil tem um aproveitamento muito pequeno, permanecendo inutilizada uma grande parcela da área dominada pelos latifúndios. Mas, além ser concentrada e mal aproveitada, a parcela das grandes propriedades que é utilizada tem como prática o cultivo de grandes áreas monocultoras, com produtos destinados à exportação, que não se adequam às principais necessidades alimentares do povo brasileiro.

À estrutura fundiária com níveis tão altos de concentração relacionam-se diretamente outros problemas da sociedade nacional, como o alto índice de exclusão social e uma das piores distribuições de renda do mundo. Medido por diferentes índices e critérios, que para sua elaboração contam também com opções variadas de metodologias, o número de pobres no Brasil está em torno de 40 milhões de pessoas. Levando-se em conta as especificidades conceituais para a definição de pobreza, que serão abordadas no capítulo um, o que é preciso ressaltar é que, qualquer que seja o conceito adotado, o grave problema continua sendo a existência destas milhares de pessoas na sociedade brasileira vivendo em condição desumanas, incapazes de suprir suas necessidades fundamentais. Grande parte desta população encontra-se na área rural, que responde pelo maiores índices de pobreza, em praticamente todas as regiões, conforme se poderá comprovar pelos números apresentados no tópico sobre o modelo de desenvolvimento.

A manutenção da propriedade da terra sob domínio de uma pequena elite e a pobreza da imensa maioria dos trabalhadores rurais brasileiros estão intrinsecamente ligadas ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, baseado na produção realizada em grandes escalas, fortemente subsidiada pelo Estado. Este modelo de desenvolvimento agrícola e a elevação constante da concentração fundiária funcionaram como fatores excludentes das camadas mais pobres do acesso ao trabalho. Voltada para a especulação, a terra não é considerada uma importante fonte de emprego, como se deu em grande parte dos países desenvolvidos. A Lei de

Terras é o maior exemplo desta distorção, porque apesar das imensas áreas disponíveis, impossibilitou o acesso dos ex-escravos a elas, impedindo-os de ter um trabalho livre.

Especialmente nas últimas décadas, a terra se transformou em um poderoso instrumento de acesso a altos volumes de crédito para os grandes proprietários, que tiveram sob seu domínio o controle de quase todo o crédito agrícola subsidiado. As grandes unidades agroindústrias que se expandiram durante o regime militar resultaram em um alto índice de desemprego e num reduzido mercado interno, em que a maior parte da população não tem renda para a satisfação de necessidades fundamentais como alimentação, moradia, saúde, educação.

Diante deste quadro, faz-se necessária a busca de alternativas e soluções capazes de suprir as necessidades básicas deste enorme contingente populacional, alterando-se o modelo de desenvolvimento vigente que tem sido pródigo em reproduzir miséria e exclusão social.

A hipótese que se quer explorar é que para a possibilidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento na sociedade brasileira, orientado para a inclusão de grandes massas rurais e urbanas excluídas do acesso a bens e direitos fundamentais, é indispensável a realização da Reforma Agrária e a reorientação da política agrícola nacional, exigindo um tratamento indissociado das questões referentes ao abastecimento e à produção agrícola da conformação da estrutura fundiária. Assim, o objetivo do trabalho é explorar a possibilidade de eleger como estratégia central de desenvolvimento o setor agrícola, pela sua transformação em fonte importante de trabalho produtivo. Esta estratégia poderia desencadear-se através da realização da Reforma Agrária e da alteração radical da atual política agrícola, visto serem complementares, na viabilização de um novo modelo de desenvolvimento nacional.

Mudar o padrão de crescimento agrícola implementado, gerador de pobreza e violência, pela concentração de terra na qual ele se baseia, é uma alternativa possível para a sociedade brasileira. Outras formas de administrar a agricultura, em diferentes países, provam que é possível que a organização da produção agrícola gere condições dignas de vida no meio rural. A organização da produção agrícola fundamentada em unidades familiares de produção é uma das características mais constantes da agricultura dos países desenvolvidos.

Para mudar este padrão de crescimento agrícola que tem a pobreza como principal subproduto é necessário fortalecer e expandir a agricultura familiar no país. E a Reforma Agrária é a maneira pela qual se possibilita a expansão e o fortalecimento dos agricultores familiares, mudando o modelo de desenvolvimento. Mas, entre os vários entraves políticos à sua realização,

encontra-se também a crença de seu insucesso como política eficiente na esfera econômica, até por parte dos defensores da desconcentração fundiária.

Entre os economistas brasileiros há uma forte corrente que considera que a Reforma Agrária não tem mais sentido econômico no atual momento de desenvolvimento do país. O argumento está calcado no altos custos do processo produtivo industrializado que se instaurou no campo e no nível de competição do mercado altamente oligopolizado, como o dos produtos agrícolas, tornando a produção dos assentamentos não viável economicamente.

Por separar o social do econômico, essa visão desconsidera a direta ligação entre a pobreza rural e o padrão de desenvolvimento agrícola adotado. O modelo patronal de organização agrícola implementado no Brasil, baseado majoritariamente na utilização de empregados contratados, de assalariados, expulsa os agricultores do campo e aumenta a pobreza e a desigualdade social.

Essa visão que considera que para a Reforma Agrária não mais haveria papel importante na esfera econômica tem como pressuposto que a desigualdade social não afeta o desenvolvimento econômico. Encontra-se, então, outro problema a ser explorado. Além da existência de diversos trabalhos provando que o crescimento econômico é condicionado pelas desigualdades sociais, a busca do novo modelo não pode estar fundamentada somente no crescimento econômico, sem se preocupar com as condições sociais nas quais ele se produz. Uma nova concepção para avaliar o crescimento vem ganhando força, segundo a qual não só os índices econômicos devem ser observados, mas principalmente as condições de vida da população que vive na economia avaliada. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que agrega diferentes fatores em sua medição, como o acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente, o acesso à educação e a expectativa de vida da população.

A importância da adoção do IDH para avaliar o modelo de desenvolvimento agrícola implementado no Brasil e as conseqüências por ele produzidas refere-se às estratégias indicadas para se obter melhores níveis de igualdade social, segundo as quais não é aconselhável a separação das intervenções econômicas e sociais por parte do Estado na vida de uma comunidade, quando se faz necessária a superação da pobreza. Exatamente porque, de acordo com este conceito, as desigualdades sociais afetam o próprio crescimento econômico, resultando índices menores de desenvolvimento.

No caso da questão agrária brasileira, a extrema desigualdade social existente no campo, resultado da concentração fundiária e do modelo de desenvolvimento agrícola adotado, funcionam como fatores que bloqueiam o crescimento econômico e o avanço das condições de vida da população. É para enfrentar estas conseqüências do modelo de desenvolvimento agrícola patronal que se coloca a possibilidade de explorar a criação de empregos que um processo amplo de acesso à terra poderia gerar para os trabalhadores rurais. Estudiosos da questão agrária fizeram reflexões sobre esta possibilidade e, no decorrer do trabalho, serão recuperados os argumentos que defendem a importância da redistribuição fundiária para geração de empregos em largas escalas, tomando por base os resultados das pesquisas feitas principalmente por ROMEIRO (1991), MARTINS (1997) e VEIGA (1998).

Estas análises destacam ser de fundamental importância a decisão política sobre o papel que o meio rural vai desempenhar no futuro da sociedade brasileira. Se a sociedade não se convencer da importância da alteração do modelo de desenvolvimento agrícola patronal que impera no campo, a pressão pela oferta de trabalho urbano se ampliará a níveis insustentáveis. Mas, se a opção for pela mudança do modelo de desenvolvimento agrícola, por meio do acesso à terra para milhares de trabalhadores e a partir da priorização da produção familiar, esta pressão poderá sofrer forte redução pela ampliação da oportunidade de emprego no campo.

Nesta estratégia, a Reforma Agrária ocupa papel nuclear, já que criaria empregos no campo e seria o instrumento para estimular e desencadear o processo de aumento e geração de renda à parcela significativa da população brasileira. Um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil requer que se busque não só o crescimento econômico, mas que este venha condicionado por um amplo processo de desenvolvimento social, político e cultural, capaz de garantir cidadania a todos os brasileiros. A mudança na organização da produção agrícola é parte importante para viabilização deste novo modelo.

Esta visão do campo como elemento central de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil norteia as estratégias de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Através da luta pela Reforma Agrária, o Movimento tem possibilitado a centenas de famílias que se encontravam numa situação de exclusão social a construção de um novo horizonte de vida, a partir do acesso à terra e da possibilidade de trabalho permanente e de geração da renda que dela advém. Nos assentamentos rurais conquistados pelo MST, observa-se a integração da busca de

melhores condições para as famílias aliada ao avanço de suas condições sociais, culturais e políticas, numa visão que se aproxima da concepção de Desenvolvimento Humano .

Procurando compreender as diferentes visões sobre o significado da redistribuição fundiária, o primeiro capítulo retoma o debate sobre a Reforma Agrária como política social compensatória em contraposição à visão que lhe confere também um caráter de política econômica, capaz de contribuir com a mudança do modelo de desenvolvimento agrícola.

O segundo capítulo aborda a concepção de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na qual se integram os diversos benefícios desta política. No terceiro, aborda-se a importância do acesso à terra para criação de empregos para grandes contingentes de trabalhadores rurais, visando a possibilitar-lhes geração de renda e melhores condições de vida. E no capítulo quarto procura-se avaliar a adequação das percepções sobre as vantagens e os benefícios do acesso à terra, a partir do estudo de caso em um assentamento em Brasília, Distrito Federal.

## CAPÍTULO 1 - DEBATE SOBRE A REFORMA ÁGRARIA NA DÉCADA DE NOVENTA

### 1.1. A questão agrária

Muitas são as abordagens sobre a questão agrária, tanto na imprensa quanto na academia. O acesso das classes trabalhadoras rurais à terra, problema principal do campo, já resolvido na maioria dos países capitalistas, no Brasil ainda é o centro dos mais graves conflitos com os quais a sociedade se defronta.

De acordo com o Vocabulário Agrário, a questão agrária é a “*expressão que representa o conjunto de questões relativas ao acesso, posse, uso, domínio, propriedade, estruturação e desempenho da função social da terra*”. A questão agrária diz respeito a tudo o que se refere à terra, como bem imóvel, nos seus aspectos políticos, legais, físicos, sociais e de exploração econômica. (1994:74)

MARTINS, observa que “*a questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes não existia a questão agrária. Ela surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representa para reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura. No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária, curiosamente, foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. Portanto, entre nós, ela é a face escamoteada da questão do trabalho, que se manifesta na exclusão social*”. (1997:11)

No caso brasileiro, a questão agrária, além de referir-se aos problemas decorrentes da concentração fundiária, da impossibilidade de acesso à terra, envolve também a questão do trabalho. A impossibilidade do acesso à terra é também, para muitos, a impossibilidade do acesso ao trabalho. A forma pela qual se distribui a propriedade da terra em um país, influi, de maneira determinante, no conjunto das relações econômicas, políticas, culturais e sociais que nele se desenvolvem. A propriedade da terra, em função de ser um bem específico, que tem a capacidade natural de produzir outros bens, confere automaticamente, ao seu detentor, a capacidade de gerar

riquezas. A concentração da propriedade da terra significa concentração de renda, de riqueza, de poder político, de controle das relações sociais daquele espaço. Tanto assim que em diversos episódios históricos, determinantes dos novos rumos a serem tomados pela sociedade e pela economia brasileira, a propriedade da terra esteve como foco central das decisões.

MARTINS, enfatizando a característica estrutural da questão agrária observa que diversos fatores que impedem o desenvolvimento integral da sociedade estão relacionados aos índices de concentração da propriedade fundiária. *“É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial rural ‘amarra’ as relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática de diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras”*. (1986:67)

As diferentes conseqüências produzidas pela forma de distribuição territorial do país fazem com que a elas se vinculem as possibilidades de solução de vários problemas enfrentados pela sociedade. Esta compreensão estrutural da questão agrária estabelece a necessidade de se divergir de algumas correntes, no debate atual sobre o tema. Há uma forte tendência, principalmente de áreas governamentais, de reduzir a análise da questão agrária a um problema de contenção dos conflitos fundiários. Esta concepção despreza o problema central, que diz respeito à conformação geral da estrutura fundiária do país. A manutenção dos níveis de concentração da propriedade da terra no Brasil impede uma mudança significativa nos padrões de distribuição da renda, da riqueza e do poder político, e, portanto, de desenvolvimento.

Este aspecto compõe o âmago da questão agrária: a impossibilidade de acesso básico à terra como meio de produção impede que as classes trabalhadoras rurais tenham acesso a outros bens e a direitos fundamentais como alimento, emprego, moradia, educação. Este conjunto de fatores inviabiliza a análise da questão agrária sob um prisma reducionista. Ao privilegiar somente um dos aspectos, seja ele econômico, agrônômico ou mesmo o aspecto social da questão agrária, corre-se o risco de propor soluções também isoladas, não se incorporando elementos e informações definidoras para a elaboração de políticas públicas adequadas à realidade agrária atual.

Portanto, o aspecto central da questão agrária refere-se aos níveis de concentração da propriedade da terra vigentes no Brasil e às distorções no acesso ao trabalho que ela gera. A

concentração da terra na mão de poucos proprietários determina um círculo vicioso que acaba impedindo o desenvolvimento de amplas parcelas da população, reproduzindo uma cadeia seqüencial de miséria econômica, social, política e cultural que se abate sobre o campo e a cidade.

É por isto que a questão agrária não envolve apenas aspectos agrônômicos, econômicos ou sociais. Estes aspectos estão todos relacionados e decorrem de uma característica básica da estrutura fundiária do Brasil: a concentração da propriedade no pólo superior da pirâmide dos proprietários, que provoca extrema fragmentação dos níveis inferiores; e a existência de uma grande população rural destituída de terra. *“Esses mecanismos possuem efeitos perversos - agrônômicos (sistemas agrícolas pouco produtivos e devastadores da natureza), econômicos (baixa rentabilidade, dualidade tecnológica); sociais (pobreza, êxodo rural); políticos (mandonismo, clientelismo, violência) e culturais (analfabetismo) - que operam automaticamente criando um círculo vicioso inibidor de qualquer possibilidade de desenvolvimento dos mais pobres (os minifundistas e os sem-terra) e de iniciativas que signifiquem um aproveitamento mais racional do potencial agrícola do país”.* (SAMPAIO. 1997:13)

SAMPAIO conclui que *“quando se constata a formação desse círculo vicioso, não pode haver dúvida: o desenvolvimento do país em questão defronta-se com uma ‘questão agrária’.* Trata-se de uma questão estrutural, porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de política agrícola ou social, uma vez que a eficácia destas políticas é anulada por uma estrutura fundiária defeituosa.

*A natureza complexa da questão agrária invalida as análises que privilegiam apenas um ou alguns aspectos da realidade. Essas análises ofuscam o essencial do problema, que consiste na ‘dinâmica perversa’ criada pelo conjunto de fatores que influem no mundo rural e pela forma como eles se relacionam. Corre-se o risco de circunscrever os efeitos da perversidade da estrutura agrária a um aspecto, seja o da produção, seja o da produtividade ou da distribuição de renda no meio rural, omitindo as nefastas repercussões da questão agrária no meio urbano. Por exemplo: se o exame da questão agrária limitar-se aos seus efeitos no mundo rural, não se consegue estabelecer a correlação entre a proliferação das favelas nas cidades latino-americanas, o lento desenvolvimento da produtividade econômica e os baixos salários no continente”.* (1997:14)

Ao referir-se ao lento desenvolvimento da produtividade econômica, SAMPAIO demonstra considerar que existe íntima correlação entre a desigualdade social e os níveis de crescimento, contrariando as correntes econômicas majoritárias que consideram que isto não é importante, que os índices de concentração de renda e desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira não alteram os níveis de crescimento econômico.

Tanto nas reflexões desenvolvidas por MARTINS (1986), quanto nos trabalhos de GARCIA (1993) e SAMPAIO (1997), os índices de concentração da propriedade fundiária, e as inúmeras distorções que ela acarreta nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, desenvolvidas na sociedade brasileira, indicam a centralidade da questão agrária. A forma como se organiza a agricultura terá conseqüências diretas e indiretas sobre o conjunto da população, e o acesso à terra é elemento fundamental desta equação. Desta forma, é importante conferir os principais dados referentes à distribuição da estrutura fundiária no país.

## 1.2. A estrutura fundiária brasileira

Os dados disponíveis mais atualizados sobre concentração fundiária foram apresentados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, do INCRA, que divulgou, em agosto de 1996, o Atlas Fundiário Brasileiro. De acordo com esses dados, cerca da metade da área dos imóveis rurais do Brasil está concentrada em apenas 2% das propriedades. Nesses imóveis, 62,4% da área não é produtiva e poderia ser desapropriada para Reforma Agrária. Segundo o Atlas, existem no Brasil 75 imóveis cuja área de sua propriedade é de mais de 100 mil hectares.

O Atlas afirma que a concentração de terras no país permanece sem nenhuma alteração que indique diminuição dos níveis de concentração, há 56 anos. O diretor de Cadastro do INCRA, Eduardo Freire, responsável pela elaboração do Atlas Fundiário, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, afirmou que os *“dados mostram que não houve Reforma Agrária no país”*. (GONDIM. 1997:6)

Conforme se pode verificar na tabela abaixo, os números confirmam o problema estrutural apontado por SAMPAIO em relação à principal característica da estrutura fundiária brasileira: a concentração da propriedade da terra no topo da pirâmide dos proprietários pode ser traduzida pelo fato de as 87.594 propriedades consideradas grandes, a partir dos novos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, deterem 187.762.627,7 hectares, que representam 56,7% da área total dos imóveis em seu poder.

Tabela 1. Estrutura Fundiária Brasileira. 1992.

O R D E M	CLASSE DA ÁREA TOTAL	TOTAL DE IMÓVEIS	IMÓVEIS (%)	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA (%)
	E CLASSE DE Nº DE MODULOS FISCAIS DE ÁREA TOTAL				
	<b>TOTAL</b>	<b>3.114.898</b>	<b>100,0</b>	<b>331.364.012,0</b>	<b>100,0</b>
1	IGUAL A 0	48.508	1,6	0,0	0,0
2	MENOS DE 1	50.566	1,6	25.827,3	0,0
3	1 A MENOS DE 2	92.423	3,0	125.843,8	0,0
4	2 A MENOS DE 5	357.756	11,5	1.216.350,2	0,4
5	5 A MENOS DE 10	446.663	14,3	3.247.889,0	1,0
6	10 A MENOS DE 25	841.963	27,0	13.697.633,6	4,1
7	25 A MENOS DE 50	503.080	16,2	17.578.660,6	5,3
8	50 A MENOS DE 100	336.368	10,8	23.391.447,1	7,1
9	100 A MENOS DE 200	201.564	6,5	27.204.779,4	8,3
10	200 A MENOS DE 500	140.609	4,5	43.344.186,6	13,1
11	500 A MENOS DE 1.000	51.442	1,7	35.573.732,4	10,7
12	1.000 A MENOS DE 2.000	23.644	0,8	32.523.253,9	9,8
13	2.000 A MENOS DE 5.000	14.840	0,5	43.804.397,5	13,2
14	5.000 A MENOS DE 10.000	3.492	0,1	24.524.954,4	7,4
15	10.000 A MENOS DE 20.000	1.236	0,0	16.945.648,2	5,1
16	20.000 A MENOS DE 50.000	553	0,0	16.062.217,2	4,8
17	50.000 A MENOS DE 100.000	116	0,0	7.848.521,7	2,4
18	100.000 E MAIS	75	0,0	24.047.669,1	7,3
<b>1</b>	<b>Minifúndio e não Identificado</b>	<b>1.938.441</b>	<b>62,2</b>	<b>26.184.660,6</b>	<b>7,9</b>
	NÃO IDENTIFICADO	48.510	1,6	1.686,3	0,0
	ATÉ 0,5	1.206.694	38,7	9.925.896,3	3,0
	MAIS DE 0,5 A 1	683.237	21,9	16.257.078,0	4,9
<b>2</b>	<b>Pequena Propriedade</b>	<b>829.440</b>	<b>26,9</b>	<b>51.453.538,3</b>	<b>15,5</b>
	MAIS DE 1 A 2	542.830	17,4	24.949.396,3	7,4
	MAIS DE 2 A 3	195.212	6,3	15.248.298,1	4,6
	MAIS DE 3 A 4	101.398	3,3	11.710.844,0	3,5
<b>3</b>	<b>Média Propriedade</b>	<b>249.423</b>	<b>8,0</b>	<b>65.963.185,4</b>	<b>19,9</b>
	MAIS DE 4 A 5	64.510	2,1	10.109.607,0	3,1
	MAIS DE 5 A 6	42.489	1,4	8.091.153,8	2,4
	MAIS DE 6 A 10	93.216	3,0	25.803.821,2	7,8
	MAIS DE 10 A 15	49.208	1,6	21.958.603,4	6,6
<b>4</b>	<b>Grandes Propriedades</b>	<b>87.594</b>	<b>2,8</b>	<b>187.762.627,7</b>	<b>56,7</b>
	MAIS DE 15 A 20	25.141	0,8	16.227.586,1	4,9
	MAIS DE 20 A 50	44.456	1,4	53.273.421,7	16,1
	MAIS DE 50 A 100	11.706	0,4	33.387.581,2	10,1
	MAIS DE 100 A 200	4.237	0,1	25.385.729,8	7,7
	MAIS DE 200 A 400	1.405	0,0	18.218.450,0	5,5
	MAIS DE 400 A 600	306	0,0	7.070.194,8	2,1
	MAIS DE 600	307	0,0	34.199.664,1	10,3

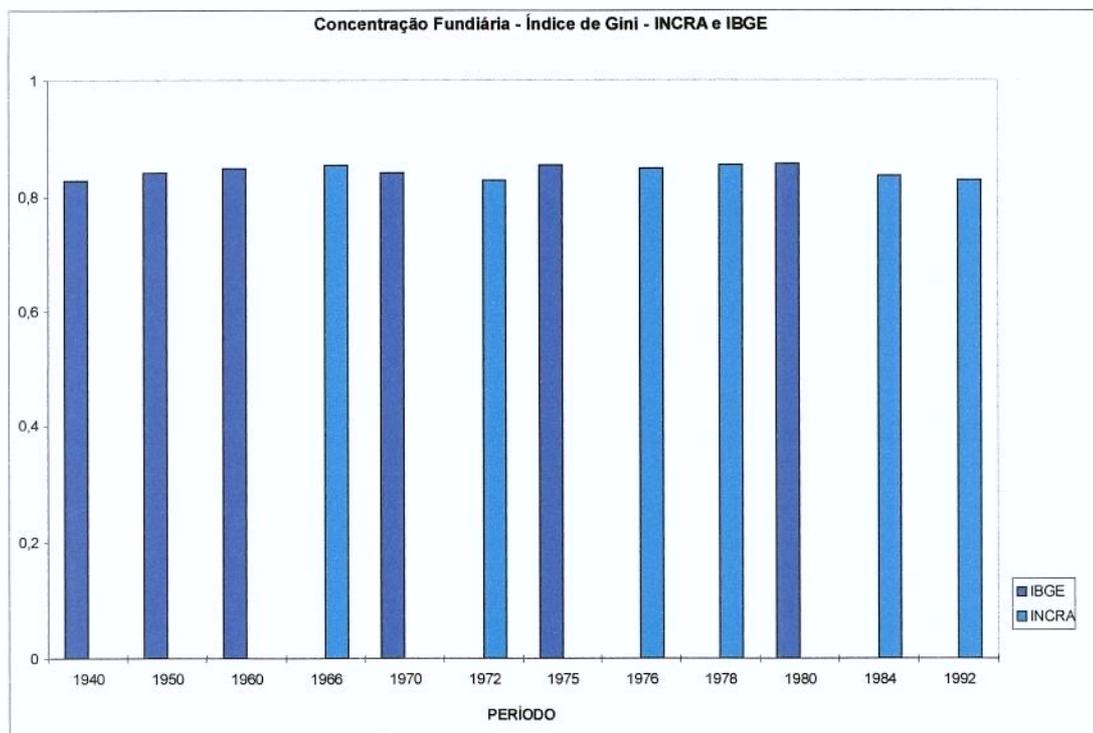
Fonte: INCRA. Atlas Fundiário. Sistema Nacional de Cadastro Rural. 1996.

A variação da concentração da propriedade da terra, medida pelo índice de Gini, que varia de zero a um, no Brasil alcançou 0,86. Este índice de concentração fundiária é o segundo mais alto do mundo, sendo que o Brasil só perde para o Paraguai.

A avaliação da estrutura fundiária pode ser feita utilizando-se dois critérios diferenciados: o primeiro, que pode se valer dos dados cadastrais do INCRA que conforme a tabela 1 permite que se observe como está distribuído o espaço fundiário do país entre seus detentores (proprietários e posseiros). O segundo mostra de que forma os produtores rurais (sejam eles proprietários, ocupantes, arrendatários ou parceiros) ocupam o espaço rural, sendo que tais informações podem ser extraídas dos Censos Agropecuários do IBGE. A diferença é que o IBGE trabalha com o conceito de estabelecimento agropecuário, o que significa unidade de gestão da produção, enquanto o INCRA trabalha com o conceito de imóvel rural, ou seja uma unidade de propriedade. De acordo com a definição do IBGE, estabelecimento agropecuário *“é todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural) formado de uma ou mais parcela, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária”*. (INCRA. 1996:34) A definição utilizada pelo INCRA estabelece que imóvel rural *“é o prédio rústico de área contínua qualquer que seja sua localização que se destine ou possa se destinar, a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial”*. (INCRA. 1996:34)

De acordo com o Atlas Fundiário (1996), ainda que pese as diferenças dos conceitos adotados pelo INCRA e pelo IBGE ambos apontam para um alto grau de concentração fundiária conforme pode se verificar no quadro 1.

Quadro 1. Brasil. Concentração Fundiária. INCRA. 1992.



Fonte: INCRA. Atlas Fundiário. Sistema Nacional de Cadastro Rural. 1996.

Em trabalho que discute a importância do acesso à terra para a democratização da sociedade brasileira, GARCIA (1993:2) aponta que entre 1970 e 1985 cerca de 82,1 milhões de hectares foram incorporados à área dos estabelecimentos rurais. Indicando a gravidade do processo de acumulação da propriedade agrária, destes 82,1 milhões 59% se somaram às propriedades já com mais de 1.000 hectares.

A evolução da estrutura fundiária no país comprova que a concentração da propriedade da terra vem aumentando progressivamente, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 2. Brasil. Evolução da Estrutura Fundiária. 1966-1992.

Evolução da estrutura fundiária - 1966-1992				
Distribuição das terras rurais	1966	1972	1978	1992
	Porcentagem sobre o total das terras do Brasil			
Propriedades com menos de 100 ha	20,4%	16,4%	13,5%	15,4%
Propriedades com mais de 1000 ha	45,1%	47,0%	53,3%	55,2%

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. 1996.

Analisando os números apresentados na tabela 2, observa-se que as propriedades com menos de 100 hectares foram perdendo seu peso, no total, enquanto as propriedades acima de mil hectares aumentaram de 45% para 55,2% de todas as terras do Brasil.

A manutenção da concentração da propriedade da terra em níveis tão altos, e a inutilização da maior parte destas áreas traz graves conseqüências. Não é só no campo, e não somente para os trabalhadores rurais, que esta estrutura fundiária anacrônica é prejudicial: o conjunto da sociedade brasileira arca com os prejuízos da distorção.

Os altos índices de concentração fundiária guardam relação intrínseca com a forma como se dá a utilização das terras no Brasil. É muito comum que a maior parte das grandes propriedades cultive apenas uma pequena parcela de sua área, mascarando a realidade do não - aproveitamento da maior parte das terras concentradas nos latifúndios.

Chamando a atenção para o desperdício das terras inclusive nas áreas consideradas “empresas rurais”, WANDERLEY (1995) alerta para a importância de se analisar os dados do Cadastro elaborado pelo INCRA em 1992, observando a classificação dos imóveis rurais segundo sua categoria. Avaliando os números da tabela 3, em relação à utilização da terra no Brasil, WANDERLEY observa que *“são 185 milhões de hectares - 40% da área aproveitável - que têm proprietários, mas que não são aproveitados produtivamente; quase toda esta terra apropriada sob a forma de latifúndios. E, mesmo proporcionalmente reduzido, não deixa de ser digno de nota o fato de que mais de 3 milhões de hectares, pertencentes a empresas rurais, não sejam cultivados”*. (1995:10)

Tabela 3. Brasil. Imóveis Rurais. Área Aproveitável Não Explorada. 1992.

Categorias	Imóveis		Área	
	Número	%*	Hectares**	%***
Minifúndio	1.991.455	61,91	19.397.003,3	41,85
Empresa Rural	212.739	6,61	3.231.892,2	2,82
Latifúndio p/exploração	1.012.459	31,47	149.576.628,3	54,45
Latifúndio p/dimensão	191	0,00	12.851.282,8	73,93
Total	3.216.844	100,00	185.056.806,6	40,87

\* - % sobre o total dos imóveis

\*\* - Área aproveitável

\*\*\* - % da área não explorada sobre o total da área aproveitável da categoria

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. 1992.

O processo de “modernização da agricultura” pelo qual passou o país, nas três últimas décadas, agravou a concentração fundiária e as conseqüências que dela advêm. A questão que se coloca a reflexão é se a forma como se deu o processo de “modernização” é a única opção de que a sociedade dispõe para organizar sua agricultura.

O debate acerca da importância da estrutura fundiária tem sido, nos últimos tempos, um dos principais pontos de divergência entre os movimentos sociais rurais e representantes do governo federal. Estes afirmam que o Brasil não tem mais problema fundiário e que a estabilização da moeda, a implantação efetiva da Reforma Agrária pelo governo federal (sic), as mudanças na legislação agrária e o novo Imposto Territorial Rural - ITR teriam funcionado como fatores de desestímulo à concentração de terra. E que o problema da Reforma Agrária, hoje, não é mais a concentração fundiária.

Contestando esta interpretação que ignora historicamente o peso e a força econômica e política do latifúndio no Brasil, os movimentos sociais reafirmam que o grande problema do país é a manutenção dos atuais índices de concentração da propriedade da terra, em função da concentração da riqueza e do poder político que ela produz.

Concordando com essa concepção, GOMES observa que não existem evidências de que a propriedade territorial rural esteja perdendo força política. Ao contrário. O que acontece, segundo o autor, é que o poder do latifúndio e a sociedade se transformaram. “*O latifúndio, como o país, também mudou, mas não perdeu sua força política. Pelo contrário, a velocidade e natureza do*

*processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não teve correspondência nos planos social e político. A riqueza e a terra continuam concentradas - provavelmente em níveis mais extremos e perversos - e a força dos interesses tradicionais, com maior intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pouco se modificou como elemento de estruturação das relações sociais e de poder nos níveis regional e local, relações estas de cunho claramente atrasado e socialmente predatório. Em realidade, as cerca de 35.000 propriedades que controlam mais da metade da área em estabelecimentos representam hoje uma mescla de interesses tradicionais e modernos - de dentro e fora da agricultura - cuja convergência se expressa, entre outras coisas, no peso e atuação da bancada ruralista no Congresso". (1997:10)*

Os dados apresentados sobre a estrutura fundiária brasileira confirmam essas observações, sendo significativo o aumento da área nos maiores latifúndios do país, nos últimos anos. Se o país houvesse vivido um processo de Reforma Agrária, a concentração fundiária se teria reduzido.

Durante o período do regime militar, quando se desenvolve a modernização da agricultura, as ações do governo denominadas Reforma Agrária estão restritas a programas de colonização ineficientes que, em vez de impedir e produzir a desconcentração fundiária, o que seria digno do conceito Reforma Agrária, operam aglutinação e concentração de terras em várias regiões, por meio de subsídios oferecidos pelo Estado a quem estivesse disposto a investir na agricultura.

### 1.3. A modernização da agricultura

Na efervescência social da década de sessenta, a organização da agricultura ocupava lugar de destaque nos debates. Os latifúndios eram considerados os principais obstáculos ao desenvolvimento, à modernização do campo e à evolução da economia em geral. Hoje, três décadas depois, não há como negar que a agricultura brasileira apresenta produtos e áreas com as mais modernas tecnologias de produção, mas os latifúndios estão quase intactos. Houve grande injeção de capital no campo, que modernizou alguns aspectos da produção, em diferentes intensidades, nas várias regiões do país e garantiu a manutenção da concentração da propriedade da terra.

Procurando acelerar o avanço do capitalismo no campo, os governos militares pós-64 foram criando condições para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegiasse grandes empresas, mediante incentivos financeiros. Em lugar de serem desestimulados e punidos por concentrar em seu poder grandes extensões de terra improdutiva, estes proprietários receberam apoio e incentivo do Estado militar.

PALMEIRA alerta que processo de modernização foi feito graças a uma forte intervenção do Estado, no sentido de atualizar o latifúndio, mudando suas feições. *“Para tanto, foram oferecidas enormes vantagens a investimentos no campo - mais propriamente na terra do que na agricultura, mas também na agricultura, que atraíram para ele as atenções de interesses outros, que não só dos setores agrários tradicionais”*. (1994:51)

Diversos autores apontam que a característica básica do processo de modernização da agricultura no país, ou a entrada do modo de produção capitalista no campo se deu pela intervenção direta do Estado. Ao longo dos anos 70, a agricultura se tornou “um grande negócio”. PALMEIRA relata que *“obter crédito subsidiado ou ter facilidades de aquisição de terras públicas era um ótimo investimento, e parcelas do capital financeiro e industrial para aí se dirigiram, aproveitando as benesses oferecidas aos que se lançassem nesse ramo. O ‘negócio da terra’ passou a interessar não somente àqueles que já mexiam com ela, mas também meio mundo - de banqueiros a setores de classe média prósperos, beneficiários do ‘milagre brasileiro’, que começaram a adquirir terra simplesmente para especular, para montar ‘sítios de fim de semana’, ou até para desenvolver atividades agrícolas produtivas (às vezes tornadas uma espécie de segunda ocupação), aproveitando o lucro fácil que era oferecido pela exploração de alguns produtos naquele momento. Todo esse processo se fez a partir e através do Estado”*. (1994:51)

O aspecto central para a compreensão da modernização da agricultura é a aliança, ocorrida no Brasil, entre capital e propriedade da terra. A existência de uma espécie de “pacto” entre o Estado e os grandes latifundiários quanto ao modelo de desenvolvimento a ser adotado para a modernização da agricultura garantiu que não se desconcentrasse a propriedade fundiária.

Analisando esse processo, alguns autores apontam que esta especificidade brasileira deve-se ao fato de, no país, os proprietários de terra serem considerados integrantes da burguesia, não havendo antagonismos entre eles. De acordo com WANDERLEY *“nos modelos clássicos do desenvolvimento da agricultura - a referência aqui é à teoria da renda fundiária de Marx -*

*proprietários rurais e burguesia são classes distintas e opostas, polarizando contradições profundas, cujo eixo central é dado pelas lutas em torno da inclusão/exclusão da renda da terra no processo geral de acumulação”. (1995:11)*

Na mesma perspectiva, MARTINS observa que *“aqui se encontrou um caminho completamente oposto da tradição clássica, inclusive assumida por Marx. Nela, o processo do capital impõe a remoção do obstáculo representado pela renda da terra, no limite, através da nacionalização da propriedade.(...)”*

*Aqui não se suprime nem se atenua a renda da terra. Para compensar o ônus que ela representa, subsidia-se o lucro. Em consequência, fortalece-se a renda territorial e os proprietários de terra. Ao invés da renda territorial deprimir o lucro médio, deprime as condições de vida da população, pois os incentivos fiscais representam desvio de recursos públicos destinados a serviços sociais básicos, como educação, saúde, etc.”. (1986:92)*

É centrado na propriedade fundiária que se tem organizado o desenvolvimento da agricultura brasileira. Nem a garantia de emprego aos trabalhadores rurais nem as necessidades alimentares da população têm orientado os rumos que deve ter a agricultura nacional, mas é a propriedade da terra que tem determinado o caminho do desenvolvimento agrícola do país. A este respeito WANDERLEY observa que no Brasil *“a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, foi feita pelos e para os proprietários fundiários, gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização”*. (1995:3)

Alguns dos principais aspectos do processo de transformação capitalista da agricultura, acelerado pelos governos militares nas décadas de 60 e 70, foram *“ a formação de complexos agroindustriais com um elevado grau de concentração da produção e do capital e pela difusão, na etapa de produção primária, de pacotes tecnológicos, concebidos exogenamente, intensivos em capital e com requerimentos mínimos de escala econômica e produtiva, no marco do que se denominava então ‘revolução verde’. Por isto e inclusive por ter preservado, no essencial, o padrão existente de concentração fundiária, as modificações induzidas por este processo na organização da produção e nas relações de trabalho se plasmaram em dois movimentos de signos contrapostos: ao mesmo tempo que se expandiu extraordinariamente a produtividade e a capacidade produtiva agrícola em algumas regiões do país, aumentou notavelmente a concentração da renda e a exclusão social no campo”*. (GOMES. 1997:3)

A maior parte das instituições governamentais ligadas à questão agrária estão impregnadas pelos interesses da classe proprietária, em função do processo de modernização da agricultura haver-se realizado pelo próprio Estado. Com o “negócio da terra” passando por dentro da máquina do Estado, tornando-o não só um mediador de interesses na questão agrária, mas sendo parte dela, todas as suas decisões a respeito desta política provocam, nos órgãos governamentais responsáveis por ela, um emaranhado processo de forças e pressões externas, para impedir ou agilizar negócios. PALMEIRA observa que *“mesmo decisões tomadas por esses órgãos que poderiam ser consideradas como estritamente técnicas, como as do INCRA a respeito do estabelecimento de valores da terra nua, definição do tamanho dos módulos, do procedimento para a aquisição de terras públicas, têm presente com muita força os interesses do mercado de terra, já que as conseqüências destas políticas têm grandes probabilidades de influir nos investimentos em torno da terra”*. (1994:51)

Exemplo bastante significativo para ilustrar as conseqüências políticas desta relação, no período que compreende a modernização da agricultura, é a discriminação das terras públicas. Entre 1970 e 1985, o INCRA discriminou, de acordo com dados apresentados no trabalho citado, 126.581.645 hectares, sendo que aproximadamente 60 milhões deles foram regularizados e passados para particulares. O que é preciso destacar é que *“fundamentalmente, essa transferência de terra a particulares beneficiou grandes proprietários - locais ou não e grandes grupos econômicos do Sul/Sudeste do país, que passaram a adquirir terras como forma de investimento, principalmente na Amazônia.(...)Se as facilidades oferecidas pelo Estado atraíram para o setor agrário capitais os mais diversificados, a maneira como se deu a articulação entre a ação do Estado e os negócios privados criou, não propriamente uma aliança de classes, mas uma coalizão de interesses individualizados em torno dos negócios ligados à terra, envolvendo toda aquela gama de beneficiários dos estímulos estatais e membros da burocracia; através deles, a própria burocracia iria dar à questão agrária uma nova configuração e uma dimensão outra”*. (PALMEIRA. 1994:52)

Esta dimensão que a questão agrária adquire a partir da injeção de capital recebido no processo de modernização pode também ser explicada pelas avaliações de LEITE, que observa que *“mais do que expressar a contradição entre capital e trabalho, a proletarização da força de trabalho rural pode estar revelando as contradições geradas na agricultura brasileira pela importância e significação que nela assume a propriedade da terra.”* (1992:3) De acordo com

este autor o processo de modernização da agricultura, baseado na manutenção da concentração da propriedade fundiária pode ser verificado pelas conseqüências produzidas em diferentes níveis: no aspecto econômico pela concentração de recursos financeiros disponíveis como crédito rural, incentivos fiscais e subsídios agrícolas; no aspecto produtivo pela promoção do processo de industrialização da produção agrícola, fundado numa estrutura altamente oligopolizada, por meio do aumento dos complexos agroindustriais; no aspecto ambiental pela generalização da utilização excessiva da química mineral e da mecanização, com graves prejuízos ecológicos; no âmbito das relações trabalhistas pela incrementação da sazonalidade da mão-de-obra e da precariedade das relações de trabalho; e no aspecto geográfico pela centralização da modernização em certas regiões do país.

Um resumo das principais características do modelo de desenvolvimento adotado e do processo de modernização da agricultura implementado no país é feito por SANTANA, que observa que *“como conseqüências mais atuais e abrangentes desta estratégia de desenvolvimento verificamos que a expulsão do campo de milhares de trabalhadores por falta de terra e de condições de sobreviverem, e o concomitante incentivo à urbanização, provocaram um fluxo migratório desordenado e acelerado que as cidades não puderam comportar. Foi inevitável o aumento do desemprego, da marginalidade e da violência urbana; a manutenção dos altos índices de concentração da terra em poder de uma minoria intensificou os conflitos e a violência no campo”*. (1994:47)

#### 1.4. O modelo de desenvolvimento

Em trabalho que analisa as características gerais do processo de modernização na história econômica brasileira, IANNI observa que é preciso estar atento ao fato de que é própria do modelo implementado a produção constante da miséria, da exclusão social.

Durante o período de governos militares, a agricultura como o próprio Estado brasileiro, passou por um significativo processo de crescimento. IANNI observa que *“a despeito de suas sérias deficiências, o Estado brasileiro, na década de 70, tornou-se, indubitavelmente, o mais moderno Estado do Terceiro Mundo. Entretanto, a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade, deparando-se com obstáculos diversos. (...) As desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se. Uma história que revela a escassa ‘modernização’ alcançada em determinadas esferas da*

*sociedade, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social. Modernizam-se a economia e o aparato estatal. Simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas revelam-se defasados*". (1994:112)

As principais características da modernização da agricultura brasileira têm indicado a existência de inúmeras contradições, a partir do próprio modelo de desenvolvimento dentro do qual se operou esta modernização. Este debate repõe, em termos, a preocupação que influenciou grande parte das ciências sociais na década de 60 sobre crescimento e desenvolvimento. Conforme alerta MARTINS, *"depois de trinta anos de captura do desenvolvimento pela ideologia do crescimento, é no mínimo instigante que os acadêmicos venham a se pôr os mesmos problemas, a reconhecer que três décadas de crescimento apenas repõem o tema e o problema original: o não desenvolvimento no crescimento"*. (1994:52)

Apesar do crescimento econômico, não houve uma melhoria significativa nos padrões de desenvolvimento da sociedade brasileira, conforme os dados apresentados no "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil", de 1996, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que faz uma radiografia detalhada sobre as condições econômicas e sociais do país, no início desta década. Durante um ano, pesquisadores do IPEA recolheram dados sobre renda, escolaridade e expectativa de vida em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em seguida, foi montado um *ranking* com o Índice de Desenvolvimento Humano de cada estado.

A importância do conceito de Desenvolvimento Humano é vasta porque possibilita o questionamento da visão que se preocupa somente em analisar o crescimento econômico, quando se pretende verificar o resultado de modelos de desenvolvimento. Segundo o Relatório, *"trata-se antes de mais nada de divulgar e reafirmar a importância do conceito de desenvolvimento humano como base de um novo enfoque do processo de desenvolvimento, que se apresenta como uma alternativa à visão mais tradicional e estritamente econômica"*. (1996:1)

Avaliar um modelo de desenvolvimento, a partir da perspectiva dos níveis de desenvolvimento humano abre espaço para que as políticas públicas proponham ações voltadas à transformação do padrão de vida dos povos e da superação da pobreza. *"Desenvolvimento Humano é um conceito amplo e integral que pode ser definido como o processo de ampliação da gama de opções e oportunidades das pessoas. Dentro desse espectro, três opções básicas estão*

*presentes em todos os níveis de desenvolvimento e aparecem como condição para as demais: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente". (1996:3)*

De acordo com os dados do Relatório, um em cada três brasileiros não tem renda suficiente sequer para atender às necessidades básicas. São 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza. Outro indicador aponta a gravidade da situação social: a renda média dos 10% mais ricos da população é quase 30 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Embora não haja consenso sobre o número exato de pobres no país, visto que os dados utilizados para medir a pobreza no Brasil variam de acordo com as metodologias empregadas pelas diferentes instituições e por pesquisadores, LAMPREIA observa que essas variações *"não comprometem o consenso acerca da magnitude do fenômeno"*. (1995:5)

De acordo com FIGUEIREDO, os métodos mais utilizados para medir a pobreza variam entre o método direto e o método da renda. *"Pelo método direto são consideradas pobres as pessoas cuja cesta de consumo é insuficiente para atender às necessidades mínimas essenciais à sua sobrevivência. Alternativamente, o método da renda consiste em calcular a renda necessária para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, chamada linha de pobreza, e em seguida identificar as pessoas cuja renda é menor que essa linha de pobreza"*. (1996:119)

Independentemente do método utilizado, o que é preciso ressaltar é a imensa parcela da população brasileira que se encontra nesta situação, e mais ainda, a forte incidência da população pobre na área rural. Na extensa literatura sobre a modernização agrícola, uma questão que tem sido objeto de diferentes estudos é a análise das relações entre a modernização e a concentração da distribuição da renda e a pobreza na área rural, conforme observou FIGUEIREDO. De acordo com seu trabalho, estudos apontam que a pobreza é um fenômeno de extensão fundamentalmente rural. A autora observa que *"no Brasil, a agricultura apresenta níveis mais baixos de renda média e maiores níveis de pobreza absoluta do que o observado para o total dos demais setores."*(1996:103)

A reflexão sobre a relação da pobreza rural e o modelo de desenvolvimento agrícola pode ser encontrada na dissertação intitulada *"Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho"*, de NORDER. (1997) Em item destinado a comentar as diferentes aferições sobre fome e pobreza no Brasil, o trabalho verificou que várias análises apontam para as vinculações entre a pobreza, a

fome e a estrutura agrária, apesar da existência de diferentes critérios metodológicos para apurar estes índices, e de os números finais dos trabalhos existentes não serem coincidentes.

Analisando os dados de algumas das principais pesquisas sobre o tema, como a elaborada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, em 1993, que ficou conhecido com o “Mapa da Fome”, ou realizada pelo Banco Mundial, em 1994, NORDER aponta também no sentido de reforçar a maior incidência da miséria na área rural. Tanto assim que conclui que *“independentemente dos critérios e das conseqüentes divergências numéricas entre estas pesquisas quantitativas, todos estes estudos mostram que a pobreza e a fome são proporcionalmente maiores no campo que na cidade”*. (1997:13)

Enfatizando ainda a gravidade da situação no campo, LEONE registra que a indigência, um nível ainda mais acentuado de carências, *“tem maior incidência nas áreas rurais, havendo nestas áreas uma maior proporção de indigentes com relação à população total da localidade de cada região”*. (1994:30) As tabelas a seguir apresentam a proporção de pobres nas áreas urbanas e rurais do Brasil .

Tabela 4. Proporção de Pobres no Meio Rural, Brasil e Regiões. 1990.

(Porcentagem)

Regiões	Metropolitanas (%)	Urbano (%)	Rural (%)
SUL	17,6	16,8	28,9
SUDESTE	26,9	17,7	27,1
NORDESTE	43,4	43,8	49,1
CENTRO-OESTE	22,4	23,2	31,8
NORTE	43,4	43,2	-
BRASIL	28,9	26,8	39,2

Fonte: Rocha (1995), a partir de dados do IBGE/PNAD (Citado por VEIGA. 1998)

Nota: Meio Rural do Norte não investigado pela PNAD e estado de Tocantins incluído em Goiás.

Tabela 5. Participação do Meio Rural na Pobreza Brasileira. 1990.

(Porcentagem)

Regiões	Metropolitanas (%)	Urbano (%)	Rural (%)
SUL	2,0	4,5	3,9
SUDESTE	17,8	10,8	4,7
NORDESTE	7,6	18,5	19,0
CENTRO-OESTE	0,8	3,6	1,5
NORTE	0,9	4,4	-
BRASIL = 100,00	29,2	41,7	29,1

Fonte: Rocha (1995), a partir de dados do IBGE/PNAD (Citado por VEIGA, 1998)

Nota: Meio Rural do Norte não investigado pela PNAD e estado de Tocantins incluído em Goiás.

Além de os piores indicadores sobre pobreza e fome se concentrarem na área rural, são também do campo os mais baixos índices em educação e escolaridade. Citem-se, para lustrar, alguns dados sobre o analfabetismo na área rural. De acordo com o IBGE 1995, 32,7% da população rural acima de 15 anos, é analfabeta. O órgão produtor desta estatística ressalta que este número deve ser maior, porque não estão incluídas as populações rurais de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá. Também em relação a matrículas no ensino fundamental, os dados apontam que, dos 2,7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que estão fora da escola, *“os maiores índices estão concentrados nos bolsões de pobreza das periferias urbanas e nas áreas rurais”*. (MEC/INEP, 1998:31)

Todos os baixos índices de desenvolvimento verificados no campo estão relacionados à impossibilidade básica de acesso à terra pelos trabalhadores rurais. Segundo VEIGA, *“já temos estudos que mostram que a pobreza rural está absolutamente relacionada com a agricultura, com o padrão de crescimento agrícola. Isso significa que se quiser discutir a fundo pobreza rural tem que discutir a característica da nossa agricultura. E a mais marcante é o contraste entre o perfil da agricultura brasileira e o perfil da agricultura de um país considerado desenvolvido”*. (1998:3)

No Seminário Internacional Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico, realizado em Brasília, em julho de 1998, o autor sustentou a tese de que uma mudança efetiva nos padrões de desenvolvimento da sociedade brasileira para níveis maiores de igualdade e distribuição de riqueza requer mudança significativa no padrão de desenvolvimento agrícola

adotado. Ao fazer a ligação entre pobreza rural, desenvolvimento e crescimento econômico, o autor sustentou a tese de que a Reforma Agrária e a agricultura familiar se apresentam como políticas cruciais para um novo modelo de desenvolvimento no campo.

Este autor também observa ser preciso estar atento ao fato de que *“a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Mas é na proa que essa distorção está mais acentuada. Enquanto na porção mais miserável do país - o Nordeste - as diferenças espaciais são tênues, na sua ponta mais exuberante - Sudeste/Sul - a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano”*. (1998:3) O autor analisa que é preciso considerar, além disso, que é ainda mais surpreendente que haja tanta pobreza no meio rural num país que teve um dos maiores êxodos rurais do mundo: aproximadamente 28,4 milhões de pessoas deixaram o campo, entre 1960 e 1980, o que teria significado aproximadamente 300 mil famílias por ano.

A apresentação desses dados ilustra a forte ligação entre pobreza rural e padrão de crescimento agrícola. Demonstra-se a intrínseca relação entre as condições sociais da população rural e o padrão de organização da agricultura adotado. De acordo com VEIGA, *“ não pode haver dúvida, portanto, de que qualquer discussão sobre o fenômeno da pobreza rural brasileira passa necessariamente pela consideração das próprias características do setor agropecuário. E uma das mais marcantes é seu contraste com a estrutura ocupacional desse setor em todos os países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano. Em todos esses países a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal”*. (1998:2)

Este dado justifica a principal crítica ao padrão de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil: é essencialmente um modelo que expulsa o trabalho; que fecha as possibilidades de criação de empregos no campo. Este padrão de crescimento agrícola, tem como principal subproduto a *“expulsão prematura do trabalho”*. (VEIGA. 1998:1) A forma pela qual se organiza a produção agrícola brasileira é baseada majoritariamente nos estabelecimentos considerados patronais, ou empresarias, ou seja, onde a produção agrícola não é feita pelo proprietário da terra, mas por um conjunto de trabalhadores contratados, assalariados.

Este modelo de organização da produção agrícola resulta que, no Brasil, os cerca de 500 mil estabelecimentos patronais empregam cinco milhões de trabalhadores e ocupam três quartos

da área utilizada pela agropecuária, enquanto um quarto restante é dividido entre outros treze milhões de ocupados no setor, de acordo com os dados apresentados pelo autor citado.<sup>1</sup>

Estabelecida a relação entre o padrão de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil e os altos índices de pobreza encontrados na área rural, é necessário encontrar alternativas capazes de transformar o padrão de vida da população rural, proporcionando-lhes condições dignas de vida. Neste cenário se coloca a possibilidade de a Reforma Agrária contribuir com a alteração deste modelo, pelas implicações econômicas, sociais e culturais que produz. Para tanto, não se pode prescindir do papel do Estado. Quando se busca o desenvolvimento, e não apenas o crescimento econômico, é imprescindível a atuação do Estado. A lógica de operação do mercado não se preocupa se há ou não desenvolvimento paralelo ao crescimento econômico.

Para que o Estado possa impulsionar o desenvolvimento é necessário que ele intervenha no mercado através de definição de setores estratégicos e prioritários para o país. BENJAMIN (1995) alerta que já houve uma economia política do desenvolvimento que foi aplicada no Brasil e em outros países e que fez dupla crítica à confiança ilimitada no mercado como mecanismo de alocação de recursos.

*"Em primeiro lugar, o mercado - eficiente para alocar recursos econômicos dados em situações concorrenciais - só coordena os investimentos a posterior, e através de movimentos já dados de preços relativos, e depende de decisões atomizadas, quase sempre presas a horizontes de curto prazo. Muitas ações perfeitamente justificadas tendo em vista as necessidades de um conjunto, de um país não são percebidas, em tempo real, por essa via. Assim, ela não é capaz de produzir câmbios estruturais relativamente rápidos, ou mutações, que acelerem a acumulação e alterem a configuração de economias em prazos relativamente curtos de tempo. Em segundo lugar, a demanda que o mercado revela, e à qual agentes econômicos devem se adaptar, não é igual às necessidades sociais e nacionais vistas como um todo, mas a estas necessidades nos marcos da distribuição de renda e capital já existente: só quem detém renda e capital é reconhecido como demandante legítimo e se torna capaz de estimular a alocação de recursos via mercantil". (BENJAMIN, 1995:38)*

---

<sup>1</sup> O autor ressalva que estes números são estimados com base nos dados do IBGE, principalmente da PNAD, e do Censo Agropecuário de 1995/96. Veiga alerta que as mudanças metodológicas empregadas nas estatísticas do IBGE requerem grande cautela em relação a utilização destes números.

Avaliando as experiências dos ciclos de desenvolvimento do país, em BENJAMIN (1995); BACELLAR (1995); MOLLO (1996), nota-se que foram os resultados econômicos da intervenção do Estado, com os planos de desenvolvimento da década de setenta que possibilitaram alcançar maiores índices de crescimento econômico, antes da crise dos anos 80. Apesar do centralismo na elaboração dos projetos, da falta de participação dos atores sociais e da sociedade, na discussão e na definição dos rumos do desenvolvimento, o fato do Estado brasileiro ter concebido, desenvolvido e implementado os planos de desenvolvimento - ainda que de maneira fragmentaria, com planejamentos estratégicos de investimentos e setores prioritários - os ganhos econômicos para o conjunto da sociedade foram significativos. MOLLO observa que, no período militar, a intervenção efetiva do Estado *“foi responsável diretamente pelo crescimento econômico, embora se possa ainda contestar o caráter autoritário da confecção dos planos, elaborados sem consulta à sociedade, e a natureza excludente do padrão de crescimento escolhido”*. (1996:7)

Significativo observar que a intervenção do Estado é fundamental para orientar o crescimento econômico na busca do desenvolvimento. É preciso haver planejamento econômico quando se busca desenvolvimento, do contrário ocorre somente o crescimento em benefício de determinados setores. *“Ao longo de todo o processo de crescimento brasileiro observou-se um papel fundamental do Estado, em especial fomentando e sustentando as mudanças de padrão de crescimento: do modelo agrário exportador voltado para fora para o modelo de industrialização substitutiva de importações de setores leves; do modelo de substituição de importações de setores leves para setores pesados; e, finalmente, com o II PND para setores mais pesados ainda”*. (MOLLO. 1996:5)

Se quisermos mudar o padrão de crescimento agrícola para um padrão mais incluyente e produtor de maior justiça social, é necessário que o Estado brasileiro seja ator fundamental neste processo, sendo capaz de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento, porque não se pode prescindir do crescimento econômico, para serem criadas as condições reais de melhorar o padrão de vida da população pobre.

Conforme alerta o Relatório elaborado pelo IPEA (1996), o conceito de Desenvolvimento Humano é *“mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento. Isto não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter - e muito menos aumentar - o bem-estar de sua população se não experimentar um*

*processo de crescimento que implique o aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano, e a produtividade é componente essencial deste processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento, tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. Ressalte-se, aliás, que a experiência recente tem revelado que, distintamente do observado em décadas passadas, o crescimento econômico neste final de século sequer parece garantir a geração de empregos na quantidade necessária para absorver a oferta da mão-de-obra, caracterizando um processo que já foi denominado de crescimento sem emprego".(1996:107)*

Nesta situação, da perspectiva do desenvolvimento humano importa observar não apenas a magnitude da expansão produtiva, mas sua natureza e qualidade, conforme o Relatório anteriormente citado. Para reverter o quadro de pobreza rural, seria necessário desencadear um processo que possibilitasse simultaneamente o crescimento econômico e o desenvolvimento da população rural. Neste contexto está o debate sobre o papel atual da política de Reforma Agrária.

#### 1.5. O debate sobre Reforma Agrária na década de noventa

Não há consenso sobre o conceito de Reforma Agrária, sendo maior ainda a divergência quanto a objetivos, instrumentos e prazos. Algumas das polêmicas referem-se ao diagnóstico para justificar a necessidade de Reforma Agrária; aos custos e à capacidade de atuação do Estado para sua efetivação; aos resultados econômicos do processo; aos benefícios para o conjunto da sociedade.

SAMPAIO aponta que no debate sobre Reforma Agrária, aqueles que a defendem alegam a necessidade de sua realização para aumentar a produção, para assegurar o abastecimento alimentar ou para eliminar a pobreza. Por outro lado, o autor enfatiza que os setores contrários a sua efetiva realização empenham esforços para coleta de dados e estatísticas que possam derrubar os argumentos dos defensores da Reforma Agrária. *"Como nenhum destes objetivos, considerados isoladamente, constitui uma justificativa adequada para a Reforma Agrária, o debate perde-se em afirmações e contra - afirmações, no fundo inócuas. Para enfocar a questão adequadamente, é preciso ver a Reforma Agrária como uma decisão política do Estado de solucionar uma questão agrária que entrava o desenvolvimento da nação". (1997:13)*

Conforme foi visto no debate sobre a questão agrária brasileira, a importância da temática reside exatamente nas características estruturais que ela possui. A não-resolução dos problemas resultantes da concentração fundiária, trazem conseqüências econômicas, sociais, políticas, culturais para o conjunto da sociedade brasileira. A decisão política para resolver a questão agrária é eixo fundamental da retomada do desenvolvimento do país.

No caso brasileiro, a dificultar esta decisão do Estado está o antigo pacto estabelecido entre este e a classe proprietária, para modernizar o latifúndio, sem desconcentrar a propriedade da terra. Esse pacto tem impedido o avanço do desenvolvimento integral das potencialidades da sociedade brasileira.

O conceito oficial definido pelo Estatuto da Terra dispõe, no parágrafo 1º, do artigo 1º, que Reforma Agrária “é o conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime da sua posse e uso, a fim de atender os princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. De acordo ainda com o Estatuto da Terra, no artigo 16º, a Reforma Agrária no Brasil, visa a “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”. (MIRAD/INCRA. Estatuto da Terra. 1986)

O debate sobre a Reforma Agrária sempre apresenta interesses conflitivos, contraditórios, entre os diferentes atores que têm interesse em sua realização e os que desejam impedir que ela se efetive de fato. No início da década de sessenta, o debate sobre a questão agrária aparecia como exigência do desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro, como uma questão central para o desenvolvimento do próprio país. Discutia-se na sociedade que um dos maiores entraves ao desenvolvimento das forças produtivas era a existência dos latifúndios. Para que ocorresse a modernização das relações de produção no campo era necessário que o latifúndio fosse superado.

ROMEIRO observa que no final dos anos 50, após ter passado por um intenso período de crescimento industrial e de urbanização, que fora marcado por desequilíbrios e por pressões inflacionárias, a *“economia entra em crise, com a taxa de crescimento industrial acusando acentuado declínio. Um grande debate teve lugar na época, sobre as causas do problema. A estrutura agrária concentrada, baseada no grande latifúndio, foi vista como a causa dos*

*desequilíbrios e pressões inflacionárias e como um obstáculo à continuidade do processo de crescimento econômico. O grande latifúndio não teria sido suficientemente dinâmico para fazer com que o setor agrícola cumprisse o papel que lhe coube no processo de desenvolvimento das nações desenvolvidas, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos baratos, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbano - industrial. A Reforma Agrária era vista como pré - condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna". (1991:13)*

A Reforma Agrária passa a ser foco central dos debates, apresentada como um dos principais caminhos para a modernização do país. Diferentes atores sociais defendiam a sua realização: a burguesia industrial, os diversos setores das forças políticas de esquerda e da igreja, e os trabalhadores rurais que estavam organizados principalmente pelas ligas camponesas.

Para a burguesia industrial, o processo de Reforma Agrária era importante por ter ela interesse em transformar as relações de produção no campo, consideradas atrasadas, a fim de assegurar matéria-prima, garantir mercado consumidor e força de trabalho para a industrialização nascente. Nestes termos, a Reforma Agrária aparecia com pré-condição do desenvolvimento do capitalismo, como uma questão necessária ao próprio desenvolvimento econômico.

Para a esquerda fazer Reforma Agrária era transformar as relações de produção no campo (o que teoricamente coincidia com os interesses da burguesia), transformar relações consideradas feudais ou pré-capitalistas, para desenvolver o capitalismo, o que por sua vez aceleraria o processo de proletarização e encaminharia o país mais rapidamente para a revolução que levaria ao socialismo, objetivo estratégico da esquerda. Como a luta pela terra nesse período era muito grande, a esquerda considerava que os sujeitos desta luta poderiam ser o suporte de uma luta maior. Neste período, a luta pela terra se intensificou e as ligas camponesas causavam grande preocupação aos setores conservadores e ao poder constituído.

Com o golpe militar, o debate sobre Reforma Agrária desaparece do cenário político no país, permanecendo, durante as décadas seguintes, uma forte produção acadêmica que tratava do tema. É no início da década de oitenta que o debate político sobre o projeto de Reforma Agrária começa a ser retomado, a partir da abertura que se desencadeava. E o debate aparecia carregado de novas questões.

Uma das novas questões que se colocava para os defensores do projeto de Reforma Agrária é que, se na década de sessenta ela era justificada como necessidade do crescimento econômico do país, havia-se chegado à década de oitenta com um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas no campo, sem a desconcentração fundiária. Ou seja, a questão de fundo era a pertinência do projeto político de Reforma Agrária a partir do grau de desenvolvimento econômico alcançado pela sociedade brasileira.

Outra questão a qual aparecia ligado o tema da estrutura fundiária e que se colocava como parte dos novos termos do debate era a questão da democracia que se retomava no país. A relação entre Reforma Agrária e democracia, era parte da reflexão que se colocava para os defensores da necessidade de alteração na posse da terra no Brasil. Estes aspectos, o sentido econômico ou não da Reforma Agrária e sua relação com o avanço do processo democrático, serão abordados visando a compreender as transformações colocadas neste debate.

Ao tempo em que era preciso dar respostas teóricas a estes novos termos, postos à questão agrária na década de oitenta, a sociedade se depara com os debates em torno do I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA. Em 1985, o cenário em que reaparece o debate sobre a Reforma Agrária, durante o início da Nova República, é profundamente diferente daquele existente na década de sessenta. Em áreas significativas do território nacional, o processo de organização das relações de produção no campo passou a funcionar sob a lógica do modo de produção capitalista, sem que para isso tivesse ocorrido a desconcentração da propriedade fundiária controlada pelos latifúndios. O debate com que a esquerda se depara, em 1985 é que, se antes a Reforma Agrária havia sido colocada como pré-condição para o processo de desenvolvimento econômico, na década de oitenta estão instalados poderosos complexos agroindustriais, que transformaram radicalmente o modo de produção agrícola que vigorava nos anos sessenta.

Ao tentar responder àquelas questões, alguns setores da esquerda, analisando a questão agrária e o desenvolvimento econômico alcançado pelas forças produtivas no campo concluíram que a Reforma Agrária, do ponto de vista econômico, não era mais necessária, devendo ser tratada pelo Estado como uma política social.

Considerando que a agricultura brasileira tinha alcançado um forte sucesso econômico - produtivo durante o período da modernização, GRAZIANO DA SILVA concluía que “*não é*

*possível reeditar hoje as mesmas propostas dos anos 50 e 60. A modernização conservadora da nossa agricultura resolveu a maioria das questões agrícolas que se colocam do ponto de vista do nosso desenvolvimento capitalista: aumentou a produção e a produtividade de praticamente todos os produtos agrícolas, inclusive aqueles considerados básicos para a alimentação”.* (1989:47)

Apesar de assumir o caráter conservador da modernização agrícola brasileira, o autor observava ainda que uma Reforma Agrária ampla, massiva, *“não é mais necessária do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo”.* (1989: 48)

Por esta linha de análise, no aspecto agrícola o Brasil ia muito bem, havia ocorrido um forte processo de modernização no campo, com instalação de diversos complexos agroindustriais que alteraram o modo de produção na agricultura, e que o país teria de enfrentar era a questão agrária, uma questão social a ser tratada como resquício desta inevitável modernização.

A visão segundo a qual a Reforma Agrária não tem mais sentido econômico na sociedade brasileira atualmente, parte do pressuposto de que o modelo de desenvolvimento vigente na agricultura não deve ser alterado, por ser eficiente, já que conseguiu responder aos desafios colocados ao setor na década de 60, não cabendo mais uma massiva distribuição de terra aos trabalhadores rurais. De acordo com essa concepção, não são necessárias profundas alterações na organização da produção agrícola nacional, em função da sua eficiência produtiva. A leitura de que do ponto de vista econômico a Reforma Agrária não é mais necessária separa a questão fundiária da questão da produção e do abastecimento, ou seja, da “questão agrícola”.

A separação do agrário e do agrícola repercutiu no debate que se instaurou sobre Reforma Agrária na Assembléia Nacional Constituinte, em 1986/87. Esta reflexão, que implicava dizer que não devia ser alterado o modelo de produção da agricultura, já que era considerado moderno e eficiente, resultou em argumentos para evitar a desapropriação de latifúndios, sob a alegação de sua eficiência e produtividade.

Esta separação foi, no processo constituinte, uma das responsáveis pelo retrocesso na Reforma Agrária. Foi esta distinção que acabou fortalecendo a posição dos setores mais conservadores no capítulo sobre Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988. D’INCAO observa que *“ enquanto os defensores da Reforma Agrária insistiam na existência de um problema agrário e na inexistência de um problema agrícola no país, recriando a cada instante a confortável - para os fazendeiros – idéia da marginalidade dos sujeitos da luta pela terra, os*

*representantes do empresariado rural asseguravam conquistas ao nível da política agrícola, e por consequência, ao nível da redefinição de seu já historicamente consolidado controle sobre o processo produtivo na agricultura. É importante registrar que todas as questões relativas a política agrícola eram apresentadas como questões fechadas nos trabalhos constituintes". (1990:115)*

No debate sobre o caráter da Reforma Agrária, nos anos 90, tem sido majoritária a idéia de que esta política pública não é mais necessária do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país. Como um dos motes desta concepção de Reforma Agrária como política social compensatória ficou conhecida a frase que preconiza a idéia de *"terra para quem nela não mais trabalha"*. (GRAZIANO DA SILVA. 1989:43) Segundo esta concepção, os grandes produtores, têm respondido às demandas do mercado e, nesta etapa, seria caro capitalizar e tornar competitivos os pequenos agricultores beneficiários da Reforma Agrária.

Analisando a questão, ROMEIRO observa que, para esta visão que considera o atual modelo de desenvolvimento eficiente, e que alega que transformar os milhares de sem-terra em novos pequenos agricultores *"o pequeno produtor tende a abandonar a agricultura por ser incapaz de gerar o mesmo nível de renda dos produtores 'modernos'". A experiência daqueles que vivem de perto o drama da pequena produção no Brasil indica, no entanto, que o pequeno produtor só abandona a terra quando, pelos problemas apontados acima, não consegue simplesmente sobreviver de um modo minimamente condigno. E este mínimo é balizado pela expectativa de renda e das condições gerais de vida nas cidades, as quais são sabidamente muito baixas, e não pelo nível de renda dos produtores modernos. Portanto, para que a pequena produção seja competitiva basta que a renda auferida gere custo de oportunidade suficientemente alto, além, obviamente, de um mínimo de apoio governamental no que diz respeito ao acesso à previdência social e à educação pelos trabalhadores rurais". (1994:75)*

ROMEIRO enfatiza que os dados das pesquisas realizadas nos assentamentos sobre a viabilidade econômica da Reforma Agrária têm demonstrado *"justamente que a garantia do acesso a terra e de um mínimo de apoio governamental tornam o pequeno produtor capaz de sobreviver com um nível de qualidade de vida superior ao que poderia obter como trabalhador assalariado, no campo ou na cidade"*. (1994:75-76)

De acordo com VEIGA, (1998) a leitura que supõe não haver mais sentido econômico para a Reforma Agrária, hoje, está associada a um tremendo dilema para os economistas brasileiros (independente do espectro político em que se encontram: direita, centro ou esquerda), que separam radicalmente os aspectos sociais e os econômicos da atuação do Estado, particularmente quando se discute a questão da estrutura agrária. O autor ressalta ser possível e muitas vezes necessário, para fins analíticos e de estudos de especialização, fazer-se essa distinção. Não se pode perder de vista porém, que na realidade concreta, cotidiana, estes aspectos não se separam. O autor observa que nas Ciências Humanas, de muito se fazer essa separação e especializar pesquisadores em aspectos sociais e em aspectos econômicos, muitos economistas e sociólogos acabam tratando a realidade de forma separada.

VEIGA observa que *“o maior obstáculo para um efetivo combate à pobreza rural está na forte crença da elite intelectual brasileira em uma idéia negada pela pesquisa econômica internacional: de que o crescimento nada tem a ver com desigualdade; o que leva a pensar que a redistribuição de ativos fundiários não teria sentido econômico, sendo aceitável apenas como política de cunho social”*. (1998:1)

É a separação entre os aspectos sociais e econômicos das conseqüências da redistribuição da estrutura fundiária que leva parcela significativa dos pensadores brasileiros a afirmar que a Reforma Agrária não tem mais sentido econômico atualmente, que a ela resta o papel de política social, no sentido de fazer justiça social aos sem-terra.

Contrariando a visão que sustenta que a Reforma Agrária é política somente de cunho social, no Seminário Internacional “Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico” foram apresentados diversos trabalhos comprovando os efeitos econômicos da política de reestruturação fundiária. Pesquisas discutidas no Seminário comprovaram que, ao promover a distribuição da terra, que é um ativo financeiro, a Reforma Agrária produz efeitos agregados, sustentando o próprio crescimento econômico, o que confirma o papel estratégico do meio rural no processo de desenvolvimento. O Seminário, que tinha como objetivo principal discutir argumentos teóricos e evidências empíricas capazes de mostrar a relação entre desigualdade e crescimento econômico, apresentou como uma de suas principais conclusões a importância da Reforma Agrária como política das mais eficazes no combate à pobreza rural.

Uma das mais graves conseqüências da visão, segundo a qual a reforma da estrutura fundiária teria sentido somente como política social, é que ela retira o caráter estratégico da reflexão sobre a intrínseca conexão entre a pobreza rural e o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, fazendo com que em lugar de se pensar a Reforma Agrária como questão estrutural, se proceda à comparação de custos e benefícios desta política com outras políticas assistenciais.

Embora os partidários desta leitura da Reforma Agrária como política social façam também suas as críticas aos custos sociais da modernização conservadora da agricultura brasileira (êxodo rural, pobreza, superexploração dos trabalhadores etc.), eles não aceitam a idéia quando se propõe que estes custos são parte do próprio modelo implementado, não sendo factível a separação do agrário e do agrícola. Novamente essa separação do econômico e do social justifica a posição em defesa da eficácia da modernização agrícola brasileira.

Pacheco observa que assim *“as exclusões que o modelo gera passam a ser situadas numa esfera, que de alguma forma deixa de ser econômica. São pois reconhecidos os custos sociais do atual modelo, mas não se questionam os seus custos econômicos, aí incluídos os custos ambientais. Não se questiona o próprio modelo porque é visto como única tendência, com uma certa inexorabilidade do chamado avanço do capitalismo”*. (1993:28)

A visão da Reforma Agrária como política social compensatória ignora que este desenvolvimento agrícola, considerado “eficiente”, só alcançou resultados porque o próprio Estado propôs, garantiu e viabilizou a entrada do capital no campo, transformando a agricultura numa questão indissociada do sistema financeiro. *“O fato é que o Estado patrocinou no espaço agrário brasileiro a associação do capital (grandes grupos empresariais) com a propriedade da terra, reforçando na burguesia seu caráter conservador e anti-reformista. Esta associação gerou novas atividades econômicas, vinculadas inclusive ao mercado internacional, e com isso os investimentos no campo têm agora a marca do capital, do banco, da indústria, do grande intermediário, em suma, do capital financeiro”*. (SANTANA. 1994:47)

Retomando-se o que foi dito no debate sobre a questão agrária, a respeito de ser uma questão estrutural que entrava o pleno desenvolvimento do país, não se pode analisar separadamente esses fenômenos. Ao assumir que o atual modelo agrícola não precisa ser alterado, porque se considera que ele é eficiente, menospreza-se a história dos fatores que assim o fizeram,

não se consideram os resultados alcançados pelo modelo e os custos pagos pelo conjunto da sociedade para sua sustentação. Uma visão estrutural do problema agrário brasileiro possibilita que se trabalhe em conjunto o tipo de desenvolvimento agrícola adotado e a conseqüente estrutura fundiária necessária para sua manutenção. De maneira que esta concepção da questão agrária impede de se considerar “moderno” e “eficiente” o modelo de desenvolvimento agroindustrial que se implementou no campo.

ROMEIRO alerta que a visão que considera este modelo baseado nas grandes unidades patronais eficiente economicamente “ *ignora ou considera inevitável a discriminação que historicamente vem sofrendo a pequena produção no Brasil por parte da política agrícola governamental (crédito, apoio do sistema de pesquisa e extensão rural, estruturas de comercialização etc.). Ignora ou considera inevitáveis também as dificuldades de acesso à terra num contexto agrário dominado por uma concepção absoluta da propriedade privada da terra, que a torna possível de se transformar num ativo meramente especulativo*”. (1994:75)

É preciso considerar que a maior parte dos recursos públicos foi direcionada para o setor agrícola patronal, que conseguiu se impor no cenário político como representante legítimo da agricultura moderna. A construção desta legitimidade é permanentemente disputada nos embates políticos ideológicos que se travam nos espaços de debate e de construção das políticas públicas. Há um trabalho de convencimento e articulação, feito pelas elites agrárias, para manutenção de seu *status* de legítimos produtores nacionais, desqualificando a agricultura familiar.

No seminário “A Reforma Agrária na virada do Século”, realizado em Campinas em 1993, D’INCAO observava que o contraponto deste debate deve ser a análise global do desenvolvimento econômico, pois ele é também um produto social. O desenvolvimento econômico deve sempre ser historicizado, lido a partir do conjunto das relações sociais em que se desenvolveu, senão se corre risco de fazer uma leitura economicista da história, desprovida da participação de outros atores sociais que não o capital. A entrada definitiva do modo de produção capitalista na agricultura brasileira, faz-se sob forte intervenção do Estado, que preconiza um determinado modelo agrícola investindo todos os seus recursos e canalizando sua estratégia para esse modelo. No caso brasileiro, a escolha foi uma agricultura baseada na manutenção de grandes extensões de terra para o processo produtivo, priorizando a produção de produtos para exportação.

Relembra-se, o Estado militar garantiu dezenas de subsídios e privilégios para quem investisse nos negócios da terra, já que isso contribuiria para implementar seu projeto político de governo. Foi decisão política investir nesse modelo de desenvolvimento da agricultura.

Assim, ao contrário da visão da Reforma Agrária como política social compensatória “*o debate político da Reforma Agrária (...) considera o conteúdo das demandas das lutas sociais no campo como indicadores das contradições sócio - estruturais geradas pelo desenvolvimento da agricultura brasileira. Partindo destas contradições retoma, de um lado, o já mencionado diagnóstico da eficiência econômica da agricultura, mas para identificar os seus pilares de sustentação política, isto é, para reconstruí-lo enquanto expressão de um determinada correlação de forças sociais e políticas, de um determinado processo histórico-social*”. (D’INCAO. 1990:119)

Os sem-terra representam as contradições produzidas por um modelo de desenvolvimento agrícola chamado “moderno” cuja base é uma estrutura fundiária extremamente concentrada e excludente, onde coexistem as mais sofisticadas agroindústrias, com uma força de trabalho rural completamente depauperada, impedida de ter acesso aos direitos fundamentais: alimentação, moradia, emprego, educação, cultura.

Resumindo as críticas a esta visão que concebe o tratamento da questão agrária como política social, GOMES observa que a corrente que reduz a Reforma Agrária à dimensão de política compensatória, obscurece “*a importância de políticas ativas e abrangentes de reestruturação fundiária, emprego e renda como geradoras de um novo padrão de desenvolvimento da agricultura que possibilite a reversão real e permanente do atual quadro de exclusão e desigualdade social*”. (1997:2)

Contrapondo-se à visão da Reforma Agrária como política social existem trabalhos que provam que é muito significativa a capacidade de esta política contribuir na desconcentração de riquezas e na impulsão do crescimento econômico. No trabalho intitulado Fundamentos do Agro Reformismo, VEIGA observa que “*os efeitos econômicos reais das Reformas Agrárias já realizadas se concentram em dois tipos de impactos: os produtivos e os distributivos. O aumento da produção agrícola - e, principalmente, da produção de alimentos - tem sido uma característica constante. (...)*

*Todavia, as vantagens produtivas nas Reformas Agrárias dão azo a uma confusão indeslindável. Sempre será possível dizer que os mesmos resultados podem ser obtidos sem a intervenção direta do Estado na estrutura agrária. Até o caso Japonês - que ensejou uma expansão simplesmente espetacular - é objeto deste tipo de questionamento metafísico. (King, 1997, 199-202) Então, o único impacto não somente constante, mas também indubitável da Reforma Agrária é o distributivo. Pode haver dúvida sobre sua intensidade em cada caso particular; mas não se pode dizer que o mesmo fenômeno ocorreria em condições normais de temperatura e pressão... Por mais parcial e malograda que seja uma Reforma, é impossível negar o efeito redistribuidor da transferência de terra. Ele pode ser reduzido, até neutralizado por políticas públicas; mas ele não pode ser desqualificado, por mais pessimista que seja a avaliação". (VEIGA. 1991:40)*

O autor observa que vários países que se encontraram em crises econômicas como a crise brasileira conseguiram superar seus problemas realizando políticas de distribuição de renda. Entre elas, a principal é a Reforma Agrária. O efeito distributivo desta política pública não pode ser negado. O efeito de distribuição da renda é sempre sentido, pois o acesso à terra já garante um mínimo de segurança alimentar, de produção para o autoconsumo, além da própria moradia e da garantia de trabalho.

Nesta mesma direção, o trabalho de ALENTEJANO aponta que mesmo “processos restritos e desarticulados como o brasileiro demonstram as potencialidades da Reforma Agrária enquanto política de distribuição de renda, como destaca a avaliação feita pela FAO sobre assentamentos da época do PNRA, que aponta para a melhoria das condições de vida dos assentados e para a obtenção, no setor reformado, de uma renda familiar média superior à do campo brasileiro em geral. As notícias que dão conta do impacto positivo dos assentamentos sobre os pequenos municípios do interior, contribuindo para a arrecadação de impostos e a geração de empregos rurais e urbanos, são mais um elemento indicador das potencialidades de um processo de reformulação da estrutura agrária”. (1996:31)

É pelo debate de como a agricultura é organizada, e de quais conseqüências esta forma de organização traz para a sociedade, que se coloca a possibilidade da política pública de Reforma Agrária questionar o modelo de desenvolvimento da agricultura. De acordo com D’INCAO, no “debate político da Reforma Agrária, começa-se pelo questionamento das

*próprias relações sociais – incluindo, cabe lembrar, as políticas econômicas - que criam a necessidade de uma Reforma Agrária no bojo do atual processo de democratização da sociedade brasileira.*

*Nessa linha, parte-se do reconhecimento da demanda social pela terra como demanda do direito à cidadania, e em nome desse reconhecimento - ou, com essa vontade política - identifica-se e interroga-se os mecanismos de sustentação política dos caminhos percorridos pela agricultura dominante no país. Como resultado propõe-se um projeto de Reforma Agrária como parte do esforço maior de redirecionamento da própria economia agrícola. De modo a permitir a integração, no processo produtivo dominante, não só dos sujeitos da luta pela terra, mas de todo o campesinato “marginalizado” do país”. (1993:30)*

A diferença desta concepção de Reforma Agrária daquela que a trata como política social compensatória, é que esta a considera em sua importância estratégica, em termos de política pública, para a construção de um novo modelo de desenvolvimento capaz de contribuir efetivamente com a redução da pobreza rural e com a melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Conforme foi visto no item sobre a modernização da agricultura, a principal característica da organização da produção agrícola no país é o predomínio dos estabelecimentos patronais. A proposta de VEIGA (1998) para reduzir a pobreza rural é expandir e fortalecer a agricultura familiar. E a Reforma Agrária é o meio para produzir e fortalecer os agricultores familiares. A forma apontada por VEIGA como padrão de desenvolvimento agrícola redutor da pobreza é a organização da produção agrícola feita prioritariamente com base na agricultura familiar. É uma mudança no padrão de atuação do Estado, que desde o início do regime militar deu forte apoio ao modelo em vigor.

Assim, a Reforma Agrária deve questionar esse modelo e propor nova forma de organização da produção agrícola, em que os recursos e atenção do Estado voltem-se para a agricultura familiar. Em função da característica da modernização agrícola haver-se operado por dentro do próprio Estado, é necessário considerar que ele tem sido historicamente apropriado pelos interesses dos setores dominantes da sociedade brasileira. O conceito de tecnologia agrícola, a que se referem quando tratam de modernização da agricultura, também é produto de uma determinada correlação social, de forças políticas.

Neste sentido, FIGUEIREDO observa que *“deve-se mencionar que tanto a modernização como a desigualdade da distribuição da renda na agropecuária estão condicionadas pela estrutura da posse da terra. A modernização da agricultura ocorre em uma situação de extrema desigualdade da distribuição da posse da terra. Os efeitos positivos da modernização sobre a renda média tendem a ser desigualmente distribuídos, já que a posse de terra é também um dos mais importantes fatores para a determinação da renda. Desta forma, políticas que visem a diminuir os níveis de pobreza na agricultura brasileira devem dispor de instrumentos tanto para a promoção da modernização de uma forma geral como para a diminuição das desigualdades de acesso à tecnificação. Ao mesmo tempo devem ser contempladas estratégias para a redistribuição da posse da terra como um dos instrumentos importantes para a diminuição da pobreza na agropecuária”*. (1996:163)

Entendendo que o desenvolvimento da agricultura não tem como único caminho o modelo patronal, os estudos de ABRAMOVAY (1992) e VEIGA (1994, 1998) provam que é possível o desenvolvimento de uma agricultura moderna, capitalista, mas que tem base fundamental na produção agrícola familiar.

São as várias características negativas do padrão de desenvolvimento agrícola adotado que possibilitam pensar a Reforma Agrária como redirecionamento da economia agrícola e como parte do processo de democratização do país. Ressalta-se a importância da compreensão do que se quer dizer com a democratização. O aspecto central está em tirar o Estado das mãos de uma elite dominante e conduzi-lo para atuar em função dos interesses de toda a sociedade. Analisando a atuação do patronato agrícola durante a modernização, PACHECO observa que o *lobby* dos grandes proprietários e de suas organizações produziu no período *“verdadeira apartação do Estado em relação à sociedade, em favor da acumulação privada de alguns setores. Não se pode, em resumo, falar dos resultados da produção agrícola, dissociando-a de seus custos financeiros, ecológicos e sociais para a sociedade como um todo”*. (1993:29)

A Reforma Agrária, como parte do processo de democratização, exige um redirecionamento da ação estatal. O Estado deixaria de apoiar e proteger as grandes unidades agrícolas patronais para ser um Estado com um programa de Reforma Agrária que contenha em si um programa de apoio à pequena produção, tendo uma estrutura organizacional composta de agricultores familiares. Essa mudança da orientação da ação do Estado deve estar diretamente

relacionada à perspectiva de se um construir um novo modelo de desenvolvimento rural, cuja preocupação central seja proporcionar às grandes massas de trabalhadores rurais novos patamares de renda e de melhor qualidade de vida.

NORDER observa que *“não se trata portanto de se criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante do mercado, mas tornar a agricultura familiar e a Reforma Agrária como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham a aumentar a oferta de alimentos e também aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural”*. (1997:30)

Portanto, a Reforma Agrária deve ser encarada como uma política estratégica para possibilitar grande mudança no modelo de desenvolvimento agrícola até agora dominante no Brasil. A criação de milhares de novas unidades familiares de produção agrícola que a Reforma Agrária pode ocasionar deve ser parte de um projeto político do Estado e da sociedade, no sentido de alterar as condições socioeconômicas de grande parte da população brasileira para níveis melhores de renda e cidadania. O que está em questão é qual o modelo de desenvolvimento que a sociedade brasileira vai priorizar. A agricultura hoje é majoritariamente patronal por força de determinadas correlações políticas históricas. O que não significa que o modelo patronal seja o único caminho para uma agricultura moderna.

A agricultura pode ser a melhor saída para o país, a possibilidade de incorporar cidadãos excluídos de acesso aos seus direitos fundamentais a um patamar de cidadania. É uma decisão do conjunto da sociedade sobre o país que se quer. Sobre qual projeto de nação se tem. *“Resta comentar que o desenvolvimento agrícola não tem que ser, necessariamente, um fator de concentração de renda. A experiência de vários países mostra que é possível desenvolver-se e manter, ao mesmo tempo, uma distribuição da renda menos concentrada. Para isso contribuem políticas estruturais, visando a uma melhor distribuição da posse da terra e a uma política de renda que visem à valorização de rendimentos dos trabalhadores e pequenos produtores rurais como um meio de se alcançar uma distribuição mais eqüitativa dos frutos do crescimento econômico. No Brasil, o equacionamento de políticas que contribuam para a distribuição mais eqüitativa da renda na agricultura passa, necessariamente, pelo enfrentamento da questão da concentração da posse da terra”*. (FIGUEIREDO. 1996:164)

## CAPITULO 2. A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

### 2.1. Contextualização e dimensão

Como observado no item 1.3, o governo militar optou pela modernização da agricultura através do incremento, em larga escala, do uso de insumos químicos e mecânicos, mantendo a estrutura fundiária concentrada e impedindo o acesso dos trabalhadores rurais à terra. Realizando projetos de colonização, para tentar conter os conflitos gerados pela concentração fundiária, reprimiu duramente os trabalhadores rurais, procurando impedir sua organização, que se encontrava bastante fortalecida nos anos que antecederam o golpe.

Todo esse processo de modernização que manteve intocada a concentração fundiária produziu nestes trinta anos uma massa de trabalhadores rurais completamente empobrecidos. BERGASMACO observa que *“os resultados perversos desta modernização podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980”*. (1997:37)

Analisando as conseqüências desta forma de desenvolvimento, a autora acrescenta que *“esta precarização das condições de vida e trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores”*. (1997:37) Trabalhadores rurais que viviam completamente à margem da vida política e que se encontram impedidos de qualquer tipo de acesso à terra, em conseqüência da transformação operada no campo devido à modernização da agricultura, começam, em diferentes pontos do país, a lutar pela terra, na tentativa de garantir sua sobrevivência e a da família.

Sobre o impacto que o efeito multiplicador deste processo de organização dos trabalhadores rurais tem no transcorrer da história brasileira recente, GRZYBOWSKI ressalva que os movimentos de luta pela terra têm também o papel de questionar e propor novos projetos de organização da sociedade, em oposição ao tradicional poder dos grandes proprietários rurais. *“No Brasil rural - aí incluindo as diferentes comunidades rurais e até cidades de porte médio, dependentes da produção agrícola circunvizinha - se desenvolveram estruturas de poder local e*

*regional extremamente autoritárias, a serviço dos interesses dos 'donos de terra e gente', hoje umbilicalmente ligados à agroindústria. Corrompendo todas as esferas da vida pública local e regional, o poder do bloco de forças agrário-industriais - as velhas-novas oligarquias - não só promove impunemente violência e morte no campo, como consegue dobrar a seus interesses e privatizar esferas importantes da organização estatal no Brasil. Os movimentos populares rurais são até aqui a força mais eficaz de enfrentamento de tal poder. Preservar esta sua capacidade é fundamental para a sociedade como um todo, até, de ser condição indispensável para alargar as perspectivas de trabalho e vida para os próprios trabalhadores rurais. (1994:295)*

O autor alerta para a importância de toda a sociedade se envolver com a garantia da participação democrática dos trabalhadores rurais. O imenso poder político do qual desfrutam os grandes proprietários, a impunidade que os protege, o controle de amplos setores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário garante que os donos de terra neste país ainda sejam portadores de diversos privilégios. O poder político que resulta da concentração da propriedade da terra impede que se desenvolvam relações sociais, econômicas, políticas, verdadeiramente democráticas, na sociedade brasileira. Os movimentos sociais rurais, ao lutar pelo acesso à terra, desencadeiam um conjunto de mudanças nas relações políticas e socioeconômicas na região em que esta luta se desencadeou, forçando e ao mesmo tempo propondo a constituição de um novo padrão de relação entre diferentes atores sociais.

Um destes movimentos tem sido responsável pela manutenção do tema Reforma Agrária na agenda política nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Objeto nos últimos anos de diversas teses acadêmicas<sup>2</sup>, o MST tem sido capaz de produzir em várias áreas onde está presente, pela organização de acampamentos e assentamentos, alterações substanciais nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais estabelecidas entre trabalhadores rurais sem terra, Estado e sociedade.

O MST surge a partir de diferentes experiências de luta, construídas pelos trabalhadores rurais, com influência marcante e decisiva para sua formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza trabalhos de organização e conscientização dos camponeses e que foi o organismo articulador de várias lutas que se desenvolviam em diferentes lugares do país, no final da década de setenta. FERNANDES observa que “o surgimento do MST é resultado de um

---

<sup>2</sup> CALDART (1987); TARELHO (1988); LISBOA (1988); RAPCHAN (1993); FERNANDES (1994).

*processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Essa política foi concebida a partir da importação do modelo da 'revolução verde', da idéia ufanista de 'Brasil grande' e da concepção política da agricultura camponesa como atrasada. O pano de fundo dessa política tem sido a defesa dos interesses dos grandes grupos empresariais e latifundiários que se apropriaram das terras e passaram a controlar a economia agropecuária". (1997:6)*

Além dos fatores econômicos determinados pela mudanças resultantes do processo de modernização da agricultura e da forte influência da Comissão Pastoral da Terra, tiveram importância no surgimento do MST as mudanças políticas ocorridas no país em 1976/1978, quando ocorreram os processos de revolta popular no meio urbano contra a ditadura, como as greves no ABC. Elas alcançam ampla repercussão, o que acaba encorajando os trabalhadores rurais a reforçarem as lutas que vinham desenvolvendo. Influem na criação do Movimento a formação de várias oposições sindicais rurais e alguns núcleos do sindicalismo combativo que cresciam à época.

Em trabalhos sobre o MST e em documentos do próprio Movimento, sua história tem sido dividida em quatro períodos, que vão de 1979 a 1984; de 1984 até 1989; de 1989 até 1994; de 1995 até os dias atuais. Estes períodos estão relacionados a diversos fatores, internos e externos ao Movimento, que delimitam marcos significativos para mudanças na sua organização.

A primeira fase do Movimento, de 1979 até 1984, foi articular as lutas localizadas pela terra: as primeiras ocupações no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em 1980; a resistência dos colonos desalojados pela Itaipu; a ocupação da fazenda Primavera, em São Paulo; as ocupações no Mato Grosso do Sul e em Goiás. A partir deste processo, que ocorria sem uma articulação nacional e que em geral tinha uma forte presença da Igreja, dá-se início à preparação de um encontro que deveria reunir as diversas experiências no país em função da luta pelo acesso ou pela manutenção na terra. Em janeiro de 1984 é realizado um encontro em Cascavel, no Paraná, cujo responsável maior foi a Igreja, que reuniu lideranças de massa dessas várias ocupações que ocorriam pelo país afora, com representantes de 16 estados. Nesse Encontro decidiu-se pela convocação de um Congresso Nacional, para se articular as lutas pela terra. Em janeiro de 1985, em Curitiba, 1.500 delegados de todo o Brasil fundaram oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No período de 1979 a 1985, “Terra para quem nela trabalha” era a palavra de ordem que resumia a concepção da Igreja que apoiava os trabalhadores em suas lutas e aglutinava os sem-terra. Indicando as mudanças que viriam em função das mudanças políticas que se processavam no país, com o início da Nova República, a palavra de ordem definida no Congresso de 1985 passa a ser “Ocupação é a única solução”. Essa palavra de ordem pode ser emblemática para resumir a concepção que o Movimento tem da nova conjuntura política: nesse período, quando se debatia a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as organizações dos trabalhadores estavam divididas quanto à melhor postura a tomar. A CONTAG defendia que as lutas pela terra deveriam ser refreadas, por considerar haver indicativos de que o governo faria a Reforma Agrária. Já o MST defendia que a principal forma de contribuir para sua realização era a ocupação das terras de forma massiva. Os documentos do Movimento registram que *“essa definição foi muito importante naquela conjuntura, pois muitos setores progressistas e de esquerda caíram na ilusão de que o governo José Sarney poderia fazer a Reforma Agrária por iniciativa própria. Multiplicaram-se as ocupações durante o ano de 1985. E a história deu razão ao MST. Poucos meses depois, Sarney demitiu o presidente progressista do INCRA, José Gomes, e a Reforma Agrária ficou no discurso”*. (MST. 1993:9)

O período 1986-1988, em que ocorreu a elaboração da nova Constituição, foi marcado simultaneamente por grandes lutas no campo e pelo recrudescimento da reação dos fazendeiros que passaram a se organizar sob a União Democrática Ruralista, desencadeando estratégias políticas de combater com violência a nova organização dos trabalhadores rurais. De acordo com os registros sobre os conflitos fundiários organizados há anos pela CPT, houve no período um aumento do registro de assassinatos dos trabalhadores e seus aliados na luta pela terra.

Com a instalação da Assembléia Constituinte, o debate da Reforma Agrária se difunde na sociedade, com congressos e seminários que discutiam a necessidade e a importância de sua realização. Os movimentos e entidades pró-reforma, com a participação ativa do MST, prepararam uma proposta de Reforma Agrária Popular e conseguiram 1.600.000 assinaturas de eleitores. Mas as forças conservadoras acabaram vitoriosas, impondo uma lei agrária muito aquém da proposta popular. Este processo do debate da Reforma Agrária na Constituinte foi objeto de inúmeros estudos, entre eles o livro “Buraco Negro”, de José Gomes da SILVA, que relata as articulações que se fizeram para aprovar o capítulo da Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988. Foram realizados debates sobre esse processo entre os próprios setores da esquerda, em função de

erros estratégicos que os defensores da Reforma Agrária teriam cometido. Apesar da derrota, a luta do MST pela terra continuou se desenvolvendo, procurando manter na agenda nacional a necessidade e a importância da redistribuição fundiária.

A partir de 1989, com a eleição do governo de Fernando Collor, o Movimento dos Sem Terra passa a enfrentar uma conjuntura mais adversa, com o aumento da repressão às ocupações de terra e com a utilização de maior violência nos despejos, com o objetivo de acabar com a luta pela terra. Nesse período, o Movimento diversifica as formas de lutas. A dura repressão iria contribuir para identificar o Movimento Sem Terra pelo lema “Ocupar, Resistir, Produzir”.

Embora os avanços em desapropriações não tenham sido significativos, o período foi bastante fértil para o MST, que promoveu importantes reestruturações internas. Durante todo o período de 1990-1993, numa conjuntura muito ruim à luta pela terra, o Movimento priorizou sua organicidade interna, aprofundando a concepção e a organização de vários setores. Há a constituição do Setor Cooperativista dos Assentados, sinalizando a prioridade que passaria a ter a organização da cooperação agrícola nos assentamentos. Aprofundam-se as atividades do Setor de Educação, com cursos de formação de professores para os assentamentos, produção de publicações e consolidação de uma metodologia específica para a educação de jovens e adultos e de ensino às crianças assentadas.

Com o *impeachment* de Fernando Collor, se estabelece uma nova conjuntura política no país. No governo de transição de Itamar Franco, o Movimento conseguiu avançar em articulações e relações com os outros setores da sociedade, iniciando uma mudança que viria a ser marca da nova fase de sua estratégia de luta pela terra. A partir desse período, evitando o isolamento, decidiu-se levar a luta pela Reforma Agrária para as cidades, integrando-a à luta de outras categorias urbanas que também necessitam da reestruturação fundiária e por ela serão beneficiadas.

Esse amadurecimento levou à nova palavra de ordem, orientação do III Congresso Nacional em 1995, que contou com a participação de mais de 5.000 trabalhadores rurais da base do Movimento: “Reforma Agrária, uma luta de todos”. A nova palavra de ordem, resumo da compreensão da Reforma Agrária amadurecida pelo MST nestes 12 anos de luta, vai ter grande importância nos novos comportamentos políticos e nas estratégias desencadeadas.

Agregando-se ao “Ocupar, Resistir, Produzir”, o novo lema indica um importante avanço na concepção do Movimento, a partir da conscientização de que por maiores e mais vitoriosas que sejam as ocupações massivas de terras ociosas, abandonadas ou improdutivas, os trabalhadores rurais sozinhos não têm força para alterar o conjunto de relações socioeconômicas que deve ruir junto com as cercas do latifúndio. Exatamente por ser uma questão estrutural, que envolve mecanismos jurídicos, políticos, econômicos e culturais, a propriedade da terra redefine um conjunto de relações na sociedade. A partir desse período, o Movimento amplia esforços e estratégias para convencer a sociedade de que uma alteração expressiva empreendida pelo Estado na estrutura fundiária do país, para produzir sua desconcentração multiplicando o número de assentamentos, teria condições de mudar significativamente o quadro de pobreza em que se encontra boa parte da população dos pequenos e médios municípios que dependem da agricultura.

O MST defende que mesmo realizada nos marcos do capitalismo, a alteração da estrutura da propriedade rural traria grandes mudanças sociais e poderia aproximar a sociedade de um regime mais democrático. Conforme visto nos itens sobre modelo de desenvolvimento e modernização da agricultura, os governos militares incentivaram grupos econômicos a investir no campo, mantendo extremamente concentrada a estrutura fundiária brasileira. Por isso o MST defende que a *“a Reforma Agrária é uma necessidade da sociedade, para reduzir a concentração da terra, mudar a forma de utilizá-la e diminuir o êxodo rural. E a mudança poderia alavancar o desenvolvimento da agricultura, de forma a construir um novo modelo econômico em que o campo tenha um espaço privilegiado”*. (1997:3)

Para o MST, a Reforma Agrária não é vista como uma política pública isolada, que pode ser aplicada independentemente de outras políticas macroeconômicas, mas é encarada como medida necessária dentro de um processo de mudanças que altere as atuais relações de produção da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, são objetivos da Reforma Agrária, para o MST:

- Garantir trabalho para todos, combinado com distribuição de renda;
- Produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda população brasileira, em especial nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;

- Garantir bem-estar social e melhoria das condições de vida, de forma igualitária, para todos os brasileiros. De maneira especial para os trabalhadores e, prioritariamente, para os mais pobres;

- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos no aspectos econômico, político, social, cultural e espiritual;

- Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;

- Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais;

- Preservar e recuperar recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc., de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável;

- Implementar a agroindústria e a indústria no interior do país.

O caminho para atingir tais objetivos, começa necessariamente com a democratização do acesso à terra e de outros meios de produção, mas deve incluir alterações estruturais no sistema econômico do país, favorecendo nova organização da produção, com uma nova política agrícola e novo modelo tecnológico.

A Reforma Agrária, para o MST, implica na construção de um novo modelo de desenvolvimento. O MST tem expressado a necessidade de que o Brasil construa um novo projeto de nação. Sua proposta de Reforma Agrária faz parte da construção de um Projeto Nacional em que a agricultura tem papel central.

Documentos do Movimento contêm a observação de que é preciso redefinir o modelo de desenvolvimento do país. O fato de o MST se propor a pensar cada um dos assentamentos considerando a realidade da economia local e regional, e ao mesmo tempo ter uma diretriz política nacional sobre importância da organização da produção agrícola, é parte de sua estratégia de construir um novo Projeto Nacional. Exatamente por acreditar que construir esta nova nação é tarefa de todos os cidadãos brasileiros, o MST tem desenvolvido o esforço de participar e se envolver com necessidades e lutas de outros trabalhadores e da sociedade em geral. Essa visão se desenvolve a partir do momento que o Movimento assume, teoricamente, que não há possibilidade de alterar-se profundamente a estrutura fundiária brasileira se não houver envolvimento e

participação de amplos setores da sociedade. Não somente os trabalhadores rurais necessitam de Reforma Agrária, mas também a população dos grandes centros urbanos, que se tornaram inviáveis.

É por isto “o esforço do MST em ser um movimento social que consiga que os camponeses passem daquela consciência ingênua, corporativa, para um consciência social. Somente assim eles se transformarão em sujeitos políticos que participam da sociedade brasileira, que participam do sindicato, do partido. Essa é a nossa pregação para que os camponeses engajados no MST adquiram essa consciência. Nosso engajamento em questões políticas, como a questão da Vale do Rio Doce, como na luta contra a reeleição, foi o reflexo, a consequência, de que nossa base virou cidadã. Deveria chamar a atenção se não nos envolvêssemos, se só estivéssemos preocupados com a terra. Aí seríamos meio-cidadãos. Para exercer a cidadania plena, o cidadão tem de participar de todos os problemas da nossa sociedade”. (STÉDILE. 1997:86)

Antes de analisar alguns aspectos ligados à organização da produção nos assentamentos que conquistou, é interessante que se conheçam diretrizes e estruturas de funcionamento do MST.

## 2.2. Princípios e estrutura interna

Para poder avançar, o MST procurou conhecer a fundo a história dos trabalhadores rurais no país, a fim de acertar na escolha das melhores formas de organização. STÉDILE relata que “desde o início o MST procurou resgatar as experiências de outros movimentos e da luta pela terra em geral. Sabia-se que a luta e as conquistas somente se obtinham fazendo. Por isso, nunca houve manuais, procurou-se desde o início aprender com nossa própria experiência. No entanto, buscou-se na experiência histórica de outros movimentos camponeses do Brasil, ensinamentos acumulados pela classe. De certa forma, o MST sempre se considerou como herdeiro das Ligas Camponesas, que foram a organização similar mais parecida que existiu nas décadas de 50 e 60. Ouvimos as lideranças históricas das ligas, procurou-se aprender o máximo de seus erros e acertos. E buscou-se, também, entender e aprender com as experiências de outros movimentos camponeses da América Latina. Em diversos países latino-americanos, os camponeses eram, ou ainda são, maioria em suas sociedades e sempre desenvolveram lutas históricas. Deles, também procurou-se aprender”. (1997:11)

O resultado de todas essas experiências possibilitou ao MST desencadear um processo organizativo de crescimento com unidade política, por meio da construção de um movimento social nacional. As principais diretrizes que têm garantido o crescimento e a sustentabilidade do MST, de acordo com os seus documentos, são:

- Lutas de massa. O MST sempre teve claro que a Reforma Agrária somente avançaria com luta e, sobretudo, com lutas de massa. Para o Movimento, não há outro caminho de mudança social: é preciso que o povo esteja organizado e mobilizado. Contrariando a prática política de movimentos e sindicatos que optam por fazer primeiro negociações políticas antes das mobilizações da própria categoria, o MST defende que negociações com o governo são necessárias e importantes, mas fazem parte de uma correlação de forças que só se altera favoravelmente ao povo se este demonstrar sua força;

- Vinculação permanente com as massas. É fundamental, para organizar um movimento social, um trabalho permanente de base e de enraizamento nas massas;

- Direção coletiva. Um princípio político fundamental para o MST é que dentro dele todas as instâncias - desde as comissões de base dentro de um acampamento até as instâncias nacionais - sejam exercidas coletivamente na forma de colegiado, sem distinção de poder. E que haja divisão de responsabilidade;

- Divisão de tarefas. Todas as atividades dentro do Movimento devem sempre ser realizadas pelo maior número possível de pessoas, em forma de comissões;

- A disciplina. O MST defende que não é possível funcionar se não houver um grau de disciplina regido por regras coletivamente discutidas e respeitadas pelos indivíduos que quiserem fazer parte da organização.

- Formação de quadro. Nenhuma organização poderá ter sucesso se não preparar seus próprios quadros, se não preparar com estudo e capacitação seus membros, a fim de que lutem para alcançar os objetivos sociais da organização;

- A mística, para o MST, é uma espécie de liturgia que ajuda a motivar a base, animá-la e conscientizá-la por meio dos símbolos, da cultura e dos valores dos trabalhadores rurais.

É a partir destes princípios que o MST busca consolidar sua estrutura de funcionamento. Não há rigidez quanto às estruturas, mas sim quanto aos princípios. As estruturas de organização e

funcionamento devem servir para viabilizar o atendimento dos princípios e aproximar o MST a realização de seus objetivos.

Esta orientação em relação à flexibilidade das estruturas internas se reflete na forma da organização de suas diferentes instâncias: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional e Coordenação dos Acampamentos e Assentamentos.

Da Coordenação Nacional fazem parte cerca de noventa pessoas. Nela existe representação de dois membros por estado onde o Movimento está organizado, que devem ser eleitos nos respectivos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e vinte e um membros da Direção Nacional eleitos no Encontro Nacional.

Na estrutura interna do MST, para organizações estaduais, repete-se mais ou menos a mesma estrutura nacional, começando pelo encontro estadual, a instância máxima de decisão dentro do estado. Nesse encontro é eleita uma coordenação que, em geral, é formada por representantes das diferentes regiões do estado. Essa coordenação varia de estado para estado. Não há norma rígida. O número dos coordenadores a ser escolhido depende do tamanho do estado, sendo composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos Setores Estaduais.

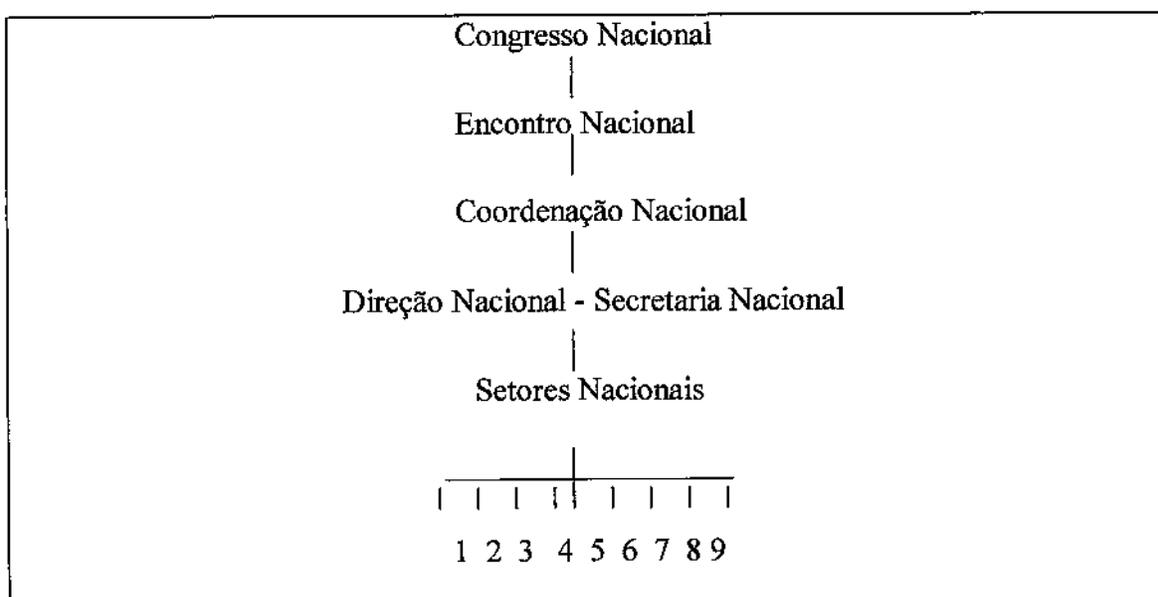
O funcionamento da Coordenação Estadual varia de estado para estado conforme a realidade, já que para o MST o que faz a estrutura do Movimento são história e luta, não havendo rigidez em relação às formas e estruturas internas, que devem adaptar-se às necessidades colocadas pelas demandas de cada realidade local. A adaptação às necessidades de cada região e a alteração das estruturas necessárias a uma melhor capacidade de respostas às lutas caracteriza o MST como “Movimento em movimento”.

Em geral, a direção do estado tem entre 10 e 15 pessoas, dependendo do tamanho do estado. Também é variado o critério de eleição. Em alguns, a direção é eleita no encontro estadual; em outros, nas regiões; em outros casos se mistura a eleição da direção pelas regiões e nos encontros. A forma de eleger a direção varia em cada estado. A orientação dada às bases é cuidar para que a direção estadual seja o mais representativa possível do conjunto do Movimento. A direção estadual ou a coordenação estadual tem de escolher um conselho fiscal e uma comissão de



disciplina, ambos com três integrantes. Já as Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por integrantes dos diferentes setores: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças. A hierarquia das instâncias decisórias do Movimento está representada no quadro abaixo, sendo que nas estruturas permanentes de funcionamento existem somente duas diferenciações: ou os integrantes são coordenadores ou são membros dos diferentes coletivos, não existindo em nenhuma instância cargos de chefia, presidência ou diretoria.

Quadro 2. Estrutura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Fonte: Fernandes - 1996

1. Relações internacionais, 2. Secretaria Nacional, 3. Sistema Cooperativista dos Assentados, 4. Frente de massa, 5. Educação, 6. Formação, 7. Comunicação, 8. Finanças, 9. Projetos.

### 2.3. A organização da produção

A partir da conquista de vários assentamentos, o MST se deparou com o desafio de viabilizar economicamente estas áreas. Inicialmente, em sua estrutura interna, o responsável por essa tarefa era denominado Setor de Assentamentos. Com o tempo, e com a experiência advinda das inúmeras necessidades enfrentadas, este Setor se desdobrou em diferentes frentes. O desdobramento ocorreu pela diversidade de demandas que o assentamento apresenta e passou a existir um setor específico para a organização da produção agrícola, o Setor de Produção.

De acordo com o MST, para viabilizar a produção é indispensável que os trabalhadores rurais desenvolvam diferentes formas de se organizar no assentamento. Assim, para organizar a

produção propõe-se como metodologia a Cooperação Agrícola, conceito que abrange as diferentes formas dos trabalhadores rurais se ajudarem no assentamento.

Para desenvolver e implementar essa Cooperação Agrícola, o MST adota uma linha política que tende a respeitar a diversidade regional e cultural dos trabalhadores rurais, mas que, de certa forma, é nacional. O Movimento defende que para a agricultura dar resultado, independente da região, é imprescindível estimular a Cooperação Agrícola. O MST declara que *“não queremos reproduzir o Jeca Tatu, mas um homem novo capaz de produzir mercadorias, que garanta o futuro para sua família e que se integre nos benefícios da sociedade como um todo. Para isso só há um caminho, é o que nós chamamos de Cooperação Agrícola, ou seja, ele tem de se juntar com seus vizinhos, tem de fazer alguma atividade em conjunto com outros companheiros. Que atividade ele deve fazer em conjunto? Depende da consciência política e da realidade social de cada região”*. (1997:38)

A orientação geral indica que os agricultores devem priorizar o mercado local. O mercado dos produtos alimentícios está ligado não só aos recursos que a natureza local proporciona, como aos hábitos e à cultura local. Isso garante que os assentamentos estejam vinculados à realidade regional.

Desde o início de sua organização, o MST vem desenvolvendo um trabalho permanente de estímulo à organização de diversas formas de cooperação agrícola, com vistas a organizar a produção. A primeira fase de estruturação desta cooperação foi de 1980 a 1986, quando a forma de organização era a formação de grupos coletivos. Era o estágio da cooperação simples, procurando reunir interessados em grupos que variavam de dez a trinta famílias. Os grupos coletivos se estruturavam com regimentos internos de que constavam os acordos feitos em assembléias, que orientavam a organização. Alguns grupos com mais recursos e condições se desenvolveram economicamente, mas muitos fracassaram.

Na segunda fase, de 1987 a 1989, predominaram as associações. Embrionárias na primeira fase, multiplicaram-se em praticamente todos os assentamentos. Podiam ser de dois tipos: para grupos que trabalhavam coletivamente, ou grandes associações com os interessados que residissem no assentamento. As associações não traziam soluções visando ao desenvolvimento econômico, mas cumpriam um papel organizativo no assentamento. Buscavam melhorias sociais como escolas, estradas, postos de saúde, salões comunitários etc.

Com o tempo percebeu-se que essas formas organizativas tinham limitações na viabilização dos assentamentos, principalmente de ordem econômica. Quase todos os grupos passaram por dificuldades econômicas e organizativas, e muitos se dissolveram. Outros continuam, havendo experimentado diversas mudanças, recompondo-se a partir das novas formas de organização propostas pelo Movimento.

Em 1990, o MST, a partir da análise das diferentes experiências desenvolvidas na tentativa de viabilizar a produção agrícola nas áreas reformadas, propõe a constituição de cooperativas coletivas - as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). De acordo com o trabalho de CRISTÓFOLLI, as CPAs evoluem em relação aos grupos coletivos anteriormente existentes em três aspectos básicos: *“o primeiro aspecto se refere à legalização das experiências. O fato dos grupos coletivos não terem existência legal enquanto organização econômica comprometia seriamente operações comerciais e financeiras, e especialmente a obtenção de financiamentos para a produção. Quanto ao fato de não haver exigência legal de controles contábeis e administrativos para grupos coletivos informais, o que por si é um aspecto positivo como um fator de desburocratização no funcionamento dos mesmos, de fato conduziu a uma situação negativa, que foi o não estímulo à adoção de controles que pudessem auxiliar na gestão dessas experiências. Ou seja, a prática foi a de não se adotar praticamente nenhum controle administrativo.*

*O segundo aspecto se refere à forma que se efetua a distribuição de sobras entre os membros do coletivo. O critério utilizado inicialmente era o de distribuição igualitária dos resultados entre as famílias. Essa forma representou um atraso significativo por trazer desestímulo à produtividade do trabalho. Com as CPAs adotou-se o sistema de distribuição de sobras conforme o número de horas trabalhadas. Essa alteração foi suficiente para levar a uma diminuição no tempo desperdiçado dos trabalhadores e a um critério mais justo de registro da contribuição laboral de cada associado. Naquele momento, isso bastou para dar novo impulso à criação e ao avanço econômico e produtivo dos coletivos.*

*O terceiro aspecto é que junto com a proposta das CPAs desenvolveu-se a proposta de constituição do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), e com isso a superação do isolamento das experiências de cooperação agrícola, criando as condições para a articulação de uma série de programas em comum. Com esse passo para a legalização dos grupos coletivos*

*através das CPAs, atinge-se um novo patamar na organização de experiências coletivas de produção nos assentamentos. E com a criação do SCA, pela primeira vez as organizações de produção dos agricultores assentados rompem com o isolamento e iniciam a construção de uma organização articulada de produção". (1998:67)*

Na terceira fase, decidiu-se avançar na forma de organização da produção, a partir da criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que congrega diferentes formas de participação. O SCA se firma em maio de 1992, com a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Nacionalmente podem filiar-se à CONCRAB apenas as Centrais Estaduais. Mas por estado, podem filiar-se à Central as Cooperativas de Produção Agropecuária, as associações e outros tipos de cooperativas. Os demais assentados podem vincular-se à Central através da criação de grupos coletivos ou de cooperação simples. Em alguns locais a vinculação se dá por meio de cooperativas regionais.

O SCA constituiu a integração das cooperativas em três níveis: nos assentamentos, no plano estadual e no nacional. Em 08 estados foram constituídas Cooperativas Centrais Estaduais de Reforma Agrária - CCAs, que a nível nacional articulam-se através da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB. A seguir, pode-se conferir no quadro um resumo das diversas formas de cooperação agrícola existentes no Movimento.

Quadro 3. Formas de cooperação agrícola do MST. 1994

Formas de cooperação agrícola			
Características	Grupo Coletivo	Associação	Cooperativa
Quem participa	Vizinhos, parentes ou amigos	Famílias, homens e às vezes as mulheres.	Famílias, homens, mulheres e jovens acima de 16 anos.
Número de sócios (as)	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 pessoas conforme o tipo.	Por lei, um mínimo de 20 sócios (as).
Forma de participação nas decisões	Combinação verbal entre todos os membros do grupo.	Assembléia	Assembléias e Conselhos dos representantes dos setores.
Objetivos	Compra de implementos, venda de produtos, construção de benfeitorias, ajuda no trabalho	Prestação de serviços de comércio e transporte, encaminhamentos das reivindicações da comunidade.	Organização coletiva de produção e comercialização, criação de agroindústrias.
Uso da Terra	Individual e semicoletivo	Individual e semicoletiva	Semicoletiva e coletiva
Divisão do Trabalho	Não tem estatuto. Geralmente não tem regimento interno. Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos.	Formas simples de divisão social do trabalho.	Especialização do trabalho através dos setores de atividades.
Estatuto e registro		Precisa de estatuto. Pode ter registro interno. Não pode ter bloco de notas fiscais.	Tem estatuto regulamentado pela Lei Cooperativista. Deve ter registro interno, bloco de produtor, notas fiscais e registro da contabilidade.

Fonte: CONCRAB - 1994.

Segundo o MST, o nível maior de organização são Cooperativas de Produção Agropecuária, as CPAs. Nelas, o plano de produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação procura desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. O trabalho e os meios de produção são empregados de forma

coletiva. A propriedade da terra normalmente é individual e cedida ao grupo para utilização conjunta. Os demais meios de produção, como máquinas, instalações, reprodutores e outros são também de propriedade coletiva.

O Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA tem por função implementar organizações cooperativas e associativas nos assentamentos, bem como procurar estabelecer iniciativas de articulação e desenvolvimento de sinergias entre as organizações de base e estaduais. É composto, hoje, por 23 Cooperativas Regionais de Prestação de Serviços (CPS) com 11.500 associados, cujo papel é prestar diferentes tipos de trabalhos aos associados; e 60 Cooperativas Coletivas de Produção Agropecuária, com 978 associados. Existem também 18 Cooperativas Mistas de produção e prestação de serviços (CPPS) com 966 sócios; 02 Cooperativas de Crédito com 1.200 associados; 09 Cooperativas Centrais Estaduais e a CONCRAB. Há também 400 associações de agricultores assentados que compram máquinas, gado ou vendem mercadoria em conjunto. Essas associações e cooperativas, nos seus diversos níveis, congregam o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA.

Embora tenha crescido e apresentado resultados econômicos significativos em diversos estados, a atual concepção do Sistema Cooperativista dos Assentados enfrenta hoje alguns impasses e desafios, à parte as dificuldades que o agricultor tem, no Brasil, para viabilizar sua produção, que são especialmente de manutenção e fidelidade à ideologia pela qual foram criadas. Para compreender as dificuldades, considerem-se as principais características do Sistema. CRISTÓFOLLI analisa que a primeira característica do SCA a ser considerada *“é sua origem e evolução vinculados estreitamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Incorporou-se muito do jeito de ser de um movimento de massas. A descrença (empírica, e não uma rejeição teórica) ao planejamento, à necessidade de implementar controles, a falta de quadros técnicos, e uma grande tendência a privilegiar o democratismo nas decisões são alguns dos padrões herdados. Há porém três aspectos que marcaram muito o SCA: a) crença ingênua na capacidade de fazer improvisações e amadorismo militantes, que são bastante eficazes para as lutas de massa, mas que resolvem pouco ou nada nas questões econômicas; b) rejeição a tudo que pudesse representar burocratização do processo organizativo das empresas econômicas. Com isso relegou-se a um segundo plano a contabilidade, os controles, os planos, a padronização de procedimentos. c) A adoção da lógica da unidade nos princípios e diversidade na forma de aplicação dos mesmos. Esse é um princípio correto e adequado no campo político. Mesmo para o*

*encaminhamento de questões no campo econômico pode ser adequado, mas foi levado a um nível tal que traduziu-se numa espécie de frouxalismo democrático onde em tese todos concordam com as linhas políticas gerais, mas não se consegue unificar quase nenhuma ação no campo econômico". (1998:75)*

O autor observa que a ação econômica difere da ação política de massas, embora na concepção vigente no MST devam atuar ambas de forma articulada. A ação econômica tem lógica e tempos diferentes e tempo de maturação diferenciados do que a ação de massas. Além disso, fez-se deslocamento de quadros despreparados de uma frente do Movimento para outra. A resposta da economia foi implacável e desastrosa em muitos casos.

Para fazer frente à necessidade de capacitação técnica de quadros para o gerenciamento destas cooperativas, a CONCRAB, em 1993, fundou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), com sede em Veranópolis, no RS. Sua estrutura didático-pedagógica e produtiva objetiva contribuir na capacitação nas diversas áreas, além de oferecer estímulo à pesquisa e aos estudos de formas associativas de organização da produção.

O Iterra promove também Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam a qualificar a mão-de-obra dos assentados, garantindo a transformação da produção e o acesso ao mercado, com melhores preços. As Oficinas são instrumentos fundamentais na implantação de pequenas e médias unidades de beneficiamento e transformação da produção, como pequenos abatedouros de aves e suínos, laticínios, panificadoras, farinheiras, fabriquetas de doces, de cachaça etc. Elas garantem qualificação para os assentados na administração e/ou organização técnica do processo produtivo, em aspectos relativos a higiene, tecnologia de processamento dos produtos, organização de fluxograma do processo produtivo, normatização de atividade, marketing, etc.. Além da estruturação de oficinas para a realização de cursos de capacitação técnica em agroindústria, o projeto estratégico do Instituto prevê um centro de documentação sobre Reforma Agrária, cooperação agrícola e métodos de capacitação.

Outras iniciativas tomadas pela CONCRAB/ITERRA, na formação de profissionais, foi incentivar a participação de seus quadros em cursos de pós-graduação de especialização em cooperativismo, promovidos especificamente pela UNISINOS e pela UnB. Várias outras atividades de formação nesta área foram promovidas com o apoio ou em conjunto com as universidades, visando à qualificação de profissionais ou lideranças que atuam nestas empresas

cooperativas: Curso Técnico em Desenvolvimento Cooperativo-TDC; Oficinas Técnicas de Gestão de Cooperativas; Oficinas específicas de análise de projetos, planejamento, agroindústria.

FERNANDES observa que *“os limites e as possibilidades do MST são, em sua amplitude, os limites e as possibilidades da construção de uma sociedade democrática que contemple a existência dos trabalhadores camponeses. Nesse sentido, o Movimento tem construído um espaço político onde controla a sua autonomia no âmbito da heteronomia. É nesse espaço que atravessam as diferentes matrizes políticas e convergem para o avanço da luta histórica. Pela inerência das desigualdades e das contradições da sociedade atual, o MST se apresenta como legítima organização social de liberdade. Pois, ao lutar pelo direito a ter direito, legitima e concretiza novas experiências e novas formas de organização, com relação a política e a economia. A construção dessas experiências superaram problemas e criaram novas questões com relação à organização do espaço do assentamento, com referência ao modo de produção etc. Questões estas vinculadas ao grande problema da educação dessa população iletrada que escreve a história da luta com as suas próprias vidas. Aproximadamente metade da população adulta assentada e acampada é analfabeta. Como pensar o desenvolvimento social e econômico desse movimento organizado frente a essa realidade? Esse é um dos limites do MST na sociedade brasileira, hoje. Mas, da mesma forma que se levantaram da terra para conquistá-la, estão criando as condições de apropriação do conhecimento e da tecnologia apropriada para a construção de uma realidade menos desigual”*. (1997:6)

A principal forma desta criação tem sido a organização do Setor de Educação do MST, que merece atenção específica pela importância e pela abrangência.

#### 2.4. A educação em assentamentos e acampamentos

A proposta de Educação do MST vem sendo construída há dez anos. O MST tem convicção de que é necessário democratizar o acesso à escola para qualificar trabalhadores e possibilitar sua permanência no campo. É por isso que nos assentamentos procura-se construir uma nova escola, que incorpore na sua pedagogia os princípios apreendidos pelo Movimento na prática da organização coletiva. Democracia, solidariedade, trabalho, relação entre teoria e prática e conteúdos da realidade são alguns dos eixos que orientam o ensino, voltado para a produção e para a cooperação.

*“Os princípios pedagógicos básicos da proposta educacional do MST são sustentados na proposta de conjugação entre estudo e trabalho, na gestão democrática da escola e na relação prática-teoria-prática. Visam a transformar a escola num centro de desenvolvimento cultural, além de sonhar com uma educação voltada para novos comportamentos, estimulando o desenvolvimento pessoal, projetando as mudanças não só no campo, como no conjunto de sociedade”. (CALDART. 1997:9)*

No livro *Educação em Movimento - Formação de Educadoras e Educadores no MST*, em que se faz um resgate da história da organização deste setor, registra-se que a preocupação com educação foi sendo construída, dentro do Movimento, como um processo. Não foi uma determinação vinda de fora, *“de algum teórico que convenceu o MST. O processo de construção das atividades de educação dentro do MST foi-se dando a partir da conscientização de seus membros sobre a natureza, a necessidade e a importância deste aspecto na vida dos camponeses. No início do MST, quando aconteceram as primeiras ocupações de terra (período 1979-1984), havia ainda uma visão ingênua do processo educativo. As lideranças e a própria base do Movimento achavam que bastava lutar por terra, para que todos os problemas ligados a um futuro melhor das famílias camponesas fossem resolvidos. Engano coletivo. À medida que a terra foi sendo conquistada, e o Movimento foi crescendo e amadurecendo, percebemos a verdadeira dimensão do problema e do desafio que representa a educação nos assentamentos. E a questão da educação foi-se incorporando, no dia-a-dia do Movimento, nas tarefas práticas, nas questões a serem resolvidas, bem como no ideário do que consideramos ser uma verdadeira Reforma Agrária. Hoje, temos a clara compreensão que a Reforma Agrária é um processo muito mais amplo e complexo do que a simples distribuição de terra. É necessária a democratização da propriedade da terra, mas articulada com um processo de desenvolvimento das comunidades assentadas, o que inclui o acesso necessário às tecnologias agrícolas adaptadas à realidade de cada região, à implementação de agroindústrias e à educação capaz de ajudar na construção de alternativas para este tipo de desenvolvimento”.* (1997:10)

O MST aprendeu em sua caminhada que a escola faz parte da educação, mas a educação não é só escola, porque há todo um ambiente educativo que é a luta pela terra. Todas as atividades que ocorrem nos acampamentos e assentamentos são um processo em que as pessoas aprendem e ensinam, sendo que os espaços da luta pela e na manutenção da terra, os desafios, são também educação, porque as pessoas se transformam, aprendem, produzem conhecimento, crescem como

peças. O processo que faz com que um agricultor que não tem terra se inclua, se torne cidadão é o processo educativo fundamental.

De acordo com a compreensão de educação do MST, a escola é espaço importante, mas ela será tão mais educativa quanto mais capaz de trazer para si os elementos educativos que estão fora da escola, como o próprio processo de luta com que os sujeitos estão envolvidos, que também carrega um forte conteúdo formativo.

Este setor está estruturado desde 1987, sendo responsável pelas articulações nacionais da luta por educação nos acampamentos e assentamentos do Movimento e pela elaboração teórico-pedagógica do que deva ser uma educação adequada aos desafios da realidade rural brasileira e às necessidades dos trabalhadores.

De acordo com os documentos do MST, 10 anos depois do início da organização do Setor, as frentes de atuação e a abrangência do trabalho desenvolvido são as seguintes:

- 950 escolas públicas de 1ª a 4ª série e 50 de 5ª, que correspondem a aproximadamente 1800 professores e 40 mil alunos;

- educação de jovens e adultos, trabalho que envolve a capacitação de 600 monitores, que estão alfabetizando 8000 trabalhadores rurais em acampamentos e assentamentos do Movimento;

Destacam-se ainda o curso de primeiro grau para formação de Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR), o curso de Magistério Rural, ambos realizados em Braga-RS, e o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), sediado em Veranópolis-RS. Estes cursos são realizados em conjunto e sob o amparo legal da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero do Rio Grande do Sul (Fundep). O Curso Técnico em Administração de Cooperativas é de nível de 2º grau e forma quadros intermediários para o gerenciamento das cooperativas e associações dos assentamentos. Tem duração de 2 anos e meio e funciona com 6 etapas intercaladas de 150 dias cada. Cada uma se divide em 75 dias de tempo-escola e 75 dias de tempo-comunidade. Estão formadas 4 turmas.

O MST entende que lutar por qualidade da educação nas áreas reformadas é lutar por educação para todas as crianças daquele assentamento. A escola de qualidade é a que se preocupa para além de sua parede, em trazer todos para o estudo. Além das crianças, deve preocupar-se com a alfabetização de jovens e adultos do assentamento, tornando-se uma escola para todos.

Outro princípio é que a escola deve ser não apenas *no* meio rural, mas *do* meio rural. Isto significa que ela se identifique com as necessidades da realidade, na perspectiva de formar os trabalhadores do meio rural com um projeto de desenvolvimento social que inclua o rural. É preciso, de acordo com os princípios do MST, que a escola tenha proposta de educação específica para o meio rural, objetive condições de oferecer respostas às necessidades do conjunto da população que trabalha e vive no meio rural. Uma educação capaz de impulsionar o desenvolvimento de um novo modelo de organizar a agricultura. Uma educação para o desenvolvimento do país.

Refletindo sobre as concepções de educação do Movimento, duas significações devem ser destacadas:

1) *“Educação da Reforma Agrária quer dizer uma educação organicamente vinculada às questões sociais de seu tempo.(...) Vincular a educação a uma questão social relevante como é hoje a questão agrária é comprometê-la, na teoria e na prática, com a construção de alternativas para a melhoria da qualidade de vida do povo. Isto não representa, pois, uma preocupação apenas com o imediato, e apenas com os sem-terra. A exigência do compromisso social da educação implica no seu engajamento num projeto de futuro. Num sentido mais específico, uma conclusão possível desta reflexão é que fazer uma Educação da Reforma Agrária não é tarefa exclusiva das escolas de assentamentos ou acampamentos de sem-terra: neste momento do país, este deveria ser um dos vínculos sociais privilegiados, pelo menos, pelo conjunto das escolas do meio rural. Ou seja, inserir a escola no desafio histórico de construir novas alternativas de desenvolvimento social no campo.*

2) *Um segundo significado do uso da expressão Educação da Reforma Agrária nos chama a atenção para a importância da educação e da escola, nos processos de Reforma Agrária. A pretendida transformação nas relações sociais de produção no campo exige novos saberes, novas posturas, novos valores, impossíveis de serem produzidos sem a combinação das ações políticas e econômicas com um projeto educacional massivo, arrojado, global.* (CALDART. 1997:158)

Em resumo, quando o MST fala de Educação na Reforma Agrária está pensando em medidas que podem *“...tirar o sujeito da mais absoluta falta de destino, da mais absoluta miséria e transformá-lo num sujeito que vive num estado de bem-estar social...”*. (CALDART. 1997:156)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao definir seus objetivos “luta pela terra, luta pela Reforma Agrária e luta por uma sociedade melhor” propõe ser preciso mudar o conjunto das relações vigentes hoje (relações econômicas, sociais, culturais, políticas), para que se possam criar condições para que o conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos tenham garantidos os seus direitos fundamentais.

Demonstrou-se essa compreensão do MST na realização do seu I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, em 1997, em Brasília. Um debate com Frei Betto, intitulado “O novo homem e a nova mulher”, evocou: Quem são estes novos sujeitos, novos homens e novas mulheres que o MST espera ajudar a formar? São indivíduos cuja preocupação central é a valorização da vida humana, a realização, em plenitude, das potencialidades de todos os seres humanos. Há, em todos os encontros, acampamentos, passeatas, assembléias, marchas, a reafirmação de que os indivíduos têm direitos iguais e devem exigi-los do Estado e da sociedade. Estes novos homem e mulher são cada cidadão que se descobre um sujeito de direitos e que luta por garanti-los para si e para os outros. Este novo homem e esta nova mulher estão fundamentados numa concepção ética de organização da sociedade. A preocupação central com a garantia e a manutenção da vida obriga construir novas orientações para as relações sociais, econômicas, culturais e políticas vividas por esses novos cidadãos.

### 3. CAPÍTULO - AS AVALIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS E A QUESTÃO DA GERAÇÃO DE EMPREGOS

#### 3.1. As avaliações dos assentamentos rurais

De acordo com os dados apresentados no Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Brasil, (1998) realizado pelas universidades brasileiras, a partir de um convênio entre o INCRA e o CRUB que quantificou as famílias assentadas até 31 de outubro de 1996, existiam até essa data 1460 projetos de assentamentos, distribuídos em 26 estados brasileiros, nos quais se encontram aproximadamente 161.556 famílias.

As avaliações dos assentamentos rurais servem de pano de fundo para o debate sobre a avaliação da eficiência da Reforma Agrária. Os resultados socioeconômicos da intervenção do Estado na estrutura fundiária têm sido objeto de estudos acadêmicos, há longo tempo.

Podendo ser objeto de abordagens científicas de diferentes áreas (agronomia, sociologia, economia, geografia, história, antropologia, direito, desenvolvimento sustentável etc.) os assentamentos rurais têm sido responsáveis por um debate fecundo na Sociologia Rural, fomentado pelas inúmeras demandas para viabilização das áreas reformadas. Pretende-se enfatizar com ênfase maior a que está relacionada ao problema da geração de emprego na sociedade brasileira, diante da realidade econômica atual. Entretanto, antes da abordagem específica dos assentamentos como estratégia importante de geração de empregos, resgatam-se alguns dos principais temas que envolvem essas avaliações.

BERGAMASCO observa que apesar de serem pouco numerosos no Brasil, “*esses assentamentos são núcleos estratégicos no quadro das transformações pelas quais passam as estruturas agrárias brasileiras desde os anos 60, devido a uma modernização de exclusão. Eles constituem uma nova modalidade de implantação da população rural, num contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária tendo como origem a transferência da população beneficiária e como consequência sua necessária readaptação a um novo espaço de vida e de trabalho*”. (1997:8)

Para analisar os assentamentos, é interessante recuperar alguns dos dados disponíveis nacionalmente sobre a atividade anteriormente exercida pela maioria dos titulares dos lotes, já que o interesse deste estudo diz respeito às possibilidades de geração de empregos a partir da Reforma Agrária. De acordo com o Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, a

grande maioria dos beneficiários do processo de reestruturação fundiária é quase absolutamente agrícola, sendo que a categoria que mais aparece citada pelos trabalhadores entrevistados é a de agricultor/camponês. De acordo com os dados do Censo, as ocupações anteriores declaradas pelos assentados, que aparecem com maior frequência, são as seguintes: agricultor/camponês (53,96%), trabalhador rural (8,3%), outras atividades (2,8%), garimpeiro (1,4%), motorista (1,4%), pedreiro (1,4%), seringueiro (1,3%), bóia-fria (1,3%) e capataz/vaqueiro (1,2%). O Censo analisa que, embora sem relevância estatística para o conjunto, aparecem atividades urbanas típicas (motoristas e pedreiro). A presença de ocupações anteriores de natureza urbana é notável entre os assentados de área de fronteira social. De acordo com o Censo, *“isto indica capacidade de atração, combinada com prováveis efeitos da fragilidade das estruturas de emprego urbano na atual conjuntura do país”*.(SCHMIDT, et all. 1998:31)

Interessa observar que o Censo Nacional registrou que, tomando a origem dos atuais beneficiários, pode-se constatar que a maioria dos assentados é de sua própria região, sendo muitos originários do próprio município do assentamento (35,6%) ou vindos de outro município, porém do próprio Estado da Federação onde se localiza o projeto de Reforma Agrária (33,02%), enquanto que os provenientes de outro Estado são 18,4% dos amostrados. *“Portanto, os assentados atuais são de proveniência majoritariamente agrícola e de moradores da própria localidade, tomando-se o país como um todo”*. (1998:32) Regionalmente registram-se algumas mudanças sensíveis. Como é o caso do Centro-Oeste, onde predominam assentados provenientes de outros municípios do Estado (33,67%) e os de fora do Estado (30,1%).

Delimitando a esfera do debate, BERGAMASCO observa que *“de uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária”*. (1996:7)

Um dos debates mais frequentes sobre os assentamentos tem abordado prioritariamente os resultados econômicos dessas novas unidades de produção agrícola. Existem estudos que se propõem a avaliar se os assentamentos são economicamente viáveis, se estes trabalhadores rurais assentados são capazes de se tornar competitivos no mercado agrícola atual. Sob este prisma, dois

trabalhos são considerados marcos do debate: o estudo do BNDES (1992) coordenado por CASTRO e o estudo da FAO (1992) dirigido por GUANZIROLI .

De forma sintética pode-se dizer que a pesquisa do BNDES avaliava que os assentamentos não eram eficientes economicamente e que não contribuíam para a democratização da riqueza no meio rural, cujos resultados finais concluíam que a Reforma Agrária não é um caminho adequado para o enfrentamento da pobreza rural. De acordo com esta pesquisa, a renda das famílias residentes nas áreas reformadas seria inferior a 2 salários mínimos, além da constatação de que a maior parte da renda obtida pelos assentados viria do trabalho realizado fora do lote. As críticas a essa pesquisa indicam que a metodologia usada por ela para averiguar itens ligados à produção e à renda eram adequados às avaliações de “empresas rurais”, e não a unidades familiares de produção, que têm uma série de especificidades em sua lógica produtiva e organizativa, que devem necessariamente ser consideradas quando se faz em análises a seu respeito, especialmente análise econômica como o cálculo da renda, objeto da pesquisa do BNDES. (ABRAMOVAY e CARVALHO, F. 1994:37)

Outro trabalho de importância nos debates foi a pesquisa realizada pela FAO, que observou categorias de análise diferentes da pesquisa do BNDES. BERGAMASCO observa que nesta pesquisa a avaliação da renda “ *não foi limitada apenas ao retorno monetário resultante da comercialização dos produtos agropecuários do assentamento. Acrescentou-se a este o autoconsumo, o assalariamento e a valorização patrimonial. A renda encontrada na pesquisa da FAO foi de 3,7 salários mínimos mensais por família em termos de média nacional, havendo, no entanto, uma variação regional*”. (1997:44)

De acordo com a avaliação de vários autores, esse desempenho foi possível graças à utilização pelos assentados de diversas estratégias visando à reprodução e à melhoria de seu modo de vida. Os números de pesquisa da FAO registraram que variando nas cinco regiões do país entre 3,70 e 5,62 s.m., a renda mensal dos assentados é bem maior que a média de renda obtida pelos trabalhadores rurais que não têm acesso à terra, e mesmo, de pequenos produtores rurais.

A pesquisa da FAO tornou-se marco no debate sobre as avaliações dos assentamentos, tornando-se referência indispensável. De acordo com ROMEIRO, a renda média gerada por família de beneficiários da Reforma Agrária de 3,70 salários mínimos por mês é assim definida segundo as regiões: Norte, 4,8 s.m; Nordeste, 2,3, s.m; Centro-Oeste, 3,85 s.m; Sudeste, 4,13 s.m;

Sul, 5,62 s.m. O autor observa ainda que os “*dados sobre o processo de capitalização dos assentados indicam também um processo de investimento e acumulação em curso. De modo geral, os beneficiários da Reforma Agrária conseguiram se capitalizar cerca de 206,49% em relação ao seu capital inicial, com utilização de recursos próprios, e aumentar este capital em duas vezes e meio ao incluir os empréstimos e doações*”. (1994:79)

Reforçando essas observações, além do significativo processo de capitalização e de aumento dos bens que o acesso à terra possibilita aos trabalhadores beneficiários da Reforma Agrária, é preciso considerar que é “*a partir de uma precária infra-estrutura que os assentados vão adquirindo novos equipamentos, modernizando sua produção e melhorando suas condições de vida. (...)*

*Estes dados poderiam ainda incluir uma considerável quantia de obras, como açudes, represas, currais, cercas, paióis, canais de irrigação, depósitos, galpões e muitas outras construções comunitárias. Além disso, seria importante computar a construção de centenas de casas próprias, postos de saúde, saneamento básico, escolas, estradas e eletrificação. Este conjunto de elementos explica o porquê da expectativa favorável que os assentados fazem de seu novo modo de vida*”. (BERGAMASCO e NORDER. 1996: 55)

Tais conseqüências devem ser observadas quando se constroem indicadores para avaliar os resultados dos assentamentos de Reforma Agrária. Trata-se de romper com uma leitura economicista dos resultados da redistribuição fundiária, desconectando-a de um contexto histórico, político e social. Os assentamentos rurais não devem ser analisados somente pela competitividade econômica com a agricultura capitalista, mas se deve considerar sua potencialidade para melhorar as condições de alimentação, moradia, saúde e emprego para o imenso contingente da população rural que se encontra em níveis extremos de pobreza, independentemente dos critérios utilizados para definir este conceito.

NORDER observa que “*as famílias que se integram aos movimentos sociais no campo para reivindicar Reforma Agrária possuem, em geral, a perspectiva de assim melhorar suas condições de vida e trabalho no médio ou longo prazos. Muitas dessas famílias são justamente as que figuram, nas classificações estatísticas, ‘abaixo da linha da pobreza’, na ‘indigência’, entre os ‘famintos’, ‘os pobres do campo’, ‘excluídos’, etc. O acesso à terra é percebido como uma primeira conquista a partir da qual a precariedade de suas condições de trabalho, renda,*

*habitação, alimentação e educação poderão ser ao menos minimizadas. Uma primeira e fundamental conquista é o acesso à terra". (1997:62)*

Além desses aspectos, no próprio âmbito econômico cabe o alerta para a escolha e a eleição de indicadores que avaliem os resultados da Reforma Agrária. NORDER registra que mesmo essas abordagens excessivamente econômicas dos resultados da redistribuição fundiária têm problemas metodológicos principalmente no cálculo da renda obtida pelos assentados, que precisam ser considerados: *"1) a definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo ou alimentar, e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e a previdência social; 2) a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; 3) a valorização profissional da área pelo trabalho; 4) a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 5) a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos". (1997: 73-74)*

Fica claro nos debates sobre os assentamentos é que eles têm sido capazes de elevar o nível de vida de trabalhadores rurais que não tinham acesso à terra, suprimindo a principal carência que os impedia de ter acesso a outros bens e direitos fundamentais. Além do valor da renda obtida pelos trabalhadores assentados individualmente, é preciso considerar o efeito multiplicador que ocorre quando se observa a realidade das economias locais, ao serem movimentadas pelo conjunto da renda gerada no assentamento e pelo assentamento. No debate sobre os resultados econômicos das áreas reformadas, registra-se que em alguns municípios a importância do assentamento tem ultrapassado questões ideológicas, pois a dinâmica econômica que ele produz se reflete no comércio e na região onde está implantado.

Exemplos concretos da nova dinâmica econômica que assentamentos podem gerar são os casos de várias áreas do Rio Grande do Sul e algumas de São Paulo, onde os prefeitos eram contra os sem-terra e hoje procuram o MST para que ocupe áreas em seus municípios, visando à formação de novos assentamentos. Nestes locais, o dinamismo gerado pelas áreas reformadas foi capaz de impulsionar a economia local, aumentando a arrecadação de impostos para o município e garantindo um novo fluxo de comércio. Depreende-se que a Reforma Agrária, entendida como

política mais ampla que o simples acesso à terra é capaz de estimular um mercado de consumo à sua volta, em função do aumento da geração de renda e de emprego que gera.

Reforçando a avaliação que apresenta a Reforma Agrária como política central de promoção do desenvolvimento, FERNANDES, estudando o impacto dos assentamentos na economia de municípios de São Paulo observa que o reconhecimento dos prefeitos deixa isso claro. *“Em municípios onde existem assentamentos, a despeito de toda precariedade desses assentamentos, o impacto na arrecadação municipal é tão grande que os prefeitos acabam se convencendo de que a Reforma Agrária é uma necessidade para evitar a decadência de muitos municípios do interior do Brasil, que estão desaparecendo porque a população está indo embora. E, se isso afeta a renda, a receita municipal, os prefeitos passam a acreditar. E já há um grande número desses prefeitos que acredita nisso, principalmente quando se cruza esses dados com a pesquisa da FAO, que mostrou um incremento da renda dos assentados, mesmo com toda a precariedade com que esses assentamentos têm sido feitos”.* (1997:15)

Assim, trata-se de avaliar os assentamentos como novas unidades de produção agrícola, sem perder de vista que são *“um espaço social criado”* e têm inúmeras contradições. Também é preciso considerar o fato de que *“no Brasil, a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80”.* (BERGAMASCO e NORDER.1996:9)

Exatamente porque - conforme se observou no item 1.4, sobre o conceito de Reforma Agrária - a implantação dessa política pelo governo federal se tem dado somente no sentido de conter os níveis de tensão dos conflitos fundiários graves, de iminente enfrentamento físico entre os diferentes atores sociais. A disputa pela manutenção de privilégios e supressão de carências é flagrante nos conflitos fundiários. O fato dos assentamentos serem considerados *“um espaço social criado”* não significa que o poder público satisfaça e atenda as necessidades desse novo conjunto de população. Ao contrário. Após a instalação na área continuam existindo diferentes níveis de conflitos, em função dos interesses e da satisfação das necessidades que estão em disputa. BERGAMASCO observa que *“a história dos assentamentos é também uma história de lutas e conflitos sociais com sua repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito...”.* (1997: 12)

Essas disputas entre os diferentes agentes presentes na área se desenvolvem simultaneamente aos conflitos enfrentados com atores externos ao conjunto do assentamento. Em diferentes medidas, os assentados desenvolvem mecanismos de lidar com a heterogeneidade, construindo relações a partir da unidade “assentamento”. Exatamente pela própria conquista do acesso à terra ser resultado de uma luta, BERGASMACO observa ainda que, em diversos casos, *“a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas...”*. (1996:10)

As lutas empreendidas pelos assentados vão influenciando e redefinindo os conceitos envolvidos na disputa. A evolução da luta pela Reforma Agrária e o acúmulo conquistado pelos movimentos sociais rurais têm contribuído para ressemantizar o próprio conceito dos assentamentos.

Por fim, registre-se que o abastecimento alimentar é importante na avaliação dos assentamentos. Principalmente após a incorporação do tema Reforma Agrária na “Campanha da Ação da Cidadania contra Miséria pela Vida”, o tema da fome passou a agregar-se com o elemento indispensável ao debate sobre os resultados socioeconômicos desta política fundiária. Após longo debate, *“o conceito de segurança alimentar torna-se um componente estratégico e indispensável à formação de um projeto nacional de qualidade de vida, que por sua vez tem como requisito a igualdade social.(...). Não é possível, porém, pensar em produção de alimentos para o consumo de toda a população sem uma Reforma Agrária efetiva, como fizeram os países desenvolvidos. O desenvolvimento econômico, que é tão importante para o Brasil, precisa estar ligado a um projeto agroalimentar. Como a segurança alimentar não é o resultado automático do desenvolvimento econômico, não basta crescer nem desenvolver para ter justiça social e alimentos. Ao contrário do que querem certos discursos supostamente modernizantes e liberalizantes, a justiça social não é um resultado automático das leis de mercado”*. (MALUF, 1995:59)

### 3.2. Os assentamentos rurais e a questão da geração de emprego

O desemprego é uma das questões centrais a ser enfrentada pelo conjunto das políticas públicas brasileiras, no final desta década. TAVARES indica que diversos países se modernizaram e consolidaram inserção no mercado global apresentando notável crescimento da economia e mantendo elevados níveis de emprego, como Japão, Formosa ou Coréia. (1997:2) Significa que acima de decorrência inevitável da globalização o desemprego se relaciona com o posicionamento do país frente ao problema. A autora defende a idéia de que o Estado, desde que tenha um Projeto Nacional para tanto, é capaz de intervir e influir nos níveis de emprego existentes no mercado, sendo fundamental a retomada do crescimento econômico.

Conforme registrou o Relatório do IPEA, citado no capítulo I, *“vale destacar que a retomada do crescimento sustentado se articula também aos objetivos do desenvolvimento humano, notadamente como condição indispensável para a expansão do emprego. Contudo, o crescimento por si só não parece ser suficiente para garantir a criação de postos de trabalho na quantidade requerida para absorver a oferta de mão-de-obra. De fato, o que verdadeiramente diferencia o momento atual do passado recente é a inegável redução, de caráter permanente, em princípios, do coeficiente de emprego por unidade produzida na indústria, tradicionalmente o setor responsável pela criação de ‘bons’ empregos. Esta constatação implica que é preciso combinar a retomada do crescimento com políticas específicas de geração de empregos”*.(1996:107)

Uma maneira fundamental do Estado aliviar a crise de emprego nas cidades, seria a realização da Reforma Agrária. O aumento de oportunidades de emprego na agricultura aliviaria imensamente a pressão por postos de trabalho nas fábricas e serviços. *“Diante da ampliação da fome e da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e das reduzidas taxas de crescimento econômico, sobretudo nos países com elevados índices de pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais eqüitativas”*. (BERGAMASCO e NORDER. 1996:8)

As observações sobre o futuro das cidades são mais preocupantes quando se considera que, de acordo com os censos do IBGE de 1960 a 1991, a equação urbano-rural foi mais do que invertida: dos 146,7 milhões de brasileiros contabilizados no último recenseamento, 35,8 milhões

viviam na zonal rural e 110,9 milhões se aglomeravam nas áreas urbanas. Nas cidades, o destino de boa parte dos migrantes é desemprego, fome, falta de moradia, falta de acesso aos serviços públicos. A questão agrária não é só rural, é também urbana.

O tratamento da questão do emprego situa-se no contexto de construção de um novo modelo de desenvolvimento, em que o crescimento econômico priorize a criação de novos postos de trabalho que tenham como meta o fim da exclusão social. O acesso à terra, para a maior parte da população rural e para uma parcela do contingente de excluídos deslocado do campo para as periferias urbanas representa, atualmente, a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda. Conforme se verificou no capítulo 1, sobre o processo de modernização da agricultura, o modelo agrícola patronal implementado no país a partir das grandes empresas capitalistas tem como características marcantes, além da exclusão do trabalho, o vínculo empregatício temporário, precário e informal para a maioria das atividades exercidas pelos trabalhadores. Com a adoção da mecanização da maioria das atividades agrícolas, inclusive da colheita, que antes era um atividade geradora de grande quantidade de emprego, as oportunidades de trabalho no campo se reduziram drasticamente.

Para enfrentar as conseqüências do modelo de desenvolvimento agrícola patronal, coloca-se a possibilidade de explorar a criação de empregos que um processo amplo de acesso à terra poderia gerar para os trabalhadores rurais brasileiros. Estudiosos da questão agrária já fizeram reflexões sobre esta possibilidade e interessa recuperar os argumentos que defendem a importância da redistribuição fundiária para geração de empregos em largas escalas, a partir dos resultados das pesquisas e projeções feitas por ROMEIRO (1991), MARTINS (1997) e VEIGA (1998).

No trabalho Reforma Agrária e Distribuição de Renda, ROMEIRO ressalta a importância crucial da Reforma Agrária na geração de empregos, em função da conjuntura econômica que se apresenta ao país. O autor aponta que o papel do emprego agrícola no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, nos próximos quinze anos, é muito importante, devendo ser capaz de absorver grande parte da mão-de-obra que não poderá ser empregada na cidade, por falta de qualificação. Para sustentar esta posição o autor retoma as projeções feitas pelo Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre os níveis de crescimento que o país tem alcançado e as possibilidades de absorção da população economicamente ativa, de acordo com esses níveis de crescimento. *“O banco partiu da hipótese de que o ritmo do êxodo rural,*

*ocorrido na primeira metade da década de 80, se manterá inalterado até o ano 2000, mesmo supondo que a economia volte a crescer taxas históricas (7% a.a), duplicando o produto interno. Ainda assim, a participação da população economicamente ativa desempregada ou sub-empregada no setor informal no total da PEA urbana passa de 37% em 1985, para 32% no ano 2000 o que é ainda extremamente elevado. Portanto, chega-se a conclusão que se êxodo rural não for contido, a pressão da oferta de mão-de-obra sobre a demanda no setor urbano industrial, continuará suficientemente forte, de modo a evitar um processo de redistribuição dinâmica da renda que finalmente incorpore ao mercado a grande massa da população brasileira". (1991:19)*

Como o governo não aplica uma política agrária, o êxodo rural não tem sido contido. Provam os dados apresentados por VEIGA em relação ao número de famílias que têm se retirado da atividade agrícola, nos últimos anos. *"Entre 1992 e 1995, ficaram sem ocupações agrícolas assalariadas ou por conta própria cerca de 120 a 150 mil famílias. Nesse período, as estatísticas indicam que deixaram essas atividades 280 mil empregados, 12 mil agricultores por conta própria e 24 mil não remunerados, totalizando 316 mil ocupados – ou seja, entre 126 mil e 158 mil famílias, supondo, em estimativa otimista, 2 a 2,5 ocupados, em cada família. Esse número indica que estariam saindo da agricultura 40 a 50 mil famílias por ano". (1998:4)*

Se, à época daquelas previsões de ROMEIRO, no início da década, quando se contava com um elevado crescimento do PIB, o autor alertava para as conseqüências da pressão do alto êxodo rural sobre os níveis salariais praticados na cidade e sobre as impossibilidades de redistribuição de renda que o excesso da oferta da mão-de-obra ocasionaria, mais preocupantes devem ser as conseqüências dessa forte expulsão do campo, num cenário de ausência de crescimento econômico que se avizinha com as crises econômicas vivenciadas neste final dos anos 90.

ROMEIRO alertava que com *"a informatização, a tendência é a de redução contínua do volume de emprego por unidade de capital investido no setor industrial e inclusive no setor de serviços. O setor agrícola é o único em que a geração de empregos por unidade de capital investido apresenta certa flexibilidade, podendo absorver relativamente mais mão-de-obra, através intensificação do uso da terra".* O autor citado concluía então: *"este é o sentido atual da Reforma Agrária no Brasil: ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano industrial. O Brasil é um dos*

*poucos países, senão o único, que pode promover uma redistribuição da terra, sem afetar os setores mais dinâmicos”.*(1991:19)

Neste sentido, as análises de ROMEIRO vêm confirmar a proposição de que a Reforma Agrária deve ser usada como uma importante política pública para combater o desemprego. O Estado deve ser capaz de desenvolver programas para enfrentar o desemprego que os saltos tecnológicos provocam, processo que velozmente se acentua. A falta de formação e de capacitação dos trabalhadores rurais é hoje implacável fator de exclusão, aspecto a que MARTINS (1997) se refere ao falar do cenário extremamente preocupante que se desenha a partir do ritmo do desenvolvimento tecnológico.

MARTINS observa que, *“o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem a possibilidade de usar o recurso da Reforma Agrária para atenuar os efeitos negativos e dramáticos do desenvolvimento econômico e tecnológico muito rápido, dessa modernização tecnológica muito rápida que cria desemprego e exclusão e que responde pela rápida e grave deterioração das normas de convivência, da moralidade e da segurança pública. Processo que alcança tanto os pobres quanto os ricos. Desemprego que não se resolve com o próprio desenvolvimento que o gera porque a modernização se dá por saltos tecnológicos e científicos muito grandes. A massa da população marginalizada pelo desemprego fica marginalizada também em termos de conhecimento, de cultura, de especialização, etc., e sem possibilidade de reintegrar-se no mercado de trabalho a curto prazo, a não ser em ocupações igualmente marginalizadas.(...)”*

*A Reforma Agrária poderia se constituir num programa de tecnologia intermediária entre o tradicional e o moderno, com o claro objetivo de absorver os impactos negativos de um modelo de desenvolvimento que tende a ser excludente e gerador de miséria. Um programa que criaria alternativas sociais e econômicas entre o salto tecnológico e o atraso econômico e suas seqüelas. As próprias experiências dos assentados do Movimento dos Sem Terra indicam que é possível recriar e estimular um modo de vida alternativo, relativamente próspero, em relação ao desemprego e à excludência. Dessa forma seria possível absorver preventivamente os excedentes populacionais que estão sendo gerados pelo salto tecnológico promovido pela globalização da economia. Ao mesmo tempo, em decorrência da Reforma Agrária, seria igualmente possível desenvolver programas que seriam programas educacionais, de modernização, de atualização,*

*para que a geração seguinte, dos filhos desses trabalhadores, se adaptasse para inserção adequada, num futuro próximo, na realidade desse mundo que fatalmente vai estar modernizado". (1997:57-58)*

O que as análises destacam é a importância da opção que se vai fazer sobre o papel que o meio rural pode desempenhar no futuro da sociedade brasileira. Se a sociedade não se convencer da importância da alteração do modelo de desenvolvimento agrícola patronal que majoritariamente impera no campo, a pressão pela oferta de trabalho urbano se ampliará em níveis insustentáveis. Mas se a opção for pela mudança do modelo de desenvolvimento agrícola, a partir da priorização da produção familiar, essa pressão poderá sofrer significativa redução através da ampliação da oportunidade de emprego no campo.

Neste sentido, VEIGA alerta que *"se as perspectivas de geração de emprego urbano forem bem favoráveis, a preferência pela agricultura patronal continuará a ser perfeitamente viável, mesmo que desastrosa em termos de distribuição de riqueza e renda (e de seus impactos sobre o crescimento). Mas se essas perspectivas não forem favoráveis, manter a preferência pela agricultura patronal será uma atitude não só desastrosa, como cada vez menos viável. Afinal, ninguém ignora que essas perspectivas não são nada favoráveis, justamente para o segmento de trabalhadores não qualificados". (1998:11)*

É esta a situação da imensa maioria dos trabalhadores rurais. Em função de sua trajetória de intensa migração, à procura de emprego pelas diferentes regiões, sempre lutando pela sobrevivência, não têm condições de disputar os escassos empregos existentes na cidade. O analfabetismo e a ausência de qualificação profissional os impede de disputar, em condições de igualdade, um posto de trabalho. O nível de modernização e informatização dos processos produtivos exige, mesmo para os empregos simples da cidade contemporânea, uma qualificação profissional incompatível com a trajetória da massa de trabalhadores rurais brasileiros.

De acordo com VEIGA, duas variáveis devem ser consideradas em qualquer tentativa de previsão de emprego: as taxas de crescimento do PIB e a intensidade do progresso tecnológico. Segundo o autor, em reflexão realizada a partir das estimativas produzidas pelo IPEA, o mercado de trabalho brasileiro apresenta grande sensibilidade a essas duas variáveis, que repercutem de forma diferente para os trabalhadores qualificados e não qualificados. Para os trabalhadores com alto nível de qualificação, as diferentes projeções relacionando a intensidade do avanço

tecnológico e do crescimento maior ou menor do PIB indicam que a taxa de desocupação neste setor não chegará ser tão preocupante, podendo variar entre 2% e 5%. Mas o autor alerta que em relação aos trabalhadores não qualificados a situação é mais grave: há risco de desemprego próximo dos 10%. Como as estatísticas econômicas deste fim de década não apontam uma perspectiva favorável de criação de empregos, pelo contrário, tem-se como cenário a possibilidade de forte recessão, urge encontrar alternativas para incorporar e incluir o enorme contingente de trabalhadores desqualificados que o Brasil possui.

Uma das alternativas de inclusão destes trabalhadores seria a criação de trabalho no campo, com a mudança do padrão de desenvolvimento agrícola, conforme propõe VEIGA. O autor observa que é necessário saber *“se ainda pode ser uma alternativa viável e realista o abandono do padrão agrícola em vigor, de expulsão prematura do trabalho, em favor da expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Os dados disponíveis sugerem que sim (Veiga, 1997-b). Indicam que a base para um crescimento agrícola com redução da pobreza está presente em todas as regiões, mesmo que em situações muito diversas”*.(1998:12)

A principal conclusão do trabalho de VEIGA é que para evitar o crescimento das taxas de desemprego urbano *“é necessário adotar uma estratégia de desenvolvimento rural baseada na expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Ou seja, não é apenas o combate à pobreza rural que legitima as ações que redistribuem riqueza e renda, como o programa de assentamentos e o Pronaf. A ampliação e ao aprofundamento dessas políticas são cruciais para que a economia brasileira possa ter crescimento durável sem que isso traga ainda mais desemprego urbano”*. (1998:13)

Assim, uma mudança no modelo de desenvolvimento requer a reorientação das políticas públicas, com a readequação da importância do campo na elaboração de políticas macroeconômicas. Nesta estratégia, a Reforma Agrária ocupa papel nuclear, porque seria o instrumento para estimular e desencadear o processo de aumento e geração de renda à imensa parcela da população brasileira que está à margem do processo de globalização. Um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil requer que se busque não só o crescimento econômico, mas o crescimento condicionado por um processo de desenvolvimento social, político e cultural que garanta a cidadania a todos os brasileiros. A mudança na organização da produção agrícola é meio para viabilizar esse novo modelo.

Mesmo com o acelerado processo de mecanização que a modernização agrícola provocou, a agricultura é o setor que gera o maior número de empregos no país, conforme dados apresentados em 1997 pelo diretor do Departamento de Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura, Antônio LÍCIO, a partir das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Do total de postos de trabalho existentes em 1995, a área agrícola compreendida apenas nas atividades desenvolvidas dentro das fazendas apresentou índices de emprego de 26%, contra 19,1% da prestação de serviços e 12,2% da indústria de transformação. Com base nesses indicadores, LÍCIO argumenta que qualquer crise gerada na agricultura resulta na ampliação do maior problema nacional atualmente: a falta de empregos. No trabalho "*Agricultura: Origem e Solução do Desemprego no Brasil*", ele afirma que um mínimo de 3 milhões do total de 4,5 milhões de desempregados hoje no Brasil originaram-se da crise rural deflagrada no fim da década passada. (1997:33)

Para chegar a tais números o autor valeu-se da vinculação entre a área plantada e a mão-de-obra por ela exigida. Utilizando números da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, de São Paulo, e do IBGE, concluiu que a perda de 8 milhões de hectares entre 1989 e 1993 expulsou do meio rural cerca de 3 milhões de pessoas. Nas safras 93 e 94, houve reabsorção de 1 milhão de trabalhadores, resultando o desemprego líquido de 2 milhões de pessoas. Para chegar ao mínimo de 3 milhões de desempregados, o autor acrescentou os desempregos indiretos dos setores do *agribusiness* vinculados à agricultura.

LÍCIO lembra que a agricultura e a agroindústria estão entre oito dos dez maiores geradores de renda e emprego no setor produtivo, que são, pela ordem, agricultura (lavouras e pecuária), confecções (artigos de vestuário), indústria do café, abate de animais, laticínios, beneficiamento de vegetais, agroindústria de açúcar e álcool, serviços domésticos, indústria de óleos vegetais, madeira e mobiliário. Isso evidencia "*que tanto a origem como a saída do problema do desemprego está no campo*". (1997:38)

Ao debate importa a diferença existente entre os custos para criação de um emprego na cidade e no campo. De acordo com os dados apresentados por SILVA (1996), enquanto na indústria o custo de geração de um emprego varia de US\$ 14,200.00 no (setor de bens de

consumo) até US\$ 140,500.00 (em bens de capital), na agricultura pode ser obtido com dispêndios entre US\$ 1,200.00 e US\$ 10,100.00 dependendo do nível da tecnologia da empregada.

Tabela 6. Investimento necessário para geração de um emprego (em mil dólares)

SETOR DA ECONOMIA	INVESTIMENTO
<b>INDUSTRIA</b>	
- Bens de capital	140,5
- Química/petroquímica e farmacêutica	126,6
- Metalúrgica	93,4
- Bens de consumo	14,2
<b>AGRICULTURA&lt;*&gt;</b>	
- Tecnologia baixa	1,2
- Tecnologia média	4,4
- Tecnologia alta	10,1

Fonte dos dados básicos: Projetos aprovados pelo CDI (jan-maio,85); COALBRA (1982), "Impacto do Setor Agrícola na Geração Global de Empregos da Economia Brasileira". Cit. de Graziano da Silva, J., 1985.

<\*> Não inclui o preço da terra; tecnologia baixa = tração animal, capinas e colheita manuais; média = tração mista, colheita manual; alta = tração motomecanizada, capinas químicas e colheita mecânica.

De acordo com SILVA, o assentamento de uma família em projetos de Reforma Agrária pode ser conseguido com apenas US\$ 10,000.00 e até menos, dependendo dos critérios de apropriação de custos. O autor ressalta que, considerando-se que na família rural costumam existir, pelo menos, dois trabalhadores, será possível gerar centenas de postos de trabalho, com investimentos da ordem de 5 mil dólares, aproximadamente, por emprego. (SILVA. 1996:190)

### 3.3. Os assentamentos e a experiência do MST

NOVAES observa que o Brasil pode vir a ser exemplar no plano mundial, pois tem como criar empregos no campo. A autora analisa que este é dos motivos pelos quais o MST tem alcançado projeção internacional: *"ele recoloca a questão do emprego num momento em que o capitalismo esgotou a possibilidade de criá-los"*. (1997:6) Argumentando no mesmo sentido, SINGER observa que *"neste momento em que o desemprego torna-se a chaga social do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece, pelo menos até onde alcança o meu conhecimento, como sendo a única organização que efetivamente o combate. Há muitas entidades que se preocupam com os desempregados, que denunciam a injustiça de que são vítimas. Mas só*

*o Movimento dos Sem Terra organiza milhares de famílias, reúne-as em acampamentos junto a glebas improdutivas, promove ocupações, provoca reações, algumas sangrentas, evidencia o drama dos marginalizados e obtém resultados. (...) A principal conquista dos sem terra não é a desapropriação da terra e sua entrega às famílias. É a construção de cooperativas de produção em cada assentamento, que se viabilizam enquanto empreendimentos produtivos coletivos, demonstrando que solidariedade e ajuda mútua são princípios econômicos que funcionam".*  
(1997:3)

A Reforma Agrária e a conseqüente criação de assentamentos podem contribuir para a mudança no modelo de desenvolvimento em curso na agricultura brasileira, que em vez de garantir emprego e dignidade para os trabalhadores rurais exclui e marginaliza parcelas significativas da população. Nos assentamentos rurais, ao contrário da exclusão social que a expulsão do campo produz, estes trabalhadores têm a oportunidade de exercer novos e diferentes papéis sociais, viabilizando e garantindo sua condição de sujeito de direitos e obrigações, dos quais são signatários todos os cidadãos.

Se antes do assentamento, na condição de parceiro, arrendatário ou assalariado este trabalhador apenas cumpria ordens e desempenhava funções que lhes eram determinadas por outrem, na condição de assentado há uma transformação radical dessa situação. Inúmeros papéis novos lhe são atribuídos e exigem dele nova postura, em que se faz necessário planejar, organizar e executar todos os passos de suas atividades para viabilizar a produção agrícola e a manutenção da propriedade.

Todos os novos papéis que a condição de assentado exige do trabalhador rural, antes um sem-terra e agora um pequeno produtor provocam transformação no conjunto das relações sociais por ele desempenhadas. Todo o processo de luta, obstáculos e dificuldades encontrados por estes indivíduos para fazer valer seus direitos transformam a consciência de si próprio e sociedade. Evidencie-se que em escala e intensidade diferentes para cada indivíduo e assentamento, de acordo com suas histórias e trajetórias e com a soma destes processos. Os assentamentos, sem dúvida, significam uma possibilidade de transformação das condições de vida de uma população que se encontrava excluída do acesso a diferentes circuitos sociais: a produção, o consumo e a circulação dos bens produzidos. BERGAMASCO observa que *“os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de*

*produzir, um novo controle sobre o tempo do trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais". (1997:37)*

A essas conseqüências fez-se referência no capítulo 1, ao enfatizar a importância da formação da estrutura fundiária no conjunto das relações sociais, posto que a questão agrária é estrutural. Ao assumir novos papéis se redesenham as relações sociais, políticas, culturais que decorrem das relações econômicas estabelecidas pelos assentados em função do acesso à propriedade da terra que por eles foi conquistada.

A situação dos assentamentos do MST confirma que, apesar de bastante diferenciada, aponta para uma melhoria da qualidade de vida dos assentados. STÉDILE analisa que *"alguns assentamentos continuam pobres, outros remediados e alguns são um sucesso. De certa forma eles reproduzem o que acontece na agricultura em geral. Porque, apesar de os lavradores receberem terra do governo, imediatamente se transformam em pequenos produtores rurais e passam a enfrentar todas as contradições que têm os outros pequenos produtores.*

*Existe, em termos gerais, a seguinte diferenciação: nos primeiros dois anos de assentamento, em geral, as famílias se preocupam em resolver seu problema de comida. Eles passam a produzir apenas para comer. Aceitamos isso, porque é praticamente uma fome histórica. De maneira que não temos nenhum assentamento em que haja fome, todo mundo come bem, o que já seria uma grande conquista numa sociedade que tem 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias. Mas, passada essa etapa, o assentado pobre quer construir sua casinha e ter escola para seus filhos. O MST faz então um trabalho de conscientização e de organização para mostrar que só produzir para comer não resolve, que o agricultor precisa ter renda e para ter renda ele tem de produzir para o mercado. Nosso trabalho é identificar quais são as culturas que têm mercado e estimular que o agricultor produza para o mercado local para aumentar a renda, para começar a se diferenciar daquele que só ficou produzindo para comer. Passados quatro, cinco, seis anos, conseguimos fazer com que eles percebam que, na realidade da agricultura de hoje, não basta também produzir só para o mercado local, e que os mercados mais organizados exigem agroindústria. (...) Temos laticínio, frigorífico e estamos implantando várias linhas de agroindústria. Então, a renda aumenta muito, como se vê em São Paulo, por exemplo,*

*em Itapeva ou no município de Promissão, onde os agricultores instalaram pequenas unidades de agroindústria. Nelas a renda aumenta muito e eles conseguem ter um padrão de vida muito superior a que teriam se estivessem ganhando um bom salário na cidade”. (1997:40)*

No Brasil, o trabalhador rural nunca foi tratado como um cidadão. Embora atores fundamentais das grandes mudanças econômicas do país, os trabalhadores rurais não haviam ocupado na história brasileira a importância de sua produção para a sociedade nacional. A permanência e a força política acumulada pelos trabalhadores rurais organizados no MST é uma experiência histórica ímpar para o Brasil. Todo o processo desencadeado pela criação do Sistema de Cooperativas dos Assentados tem comprovado a capacidade de os assentamentos rurais se transformarem, enquanto áreas reformadas, em novos espaços sociais de organização da produção agrícola, por meio da criação e da adoção de tecnologias capazes de empregar todos os trabalhadores rurais.

Por essas diferentes práticas D’INCAO analisa que MST é uma das manifestações mais importantes do processo de democratização da sociedade brasileira. *“Porque ele interroga velhos preconceitos da direita e da esquerda, colocando novos desafios ao debate político. O MST, com sua incrível capacidade de organização e de mobilização, vem dando força e continuidade ao ainda débil processo de negociação democrático das questões ligadas à reestruturação da sociedade brasileira. Através do questionamento da nossa estrutura fundiária. Mostrando que a terra tem uma função social e que sua apropriação privada deve ser negociada pela sociedade como um todo, através de seus legítimos representantes. Não pode continuar sendo o resultado das políticas de privilégios que fizeram a história deste nosso país e que vem transformando um país de sem terra... Isso liga, sem dúvida, a questão da Reforma Agrária aos nossos problemas sociais: o desemprego, a violência urbana, etc. Refletindo sobre essas práticas dos sem-terra, tenho sempre a impressão que elas questionam aquilo que existe de mais conservador na sociedade brasileira: a idéia de que a pobreza é uma segunda natureza e que, como tal, não tem solução. Se estou certa, esta é a maior contribuição que o MST está dando ao nosso processo de democratização. Neste sentido, o MST tem, acima de tudo, colocado na pauta do debate político a necessidade de se dar um caráter social ao nosso projeto político de desenvolvimento”.* (1997:211-212)

## CAPITULO 4 - REFORMA AGRÁRIA E EMPREGO

### 4.1. Objetivos e metodologia

Para reflexão sobre a relação entre Reforma Agrária e geração de emprego foi realizada pesquisa qualitativa em um assentamento rural do Distrito Federal, Projeto de Assentamento Três Conquistas, composta por duas abordagens complementares. A primeira objetivou apresentar um quadro geral sobre a área, os assentados, suas trajetórias de vida e trabalho. Buscou-se obter informações que permitissem delinear a situação socioeconômica da família antes do assentamento, trabalhando esses dados como instrumentos importantes para o objetivo principal: o de avaliar, na segunda parte, a importância da Reforma Agrária e do fortalecimento da Agricultura Familiar como políticas públicas fundamentais, não só para a criação de empregos, mas também para contribuir com a mudança do modelo de desenvolvimento a partir do campo. A metodologia utilizada nesta pesquisa combina concepções de Pesquisa Participativa, mais especificamente de Pesquisa Ação, com o instrumental utilizado pela linha da História Oral, bem como pela técnica de análise de mapas. De acordo com THIOLENT, pode-se conceituar Pesquisa Ação como *“um tipo de pesquisa social com base empírica, que é conhecida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”*. (1992:3)

Em relação à História Oral como metodologia de pesquisas, CALDEIRA observa que *“se recolhermos só relatos orais, só histórias de vida ou só depoimentos de história oral sobre um determinado período ou sobre um determinado grupo social, estaremos certamente obtendo informações importantes, mas provavelmente iremos ter uma visão parcial de uma dada experiência social e cultural. Seria o mesmo que ter o relato oral da cultura sem a observação e a vivência. Como observar e viver uma experiência passada é impossível, e como apenas os relatos orais, por mais importantes que sejam, oferecem apenas uma visão parcial, o pesquisador tem que inventar outros mecanismos que possibilitem ampliar o leque de informações sobre o que está estudando. Há que se olhar todos os tipos de documentos e materiais (...). Embora a história de vida e o relato da história oral ofereçam informações imprescindíveis, não podem ser pensados como fontes auto suficientes. Têm que ser concebidos como elementos de um sistema de dados*

*variados e que se articulariam no processo de reconstituição de uma determinada cultura ou da história de um determinado grupo social". (1992:76)*

Quanto à produção e à utilização de mapas o trabalho "Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros" de BERGAMASCO et all. (1997) sugere que o estudo dos assentamentos pode ser muito enriquecido pela produção de uma série de mapas que retratem a sua realidade, por meio do acompanhamento da ocupação do espaço, da organização da produção agrícola, das estratégias e dos laços que se estabelecem entre famílias assentadas e da própria história da construção do assentamento. A partir do conceito dos assentamentos como "espaços sociais criados" foram analisados figuras e mapas, visando a facilitar o conhecimento do Assentamento Três Conquistas.

Os instrumentos utilizados nas duas abordagens dessa pesquisa buscaram favorecer a captação das diferentes perspectivas das pessoas envolvidas no trabalho, além de possibilitar, em algumas situações, a participação dos envolvidos.

Para a caracterização prevista na primeira parte foi realizada a técnica de sistematização e análise de dados secundários, disponibilizados pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF através do cadastro das famílias do Assentamento Três Conquistas. Também foi utilizada a técnica de Observação Participante, que consiste na observação de aspectos predeterminados que ocorrem simultaneamente à participação nas atividades realizadas no processo concreto de trabalho.

Uma terceira técnica de coleta de dados utilizada foi a Entrevista Semi-Estruturada, com roteiro preestabelecido, porém flexível, que permite a participação dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas com 17% dos homens e mulheres chefes de famílias, titulares dos lotes. A escolha recaiu sobre a parcela mais atuante no Assentamento, ou seja, membros da associação, pessoas sempre presentes em comissões, grupos de trabalho, assembléias e reuniões.

As entrevistas procuraram recolher informações sobre a situação das famílias nos últimos anos - especialmente em relação ao acesso ao trabalho, o que permitiu formular uma avaliação da importância da Reforma Agrária e da criação de empregos a partir dos assentamentos rurais. Foi possível avaliar a empregabilidade dos trabalhadores entrevistados a partir de suas declarações sobre as últimas ocupações exercidas entre os processos migratórios e sobre os períodos de desemprego nas periferias das cidades.

Na segunda parte, analisando projetos em curso no Assentamento, utilizou-se novamente a técnica de sistematização e análise de dados secundários, formados por planos de trabalho e relatórios de extensionistas da EMATER-DF e demais órgãos que atuam na área. Também foram feitas entrevistas semi-estruturadas com 05 (cinco) extensionistas da EMATER-DF que atuam diretamente com as famílias assentadas no Três Conquistas.

#### 4.2. A questão agrária no Centro-Oeste - A situação do Distrito Federal

Formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, a região Centro-Oeste tem superfície territorial de 1.612.077,2 km. de acordo com a resolução do IBGE de nº 5/94.

Assim como outras regiões brasileiras, a região Centro-Oeste foi atingida, em escalas diferentes, pelo processo de modernização da agricultura que o país viveu nas últimas décadas. As realidades agrária e agrícola desta região não diferem em muito da nacional, marcada pela concentração da propriedade da terra e pela ausência de uma política agrícola dirigida aos segmentos produtivos de pequena e média propriedade. Atualmente, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal existem aproximadamente quinze acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, dos quais participam cerca de 8 mil famílias.

As características da estrutura fundiária do Centro-Oeste se adequam perfeitamente àquelas características descritas por SAMPAIO sobre a concentração de proprietários no topo da pirâmide e a extrema fragmentação em sua base. Repetindo o cenário nacional, no Centro-Oeste existe um pequeno número de proprietários que controla mais da metade da área agrícola da região, enquanto milhares de trabalhadores rurais estão impedidos do acesso à terra, vagando à procura de trabalho.

*“Toda essa gama de problemas decorre de uma estrutura fundiária extremamente concentrada na região. Pode-se observar em 1985 que os estabelecimentos com mais de 2000 hectares, que eram apenas 8.195, num universo de 348.269, (2,35%), ocupavam nada menos que 52,0 milhões de hectares, ou seja, 52% da área total, o que representava uma área média/estabelecimento de 6.350 hectares. Por outro lado, as pequenas propriedades com até 50 hectares, em número de 187.311, (53,8% do total), ocupavam, tão somente, 3,08 milhões de hectares (3,1% do total), sendo, portanto, a área média nesse segmento de 16,4 hectare, ou seja,*

387 vezes menor que a área média encontrada nos grandes estabelecimentos”. (MIRAGAYA e OLIVEIRA. 1996:39)

Trabalhando com os dados da Contagem Populacional do IBGE de 1996, CORBUCCI (1998) registra que a região possui 10.501.480 (dez milhões e quinhentos e um mil e quatrocentos e oitenta) habitantes, sendo que 8.865,836 (oito milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil e trinta e seis ) pessoas, ou seja, 84,42% vivem na área urbana, e apenas 1.635.644, ou 15,58%, vivem na área rural.

É preciso observar que, no Distrito Federal, cerca de 97% da população concentra-se na área urbana, na qual os setores produtivos encontram-se incapazes de atender à força de trabalho existente. Este fenômeno reflete o crescente desemprego constatado na Capital Federal, nos níveis crescentes de marginalidade urbana e na expansão acelerada de ocupações de terra, conforme análise feita pela Secretaria de Agricultura em seu Plano Executivo da Política Fundiária.

De forma resumida, o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Distrito Federal, desde os primeiros momentos da ocupação da área rural de Brasília até hoje, podem ser descritos em três fases, conforme dados apresentados no trabalho “A intensificação da Agro-empresa no Distrito Federal”, coordenado por FIGUEIREDO. (1979) O primeiro período, que vai desde a criação de Brasília até 1964, tem como característica básica a divisão da terra em pequenos lotes, sobre os quais eram concedidos o direito de arrendamento para funcionar como mecanismo especial para atrair a transferência de funcionários públicos de outros locais para o Distrito Federal. De acordo com o trabalho citado, *“a característica principal deste momento foi de que a terra não foi utilizada como meio de produção capitalista. Produziu, predominantemente, valores de uso e não mercadorias. Sua principal função foi manter reservas de terra e de força de trabalho. Não foi gerada a pequena produção familiar enquanto tal, dado que a atividade predominante destes pequenos produtores era desenvolvida fora do setor (construção civil, mercado informal, funcionalismo público) e que o volume da produção era insuficiente para a própria sobrevivência. Neste momento, o Estado atuou garantindo a ‘ocupação não produtiva’ a fim de realizar o caráter de reserva de terra e força de trabalho e não provocar incompatibilidades com o capital de fora do DF que se beneficiava, assim, com o abastecimento de gêneros alimentícios para o DF”*. (1979:44)

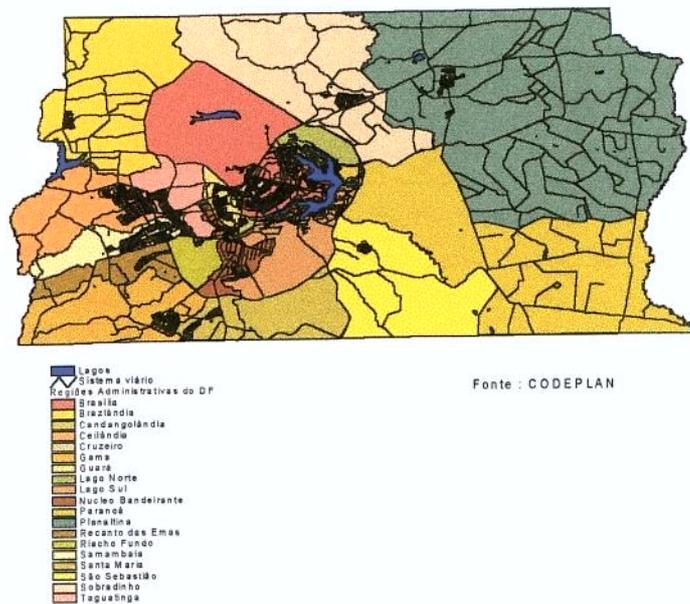
O segundo período que pode caracterizar o desenvolvimento da área rural de Brasília é o que vai de 1964 até o início do Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal, em 1977. Com a ocorrência do processo de modernização agrícola no país, neste período se deu a diferenciação da área rural do Distrito Federal, a partir da entrada direta do capital de fora do DF nas atividades agropecuárias. Nessa fase *“formam-se novos núcleos rurais, a legislação visa a tornar produtivas algumas atividades, especialmente a produção de hortigranjeiros e possibilita a concentração fundiária que, de fato, ocorre neste período. São criadas áreas avulsas para grandes empreendimentos. Instalam-se grandes empresas na área rural do DF como a Só Frango e o Café Arábia e núcleo rural de Vargem Bonita passa a contribuir para o abastecimento de hortículas e frutas. Neste período é criada a CEASA. A análise deste período permite dizer que sem que a área rural tenha perdido de todo seu caráter de reserva de terra e força de trabalho já estava convertendo-se em objeto de exploração capitalista”*. (FIGUEIREDO et all. 1979:45)

A terceira fase é aquela caracterizada pela intensificação da instalação da agroempresa do Distrito Federal, principalmente através do Plano de Assentamento Dirigido - PAD-DF, que tem início em 1977. A partir dessa fase passa a ocorrer grande penetração do capital na organização da produção agropecuária do Distrito Federal. *“O Estado passa a atuar no sentido de facilitar esta penetração não só criando condições infra-estruturais gerais, mais participando diretamente tanto na seleção de arrendatários como fornecendo assistência técnica permanente, facilitando mecanismos de acesso ao crédito e definindo as atividades agropecuárias prioritárias agindo assim, ele próprio como empresário”*. (FIGUEIREDO et all. 1979:45)

Desde então estavam criadas as condições da competição capitalista também nas atividades agropecuárias do Distrito Federal, sendo que a organização da produção agrícola passa a se parecer mais com o resto do país no mesmo período, cuja característica fundamental é a intervenção do Estado e sua direta ligação com o modelo de modernização agrícola que se iria consolidar, baseado nas grandes unidades de produção e na vasta concentração de terra. Conforme observou FIGUEIREDO, (1979) este forte desenvolvimento e a entrada do capital de maneira acelerada na agricultura do Distrito Federal foram acompanhados por uma intensificação da proletarianização dos pequenos agricultores locais.

A figura a seguir retrata a maneira como está dividida, atualmente, a área do Distrito Federal.

Figura 01. Regiões Administrativas de Brasília.



A característica fundamental do desenvolvimento das atividades rurais implantadas no quadrilátero do Distrito Federal é o arrendamento da terra desapropriada pelo Estado. Conforme dados da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, apresentados por ALBUQUERQUE (1995) as áreas de terras rurais arrendadas pelo Poder Público no Distrito Federal abrangem 174.700 hectares, contendo 56 Áreas Isoladas, 20 Colônias Agrícolas, 14 Núcleos Rurais, 01 Projeto de Assentamento Dirigido (PAD-DF), 01 Núcleo Hortícola Suburbano, 02 Combinados Agrouurbanos e 02 Agrovilas, apresentando, resumidamente, o seguinte quadro:

Tabela. 7. Distrito Federal. Áreas rurais públicas arrendadas. 1995.

Discriminação	Lote	%	Área Média ha	Área Total ha	%
- Área Isolada	246	7,09	229,03	56.342,47	32,34
- Colônias Agrícolas	1.333	38,41	7,07	9.425,37	5,09
- PAD-DF	137	3,95	266,89	36.564,60	20,98
- Núcleos Rurais	1.184	34,12	54,33	64.331,49	36,92
- CUBs	160	4,61	6,00	960,00	0,55
- NHSVB	71	2,04	4,70	333,73	0,19
- PICAG	339	9,77	18,51	6.274,09	3,60
Total	3.470			174.231,75	100,00

Fonte: Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. 1995. (Citada por ALBUQUERQUE. 1995)

Analisando-se alguns aspectos do quadro precedente, podem-se observar vários problemas na estrutura fundiária do Distrito Federal, à medida que:

a) as 56 Áreas Isoladas, abrangendo 56.342,47 ha, representando 32,34% das terras públicas arrendadas, são ocupadas por 246 arrendatários, representando apenas 7,09% do seu total, demonstrando forte concentração fundiária, com média de 229,03 hectares por lote.

b) as 19 Colônias Agrícolas, abrangendo 9.425,37 hectares, representando apenas 5,09% da área de terras públicas arrendadas abriga 1.333 arrendatários e concessionários, representando 38,41% do total desta categoria de produtores no DF, demonstrando forte concentração minifundiária, com a média de 7,07 hectares por lote.

c) o PAD-DF (Projeto de Assentamento Dirigido do Distrito Federal), dividido em 6 áreas, abrangendo 36.564,60 hectares, representando 20,98% da área total arrendada pelo Poder Público no DF, tem ocupação de 137 arrendatários, correspondendo a apenas 3,95% do total de arrendatários e concessionários no DF, com média de 266,89 hectares por lote, demonstrando, prevalente concentração fundiária.

d) Núcleos Rurais - implantados a partir de 1957, os Núcleos Rurais do DF abrangem 64.331,49 hectares e representam 36,92% da área arrendada no DF. Os 1.184 lotes, com média de 54,33 hectares, são ocupados por 34,12% do total de arrendatários e concessionários de terras públicas no Distrito Federal.

Em resumo, examinando a estrutura fundiária em terras públicas no Distrito Federal pode-se constatar a existência de várias distorções no modelo de ocupação e uso do espaço agrário previsto, que, segundo ALBUQUERQUE (1995), traduz-se por exemplo nos números a seguir:

a) Os lotes minifundiários (até 10 hectares), ocupam apenas 6,15% do total das áreas públicas arrendadas e são ocupados por 45,52% de todos os arrendatários e concessionários do Distrito Federal.

b) Os lotes de 100 a mais hectares, abrangendo 106.343,27 hectares, correspondentes a 61,03% do total da área arrendada, são ocupados por apenas 276 arrendatários, equivalente a 7,95% dos componentes dessa categoria.

Os conflitos pela terra no DF remontam ao período das desapropriações das terras para sua formação, passando por diferentes fases e relações com o Estado. Mais recentemente, com a chegada do MST ao Distrito Federal em 1995 observa-se nova fase, com nova feição da luta pela terra na região.

Em dezembro de 1995 começou a se organizar, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um grupo de aproximadamente 600 famílias que necessitavam conquistar sua terra. Em 25 de abril de 1996, essas famílias ocuparam uma área no Núcleo Rural Sarandi, onde montaram o acampamento Sarandi II. Permaneceram acampados até 31 de julho do mesmo ano, quando foram despejadas e ocuparam a Fazenda Grotão, localizada na região administrativa de Planaltina. Nesse segundo acampamento as famílias totalizavam cerca de 1700 pessoas, sendo 300 crianças.

Depois de várias tentativas de despejo, no último dia do cumprimento da liminar da reintegração de posse obtido pelo proprietário, na madrugada do dia 26 de setembro, as famílias que resistiram foram transferidas, através da intervenção da Secretaria de Agricultura, para três diferentes áreas da região de Brasília, sob a promessa de serem assentadas pelo Governo do Distrito Federal.

Um grupo de famílias foi transferido para uma área da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, sendo portanto uma área de terra pública rural, onde se localizava um antigo projeto de reflorestamento denominado PROFLORA. Estas famílias decidiram batizar o local com “Pré - Assentamento Três Conquistas”, em homenagem às três áreas conquistadas pelas famílias que lutaram.

Nesse contexto a Secretaria de Agricultura apresenta, em junho de 1996, o Plano Executivo de Política Fundiária e de Assentamento em Terras Públicas para o Distrito Federal e Região do Entorno. Tendo como uma de suas principais diretrizes o acesso de trabalhadores rurais à terra, em que pese a restrição espacial do Distrito Federal, o Plano se propõe a “*efetivar o assentamento de trabalhadores, bem como propiciar o suporte técnico necessário à viabilização da produção nas áreas de assentamento*”. (Secretaria de Agricultura. 1996:2)

A vontade política do Governo do Distrito Federal de contribuir com a execução da Reforma Agrária conta com a especificidade da formação territorial e do modelo fundiário de Brasília, cujas terras rurais desapropriadas para a criação da Capital foram mantidas como propriedade do setor público e arrendadas a produtores, em parcelas pequenas e médias agrupadas em Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas. O modelo fundiário inicialmente pensado para Brasília previa que essas áreas funcionassem como fonte de abastecimento da nova Capital Federal, evitando seu desvio para fins não produtivos.

Durante o processo de modernização da agricultura, diversas distorções ocorreram, mas o governo do Distrito Federal pretende, por meio desse Plano, retomar a função original destas áreas. De acordo com o Plano Executivo de Política Fundiária, o Governo do Distrito Federal “*tem a firme decisão de defender e valorizar, na sua função social, produtiva e geradora de trabalho, as suas terras públicas rurais através de medidas, tais como retomada de lotes que se encontrem subaproveitados, inaproveitados ou ocupados irregularmente, dando-lhes uma destinação social mais justa, através de um programa criterioso de assentamento de trabalhadores rurais sem terra*”. (Secretaria de Agricultura. 1996:3)

Este Plano de Política Fundiária aponta que, em função do acelerado processo de crescimento de Brasília, a importância do setor rural é cada vez maior no sentido de se buscar o equilíbrio econômico e social local. Relevante para esse trabalho é que nas diretrizes do Plano o setor rural é apresentado como “*fonte geradora de empregos, renda e alimentos para uma população que superou todas as expectativas do plano urbanístico original*”. (Secretaria de Agricultura. 1996:3). De acordo com o governo do Distrito Federal, o setor agropecuário apresenta-se como estratégico para uma “*política de desenvolvimento local, capaz de assumir função destacadora no abastecimento urbano e na criação de novos setores de ocupação*”

*produtiva para a população do Distrito Federal*”. Para implementar esse plano a curto prazo, o governo resolveu adotar as seguintes ações:

1. disponibilizar áreas públicas em poder de outros órgãos, procedimento que facilita a intervenção do Estado, por evitar os custos de indenização;

2. definir instrumento de autorização de uso, de caráter precário, para assentamento em áreas já reintegradas à FZDF, até a aprovação do Programa Rural de Assentamentos de Trabalhadores - PRAT;

3. criar o Conselho de Política de Assentamento Rural;

4. criar o Grupo Executivo de Elaboração de Projetos de Assentamento;

5. firmar acordos de cooperação com o INCRA e o Governo do Estado de Goiás;

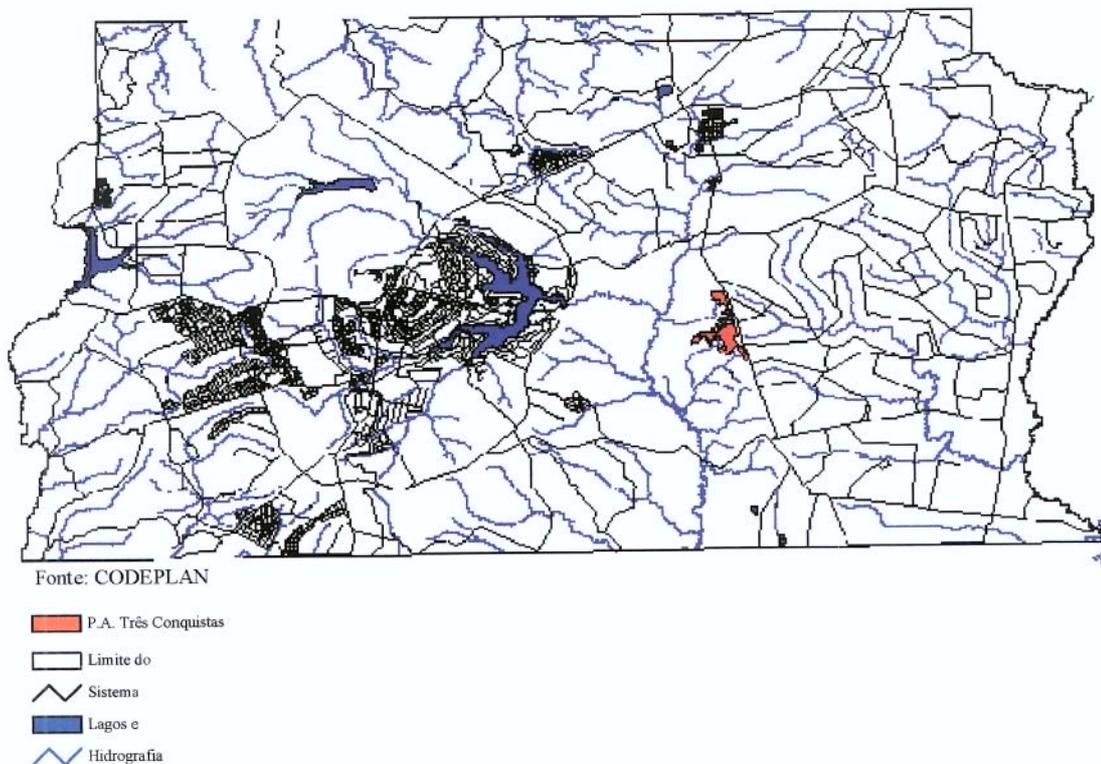
6. aprovar a lei que cria o Programa Rural de Assentamento de Trabalhadores - PRAT (anexa).

A partir deste conjunto de medidas, a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal efetivou a criação do Assentamento Três Conquistas.

#### 4.2.1. Características Gerais da Área do Assentamento Três Conquistas

O Assentamento “Três Conquistas” foi implementado em setembro de 1996, numa área de 1.002 hectares, distante 40 km de Brasília, situado no Paranoá, Região Administrativa do Governo local. A figura abaixo indica a localização do Assentamento dentro do Distrito Federal e os contornos da propriedade onde ele foi implantado.

Figura 02. Localização do Assentamento Três Conquistas no DF.



A região onde localiza-se o Assentamento faz parte da bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, cujas áreas fazem fronteira com pequenas chácaras ao Sul; ao Norte com um haras; a Oeste com várias chácaras de posseiros e a Leste com a rodovia DF-15. De acordo com as orientações do trabalho “Por uma Atlas dos Assentamentos Brasileiros” (BERGAMASCO et all. 1997), a caracterização da área é importante auxiliar no planejamento de sua ocupação e das atividades a serem desenvolvidas pelos novos produtores. Caracterizar os aspectos físicos, ambientais e de aptidão agrícola dessa nova unidade de produção deve ser tarefa imprescindível para o auxílio da viabilização socioeconômica das famílias assentadas.

Através da pesquisa realizada na área pelos técnicos da EMATER - DF e da Codeplan, constatou-se que, embora 73,32% das áreas do Projeto possuam aptidão agrícola (identificada em relação aos seguintes fatores: água, fertilidade, impedimento a mecanização, oxigenação e susceptibilidade a erosão), o assentamento apresenta baixa fertilidade natural, sendo necessária a implementação da correção do solo, por meio de calagem e fosfatagem, visando à exploração

comercial das culturas a serem desenvolvidas no local. O mapa com a classificação dos solos da área pode ser conferido na figura a seguir. Em relação à hidrografia registra-se o problema mais acentuado: a área do assentamento não conta com nenhuma fonte de abastecimento superficial de água, apesar de estar próxima a vários córregos afluentes do rio São Bartolomeu. Essa limitação ao acesso de água vem sendo contornada pelo abastecimento da CAESB, enquanto são construídos poços artesianos e reservatórios de água.

Figura 03: Tipos de solo do Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF

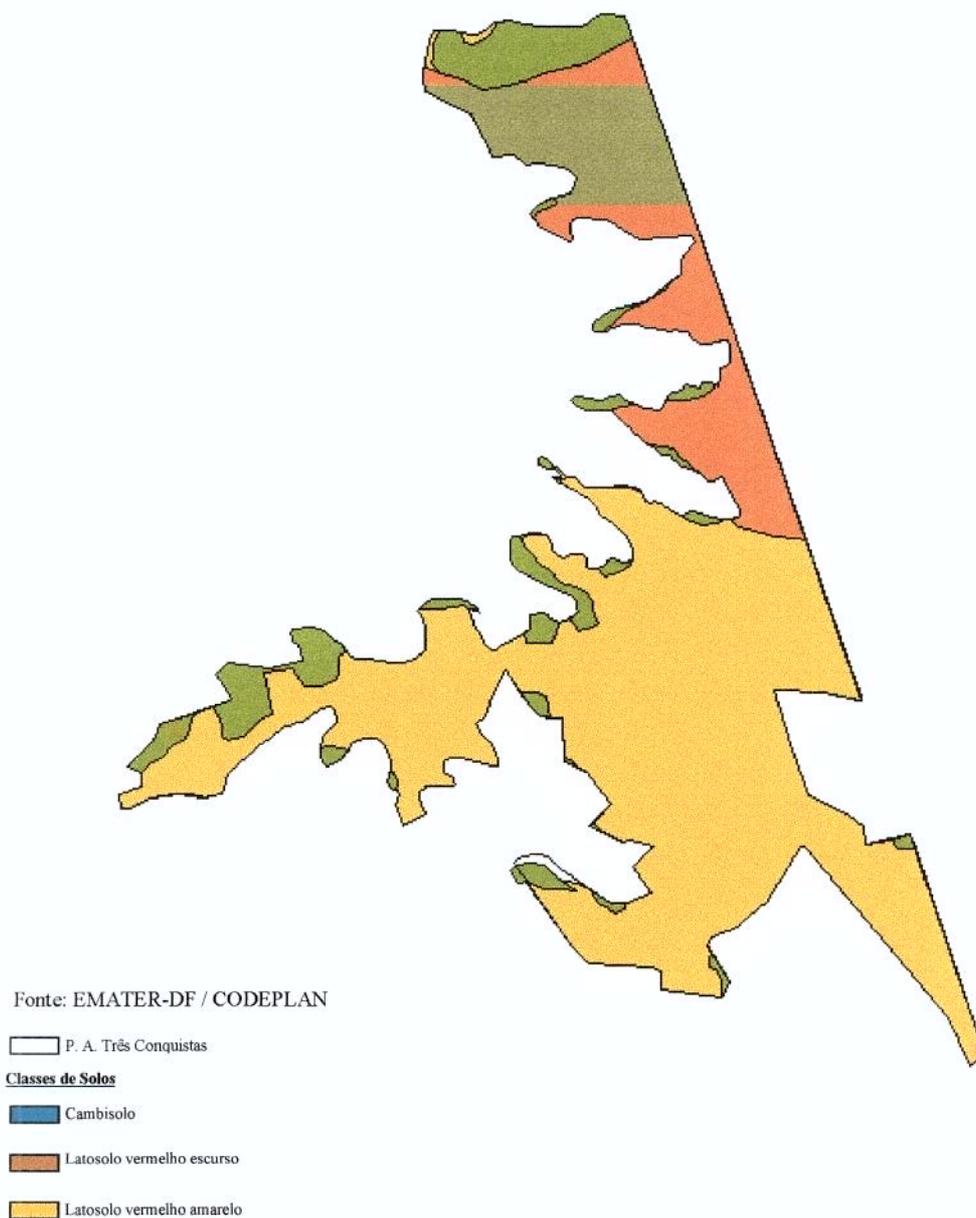




Foto 1. Abastecimento d'água no Assentamento, feito pelos caminhões da CAESB.

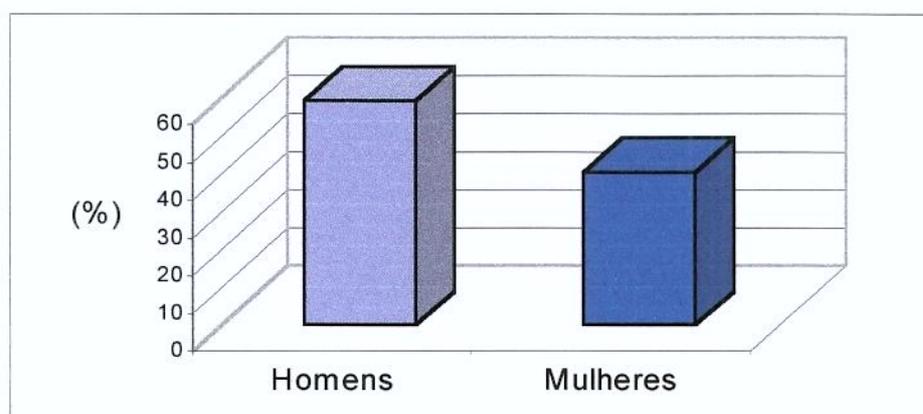


Foto 2. Manilhas para construção dos poços no Assentamento.

#### 4.2.2. Características gerais dos beneficiários do Assentamento Três Conquistas

Estão assentadas no Três Conquistas 64 famílias<sup>3</sup>, que somam 270 pessoas, sendo que 59,4 % dos chefes de família são homens (38) e 40,6 % são mulheres (26), de acordo com gráfico 1. Comparativamente ao índice nacional de mulheres beneficiárias da Reforma Agrária, pode-se considerar que o Três Conquistas representa uma exceção, pois de acordo o Censo Nacional dos Projetos de Assentamento (1998) os homens representam 85,6% dos titulares dos lotes.

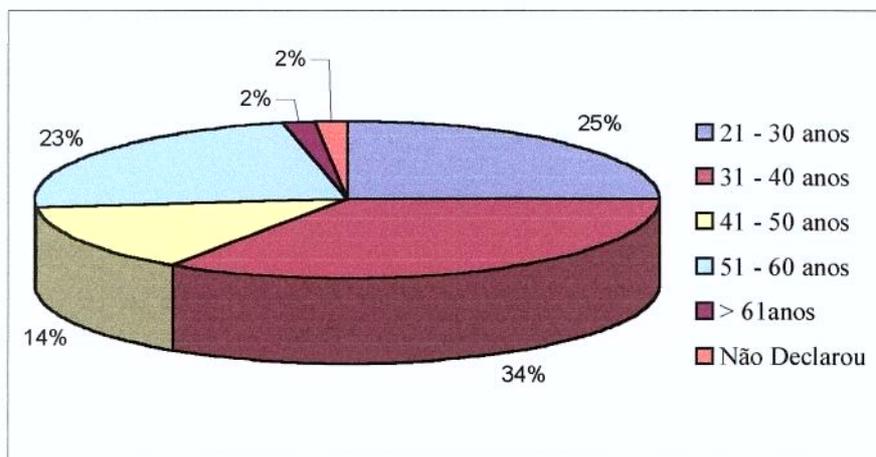
Gráfico 1. Percentual de homens e mulheres Chefes de Família no Assentamento Três Conquistas, Paranoá – DF



No que diz respeito à idade, a faixa etária entre 31 a 40 anos é a que concentra o maior número de chefes de família, sendo 14 homens e 8 mulheres. A seguir, vem a faixa etária de 21 a 30 anos, com 16 titulares de lotes; seguida por 15 titulares entre 51 a 60; com idade entre 41 a 50 aparecem nove titulares; e 1 acima de 61. Pode-se considerar que os titulares dos lotes de Reforma Agrária do Assentamento Três Conquistas está, em sua maioria, em idade economicamente ativa, já que 59 % tem menos de 40 anos.

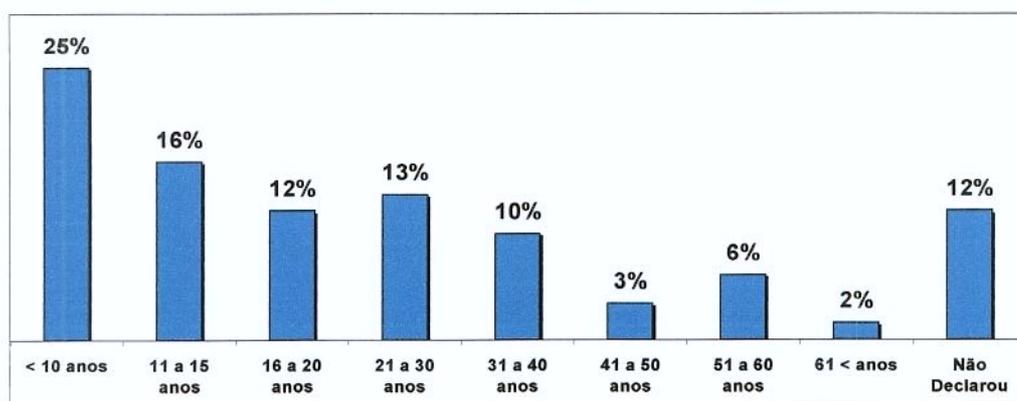
<sup>3</sup> À época da coleta de dados, havia a possibilidade de alteração deste número, em função dos critérios de seleção e da demarcação dos lotes que não havia ocorrido ainda. Com a divisão da área houve a inclusão de mais um beneficiário, existindo atualmente 65 famílias na área.

Gráfico 2. Percentual por faixa etária dos Chefes de Famílias no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF



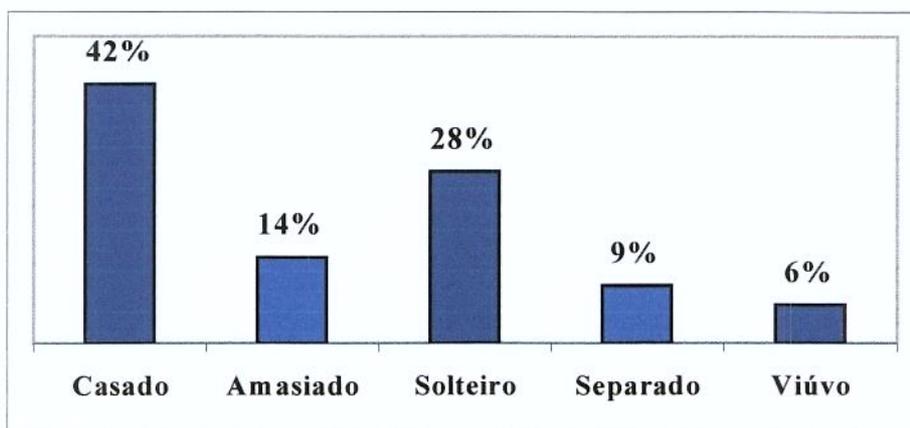
Em relação à população total da área, pode-se registrar a presença de 132 mulheres, e 138 homens, sendo que a maior parte dos beneficiários do Assentamento Três Conquistas é composta por pessoas de até 15 anos, que perfazem 41 % do total, conforme o gráfico abaixo. Estes dados indicam que a maioria da população do assentamento pode ser enquadrada como uma população jovem, o que obriga que as políticas públicas para esta área tenham uma atenção especial para as necessidades presentes e futuras desta faixa etária.

Gráfico 3. Percentual por faixa etária dos integrantes do Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.



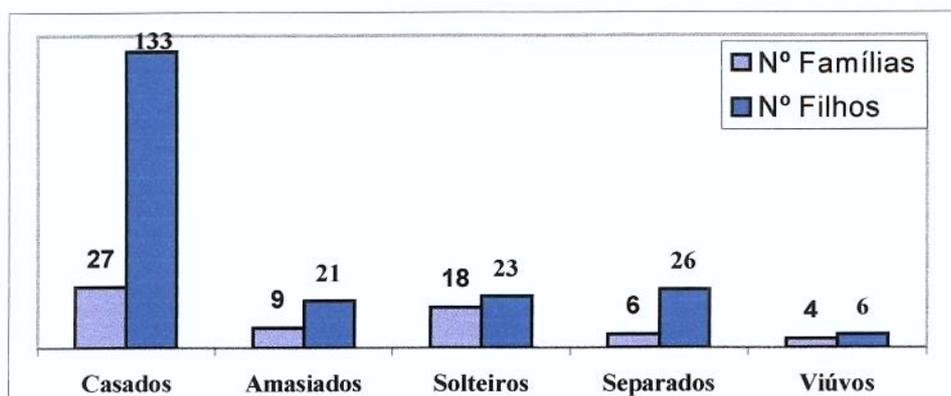
Em relação ao estado civil, dos 38 chefes de família homens, 26% são casados ou amasiados; 3,2 % são separados; 18,7% são solteiros e 1,6% viúvo. Das mulheres chefes de família 56,3% são casadas; 9,4% são separadas; 28,1% são solteiras e 6,2% são viúvas.

Gráfico 4. Porcentagem do Estado Civil dos Chefes de Famílias Homens e Mulheres no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.



A estrutura familiar dos integrantes do Assentamento Três Conquistas é formado por 56,3% famílias completas (casados e amasiados), que somam 154 filhos; por 28,1% de famílias formadas por pais ou mães solteiras, que têm 23 filhos e por 9,4% de pais separados, que somam 26 filhos e por 6,3% de viúvos que têm 6 filhos. As famílias incompletas perfazem um percentual significativo: 37,5%. Como é alto o número de mães solteiras, separadas, e ou viúvas com filhos, é necessário atenção especial do poder público a estas famílias no Assentamento, já que elas devem encontrar dificuldades adicionais para viabilizar a produção de seus lotes, em função da falta de mão-de-obra masculina e da pouca idade das crianças, conforme se pode verificar nos dados cadastrais e nas entrevistas.

Gráfico 5. Características da estrutura familiar dos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.



#### 4.2.3. A Trajetória dos Assentados no Três Conquistas

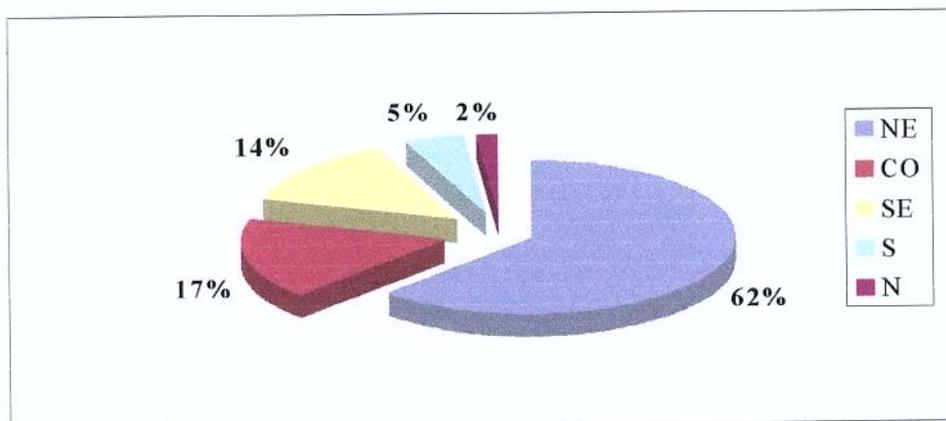
Como a migração dos trabalhadores rurais é característica marcante do modelo de desenvolvimento brasileiro, é importante recuperar a trajetória destes assentados. Contrariando os dados do Censo Nacional dos Projetos de Reforma Agrária, que indicou que a maioria dos beneficiários do país são do próprio município ou Estado onde se localiza o assentamento, no Três Conquistas a maioria dos trabalhadores é de outros Estados e regiões.

Com relação ao local de origem dos chefes de família assentados no Três Conquistas, 62,5 % são nascidos na região Nordeste, majoritariamente na Bahia, Maranhão e Piauí; 17,2 % são da própria região Centro-Oeste, dos estados de Goiás e Distrito Federal; 14,1% da região Sudeste, basicamente de Minas Gerais e Espírito Santo; 4,7 % da região Sul, dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul e 1,6 % da região Norte, do estado do Tocantins.

Tabela 8. Unidade da Federação de origem dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

Unidade da Federação	Homens	Mulheres	Total	(%)
Alagoas	01	0	01	1,6
Bahia	07	09	16	25,0
Distrito Federal	02	0	02	3,1
Espírito Santo	01	0	01	1,6
Goiás	04	05	09	14,1
Maranhão	03	04	07	10,9
Minas Gerais	06	02	08	12,5
Paraíba	04	02	06	9,4
Pernambuco	0	02	02	3,1
Piauí	06	01	07	10,9
Paraná	01	01	02	3,1
Rio Grande do Norte	01	0	01	1,6
Rio Grande do Sul	01	0	01	1,6
Tocantins	01	0	01	1,6
Total	38	26	64	100

Gráfico 6. Região de origem dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

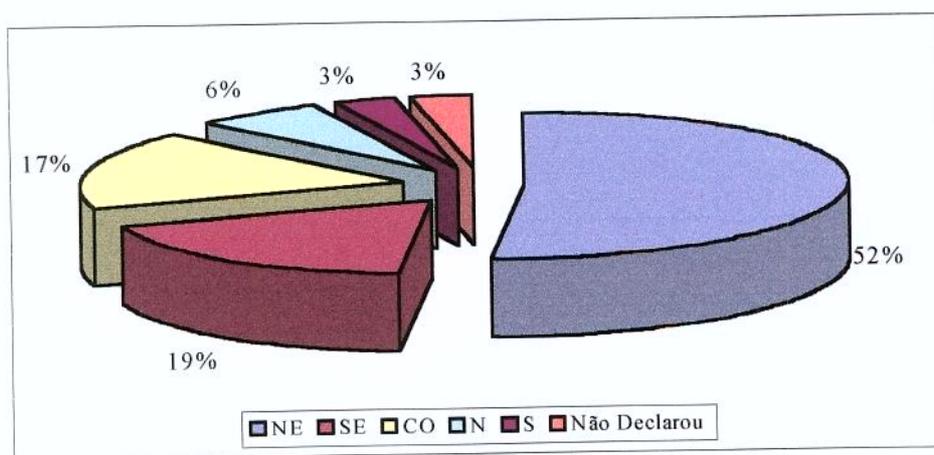


De acordo com as declarações feitas pelos assentados no documento cadastral da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, embora 62,5% sejam originariamente do Nordeste, somente 51,6% teve lá sua última procedência, antes de chegar ao Distrito Federal, indicando que estes 10,9% restantes tenham tido passagens por outras regiões antes de vir para o Brasília, conforme, é possível comparar pelas tabelas 8 e 9. Há também uma pequena alteração quanto à região de origem e a região de última procedência, no que diz respeito aos dados da região Sul, de onde são originários 4,7% dos assentados, e cuja última procedência desta região indica um índice de 3,1%. Importa observar que a região Norte, que responde por somente por 1,6% da origem dos integrantes do “Três Conquistas”, registra um índice de 6,3% como região de última procedência. O único índice em que há coincidência da região de origem e de última procedência é a própria região Centro-Oeste de onde se originam 17,2% dos assentados.

Tabela 9. Unidade da Federação de última procedência dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

Unidade da Federação	Homens	Mulheres	Total	(%)
Alagoas	01	-	01	1,6
Bahia	06	07	13	20,3
Ceará	02	01	03	4,7
Distrito Federal	02	-	02	3,1
Espírito Santo	01	-	01	1,6
Goiás	05	05	10	15,6
Maranhão	02	03	05	7,8
Minas Gerais	08	02	10	15,6
Pará	-	01	01	1,6
Paraíba	01	02	03	4,7
Pernambuco	-	02	02	3,1
Piauí	05	01	06	9,4
Paraná	01	01	02	3,1
Rondônia	-	01	01	1,6
Tocantins	01	-	01	1,6
São Paulo	01	-	01	1,6
Não Declarou	02	0	02	3,1
Total	38	26	64	100

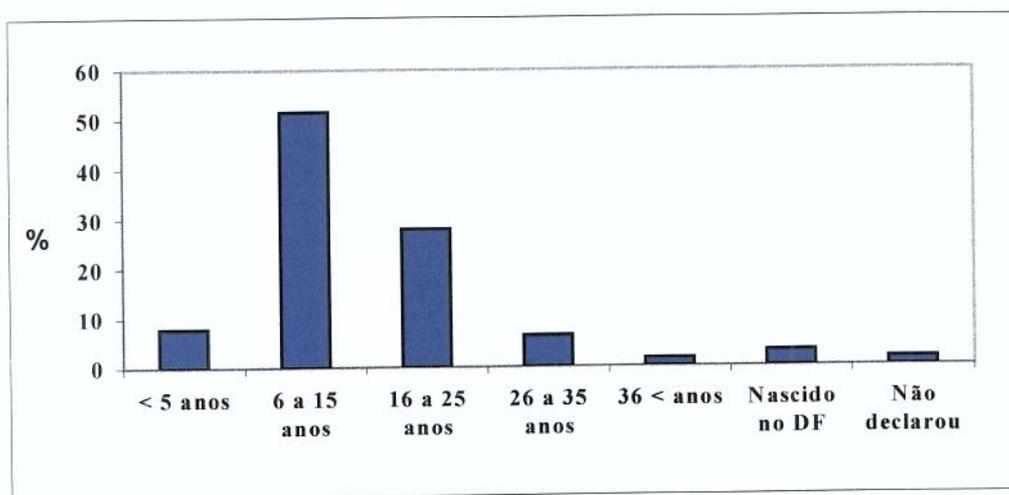
Gráfico 7. Região de última procedência dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.



Ainda de acordo com os dados apresentados pelos assentados ao cadastro da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, 51,6% deles residem entre 6 a 15 anos no Distrito Federal; 28,1%

estão na faixa de 16 a 25 anos de Distrito Federal; 6,3% têm entre 26 a 35 anos de moradia no Distrito Federal. São nascidos no Distrito Federal apenas 3,1% dos assentados e 7,8% tem menos de 5 anos de permanência no DF.

Gráfico 8. Tempo de Moradia no Distrito Federal declarado pelos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.



#### 4.3. Trajetória Ocupacional dos integrantes do Três Conquistas e o acesso ao emprego segundo os trabalhadores entrevistados

Em relação à ocupação profissional anterior dos 64 chefes de família do Assentamento “Três Conquistas”, 43,7% se declararam agricultores, lavradores ou trabalhadores rurais. Do total de homens chefes de família, 37,5% se definem como agricultores e das mulheres chefes de família, 21,9% se declaram agricultoras. Em relação à força de trabalho feminina, pode-se observar que a segunda grande ocupação anterior das chefes de família é o trabalho como empregada doméstica, que corresponde a 15,6% das ocupações declaradas. Em relação à ocupação anterior da mão-de-obra masculina, pode-se notar que a maior parte dos chefes de família empregou-se em atividades de baixa qualificação e remuneração, conforme os dados da tabela 10.

Esta situação de precariedade do trabalho anterior ao assentamento é um importante ponto para observação, já que possibilita a comparação dessa situação com a que passa a ser vivida no assentamento de Reforma Agrária.

Tabela 10. Profissão anterior declarada pelos assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

Profissão	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	(%)
Agricultor (Trabalhador Rural, Lavrador e Agricultor)	24	37,5	14	21,9	38	43,7
Doméstica	-	-	10	15,6	10	15,6
Motorista	01	1,6	-	-	01	1,6
Vigilante	02	3,2	-	-	02	3,2
Jardineiro	01	1,6	-	-	01	1,6
Carpinteiro	02	3,2	-	-	02	3,2
Pedreiro	02	3,2	-	-	02	3,2
Não declarou	06	9,4	02	4,7	08	14,1

De um modo geral, as entrevistas realizadas com 17% dos titulares dos lotes demonstram a gravidade do problema do emprego enfrentado por eles no período anterior ao assentamento: 63% deles estavam desempregados antes de se envolver com a luta pela terra; 27,2% estavam envolvidos em outras ocupações do Movimento Sem Terra; 9,09% declararam estar fazendo algum tipo de “bico”, de atividades temporárias, como lavar roupa para fora ou vigiar carros.

As entrevistas feitas retratam várias diferenças e especificidades nas trajetórias individuais, mas, pode-se claramente identificar traços comuns a todas elas: a intensa rotatividade e mudança da família, que migra com o seu chefe em busca de emprego, a descontinuidade e a falta de acesso à educação dos filhos, as precárias condições de saúde, as péssimas condições de habitação que viviam estas famílias.

A ênfase nessa questão é importante porque demonstra as condições enfrentadas por estes trabalhadores e como foram incorporados à vida urbana: em condições de trabalho instável, com uma grande mudança e rotatividade entre as ocupações exercidas, em geral com uma remuneração bastante baixa, resultando em precária qualidade de vida.

Em trabalho que analisou um grupo de assentados em São Paulo, ao referir-se às diferenças das histórias individuais, D'INCAO observa que as diferenças, em função das precariedades e carências que as homogeneizam “representam, sobretudo, diferentes mediações do já referido processo de proletarianização do homem do campo. Processo que o expulsou do campo, não oferecendo condições para sua incorporação plena no trabalho urbano. Transformando essa população migrante de duas ou três gerações no que os sociólogos e

*economistas vêm chamando de 'população excedentária', 'exército industrial de reserva', 'excluídos do processo produtivo dominante', ou mais recentemente e a propósito das negociações que definiram o pacto político do governo de transição de 'excluídos do processo político'. (...)E o que acaba sendo elemento comum da trajetória desses trabalhadores é a experiência de trabalho não qualificado e superexplorado pelo processo produtivo dominante". (1991:89)*

Esta situação descrita por D'INCAO é profundamente semelhante ao que se pode observar nesse assentamento no Distrito Federal. A experiência vivenciada na cidade pelos trabalhadores que foram expulsos do campo, é sempre referida como cheia de dificuldades, de privações e carências, não só do entrevistado, mas de toda a sua família. A situação e a trajetória descrita pelos trabalhadores reforça as características apontadas no capítulo 1.3. sobre os resultados do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, cuja modernização agrícola, essencialmente patronal, obriga os trabalhadores rurais a migrarem para as cidades, onde não encontram ocupação que lhes permita garantir a sobrevivência própria e da família. À dificuldade de emprego soma-se a dificuldade de moradia, alimentação e escola para os filhos. Convém ressaltar que, embora sendo a vida na cidade extremamente difícil, também não é nada confortável a lembrança e a memória dos tempos já vividos diretamente no campo, por aqueles de origem rural. Os assentados do "Três Conquistas" também referem-se a um passado na roça sempre cheio de dificuldades, de inúmeras mudanças de estado e de região, em busca de melhores oportunidades de acesso à terra e de vida.

*FURTADO afirma que o "Brasil é um milagre, porque tem terras não ocupadas de boa qualidade e gente querendo voltar para a agricultura. Desejar voltar para agricultura, para ter um horizonte de melhoria é uma etapa positiva que se deva considerar. Não é fácil induzir alguém a voltar para o campo, porque toda essa gente já veio do campo ou é descendente dos que deixaram a lavoura. E estão querendo voltar". (1997:23)*

A volta por desejo próprio ao campo é o que verificou-se no Assentamento Três Conquistas, onde a população lutou muito para conseguir voltar para a terra. Pensando em termos de aplicação das políticas públicas, se o Estado precisasse desenvolver campanhas para a população querer voltar para o campo, seria bem mais difícil. Mas, naturalmente, a própria população escolhe voltar para as áreas rurais. Nas entrevistas, as lembranças dos tempos anteriores

vividos no campo, apesar das privações são menos amarga que os períodos na cidade, cujo registro quase que invariavelmente, no conjunto das vezes em que são referidos nas entrevistas, é sempre marcado pelo desemprego, pelo subemprego, pela fome constante dos membros da família e pela exposição à violência.

Um aspecto de destaque em todas entrevistas realizadas com os assentados em Três Conquistas, é que o acesso à terra é visto como condição fundamental para obtenção de segurança para os filhos, da garantia de um trabalho permanente. É a partir da obtenção de seu pedaço de terra que os assentados têm a segurança de que, mesmo com todas as dificuldades que venham a enfrentar para produzir, poderão “tirar da roça” pelo menos a alimentação da família, ainda que seja de forma precária.

Dos titulares de lotes entrevistados, 64% tem origem rural, tendo passado por vários períodos de trabalho nas cidades, voltado ao campo e voltado à cidade, numa trajetória que intercala o campo e a cidade, com muitas idas e vindas. Alguns dos entrevistados migraram por mais de oito estados, neste percurso permanente em busca de emprego, sendo uma das rotas mais freqüentes a saída do nordeste para o sudeste, o desemprego e o subemprego por lá, a volta para o nordeste, mais seca e desemprego e daí as tentativas de vir para o Centro Oeste, sendo o Distrito Federal a “esperança” de trabalho certo como alguns afirmavam. Para a maioria, esta esperança não se confirmou, ao contrário, transformou-se numa forte desilusão.

Dos entrevistados, 18,1% tinham tido somente experiência de trabalho rural, não tendo vivido nenhum período de suas vidas na cidade e 18,1% nunca tinham trabalhado no campo, como é o caso de duas titulares mulheres, ambas do Estado de Goiás, uma da cidade de Jussara e outra de Goiânia. A primeira trabalhou a vida toda como doméstica, e como estava desempregada há mais de um ano e meio no Distrito Federal, tendo uma filha para criar sozinha, decidiu participar da ocupação. A segunda nunca havia trabalhado, tendo se casado aos 16 anos. Com o marido pedreiro, que já tinha trabalhado “na roça” algumas vezes, e que estava desempregado há mais de dois anos no Distrito Federal, resolveu se integrar à ocupação.

A questão da origem dos assentados e da profunda diversidade que ela comporta, é também um ponto importante na compreensão dos assentamentos. D’INCAO (1991) observa que, embora alguns trabalhos remetam à discussão política sobre os assentados o conceito de “classe”, a maioria prefere trabalhar com a noção de identidade e da busca de indicação de projetos comuns.

Nesta reflexão, os autores estão preocupados, por um lado, em relacionar a heterogeneidade e a diferenciação que ocorre entre os grupos de assentados e, por outro lado, estão preocupados também em como garantir a formação de interesses que permita que eles se mantenham organizados enquanto grupo de pressão.

Como parte das reflexões desenvolvidas a partir da pesquisa “A Reforma Agrária no Cotidiano dos Trabalhadores - Um estudo de Caso”, D’INCAO, ao analisar a trajetória dos trabalhadores do Assentamento Porto Feliz, em São Paulo, observa que *“embora essas trajetórias de vida expliquem a existência de diferenças significativas no tocante à competência dos trabalhadores para o trabalho agrícola - há, conforme os seus próprios depoimentos, os que são da roça e os que não são da roça - elas não jogam papel importante no momento da formação do grupo e da decisão de lutar pelo acesso à terra”*. (1991:89)

Importa ressaltar que mesmo os 64% titulares entrevistados de origem rural estavam em Brasília há muitos anos, e quando estiveram empregados, na maior parte das vezes, exerceram atividades urbanas. Com um período de chegada no Distrito Federal variando entre 6 a 15 anos, indagou-se por que essa população resolveu voltar para o campo.

Perguntados sobre a principal motivação que os teria levado a participar da luta pela terra, mesmo sabendo de todas as dificuldades que enfrentariam, 67% dos entrevistados afirmaram que a vida na cidade é muito difícil e que eles não conseguem trabalhar. Algumas das falas dos entrevistados exprimem estas dificuldades: *“Não tenho nenhuma leitura, a senhora sabe, eu apanhava muito na cidade”*; *“a cidade é uma prisão, dona, não tem canto para gente se virar”*; *“tinha dia de dar de comer só uma vez para os meninos, e muitas das crianças ir para rede chorando de fome”*; *“é a falta de trabalho mesmo, a gente sabia que conseguindo terra ia ter trabalho”*; *“eu sonho por um pedaço de terra para ter uma vida melhor. Porque a cidade não dá vida melhor prá gente não”*.

Os projetos e representações dos trabalhadores do assentamento Três Conquistas puderam ser verificados através das questões do item 7 do roteiro da entrevista anexo 1. Em todas elas, fica claro que a terra é para eles um projeto de futuro, de garantia de uma vida melhor para os filhos, no sentido de que tenham uma casa e uma profissão. Ao serem perguntados sobre o que pretendiam fazer, agora que tinha conquistado a terra, os trabalhadores manifestaram o desejo de conseguir produzir e garantir o sustento de toda a família, sendo que a terra aparece como a

possibilidade para que a família continuasse junta. Interrompendo o processo de dispersão e fragmentação que as condições de vida na cidade acabavam produzindo no núcleo familiar. A terra aparece como condição real, não só de garantir, ainda que minimamente, que as crianças não durmam sem comer nada” mas, também que todos os membros da família permaneçam como um grupo.

#### 4.4. A organização da produção

Em setembro de 1998, havendo completado dois anos na área do Assentamento Três Conquistas, estas famílias ainda não se estabeleceram definitivamente como agricultores, sendo que, ainda não lhes é possível viver somente de sua produção agrícola, sendo que a garantia de sua sobrevivência é assegurada por diversas intervenções integradas dos órgãos do Governo do Distrito Federal que atuam no Projeto, principalmente da Secretaria de Agricultura. Antes de detalhar os programas que estão sendo desenvolvidos para o apoio organizacional e produtivo destas famílias, convém recuperar o histórico da organização da produção agrícola que foi desenvolvida neste período.

Ao chegaram, em setembro de 1996, vivendo uma situação de profunda carência alimentar, agravada por sete meses seguidos de acampamento, as famílias optam pela produção emergencial de grãos, para suprir as necessidades do próprio assentamento. Decidiram plantar arroz; feijão; milho e mandioca. Após inúmeras reuniões com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com os técnicos da EMATER/DF, os trabalhadores “resolveram” que a organização da produção seria feita de forma coletiva. Todos os assentados trabalhariam em todas as culturas e o produto do trabalho seria dividido para todos os assentados, proporcionalmente a quantidade de dias/horas trabalhadas. Nesta safra foram cultivados ao todo 50 hectares, cujo resultado da colheita pode ser verificado abaixo. Ao mesmo tempo que animou muito os assentados, já que pela primeira vez tiveram a oportunidade de ver materializado todo o seu esforço de luta pela terra, o processo coletivo do plantio, construção do galpão e colheita da safra, trouxe muitas dificuldades de relacionamento ao conjunto do assentamento. As fotos a seguir mostram o galpão construído pelos trabalhadores e o resultado de sua primeira colheita.



Foto 3. O galpão construído com os eucaliptos da área do assentamento

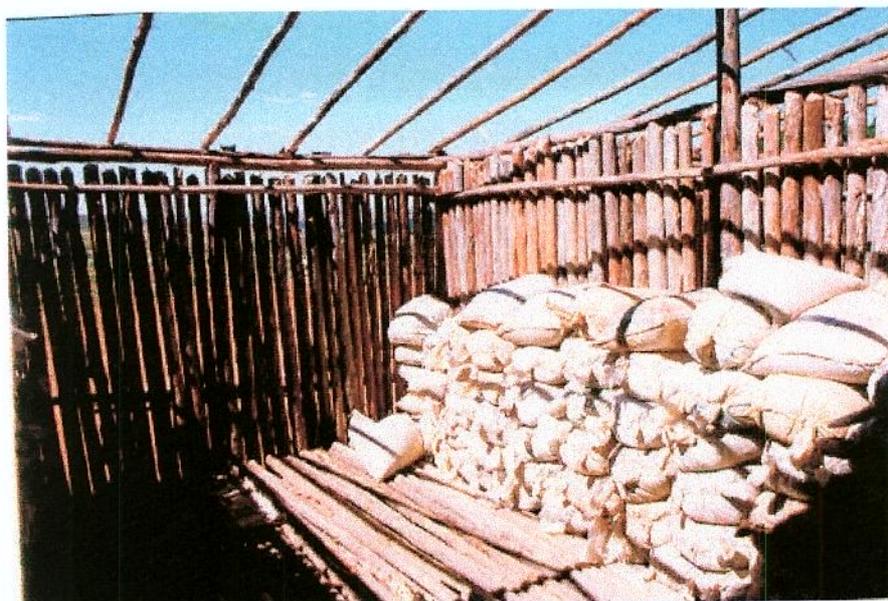


Foto 4. Os resultados do primeiro plantio coletivo.

Os resultados dessa experiência, de acordo com as entrevistas feitas com os trabalhadores, acabou sendo coletiva muito mais por força dos agentes externos do que por opção convicta dos trabalhadores, e foi permeada por vários conflitos entre o grupo. Houve sérias discordâncias quanto aos critérios de acompanhamento e fiscalização do trabalho do próprio grupo, e também houve alguns registros de insatisfação quanto a divisão das colheitas. As

diferenças culturais, relacionadas a heterogeneidade da origem destes trabalhadores e a falta de atividades de apoio ao esquema organizacional proposto, foram alguns dos fatores que dificultaram muito o trabalho coletivo, de acordo com o que se pode observar.

Estes problemas vivenciados no plantio da safra de 1996 acabaram resultando na decisão dos trabalhadores de conduzir as lavouras da safra de 1997/1998 de forma individual, a partir dos financiamentos do PROCERA. Mas, uma série de entraves administrativos e burocráticos, relacionados à definição do tamanho e demarcação definitiva dos lotes na área do assentamento, que demoram um tempo maior que o previsto pelos assentados, forçou-os a organizar também a safra de 1997/1998 de forma coletiva.

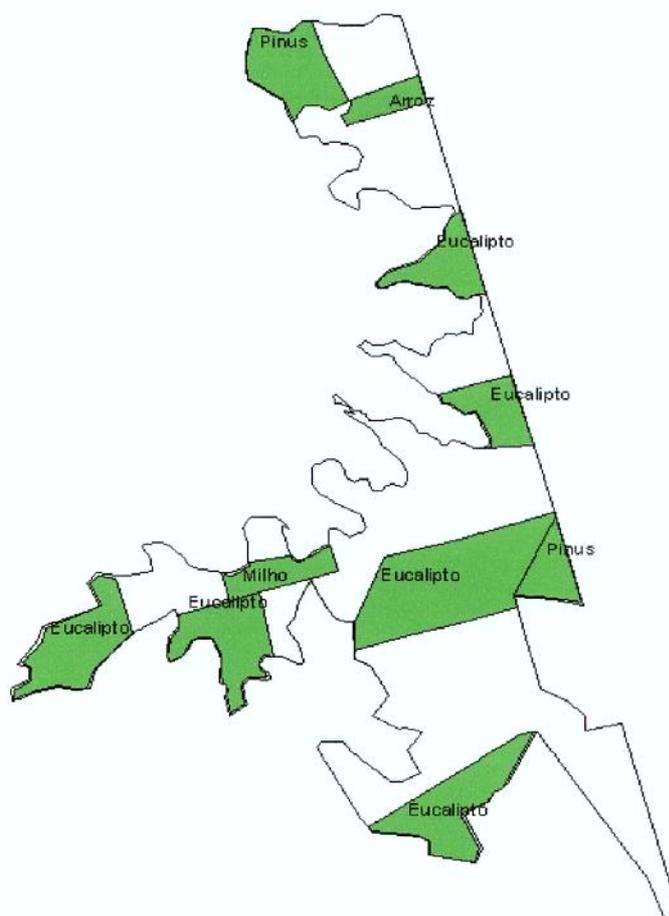
Concordando com a total impossibilidade de repetir o mesmo esquema da primeira safra, os trabalhadores do Três Conquistas, assessorados pela EMATER/DF, optaram por formar quatro grupos distintos de produtores para o plantio desta segunda safra. A proposta aprovada foi dos grupos atuarem de maneira independente um do outro, tanto na condução dos trabalhos quanto na divisão dos resultados. Após estas definições, os membros dos quatros grupos se aglutinaram a partir de afinidades identificadas pelos próprios trabalhadores. A observação do desenrolar deste episódio no assentamento, reforça o alerta de BERGAMASCO (1996) quanto à importância das políticas públicas respeitarem as diferenças existentes entre os trabalhadores agrupados no assentamento, no tocante as especificidades culturais de organização do processo produtivo, quando se objetiva que as mesmas obtenham sucesso. Esta visão reforça a importância do papel dos assentados durante todo o processo de elaboração, discussão e implementação das políticas públicas que a eles se destinam. É preciso trabalhar com a comunidade assentada de maneira profundamente participativa e integrada para que de fato, as políticas de organização da produção e mais, de viabilização econômica do assentamento, respeitem e considerem o saber já existente e a forma de viver desta população, com toda a diversidade que ela congrega.

Para a organização do novo plantio, os grupos formados ficaram assim constituídos: Grupo I - 17 famílias; Grupo II - 17 famílias; Grupo III - 18 famílias e Grupo IV - 12 famílias. A partir da assessoria prestada aos trabalhadores pelos técnicos da EMATER/DF, partindo de um quadro com a utilização atual da área do assentamento, foram planejados para o plantio da segunda safra uma área total de 130 ha, o que corresponderia a aproximadamente 2 hectares por família, com as seguintes culturas: arroz - 78 ha, correspondente a 60% do total, feijão - 26

hectares, correspondente a 20% da área total e milho - 26 hectares, que corresponde também a 20% da área.

Em função da precariedade do solo do assentamento, e da insuficiência de recursos dos assentados para preparação e adubação necessária da área, este plantio acabou não ocorrendo de acordo com o planejado. Foi organizada coletivamente uma ação denominada “Lavoura Emergencial”, para garantir parte da subsistência das famílias. Como neste período ainda não havia a demarcação dos lotes, pode-se verificar na figura e na foto abaixo a localização deste segundo plantio, que foi realizado entre as áreas remanescentes do reflorestamento que havia na propriedade, antes do assentamento.

Figura 04: Área plantada com *eucalipto*, *pinus* e lavouras no Assentamento Três Conquistas – Paranoá - DF



Fonte: EMATER/DF



Foto 5. Plantio do milho entre os tocos de eucaliptos que existiam na área.

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, responsável pelo Assentamento, com a perspectiva de transformar de maneira permanente a vida destes trabalhadores, tem implementado na área uma série de programas sociais e econômicos, cuja meta é garantir a inclusão social destas famílias.

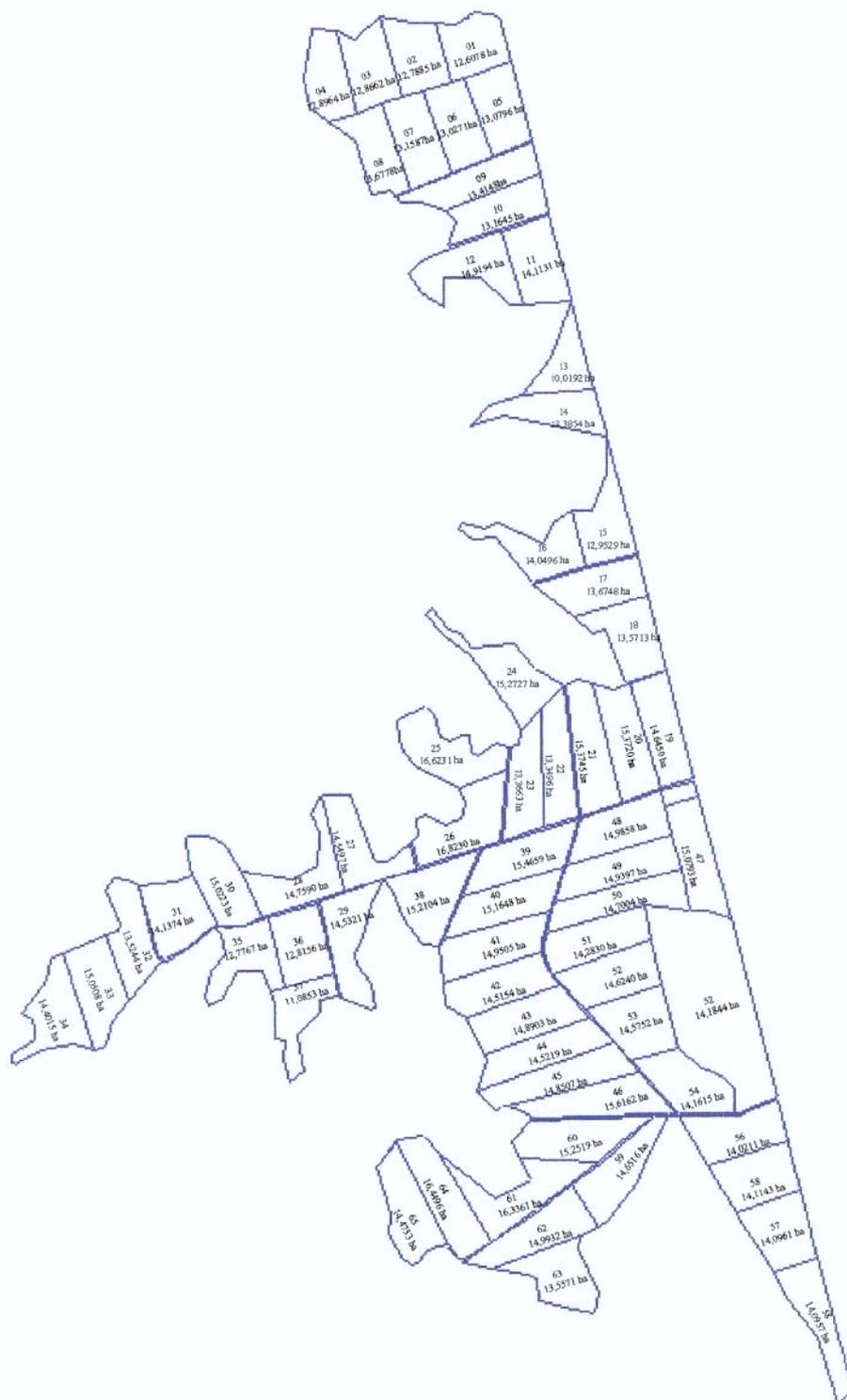
Conscientes das dificuldades a serem enfrentadas para viabilizar estas famílias como agricultores, em função do longo processo de exclusão que sua trajetória registrou, a Secretaria de Agricultura optou por desenvolver um amplo processo de capacitação e educação, para poder de fato viabilizar a organização da produção. De acordo com o Plano de Trabalho da Secretaria para o Assentamento *“para uma família que ficou marginalizada do processo econômico/produtivo do país por muito tempo, não será da noite para o dia, num grande passe de mágica que iremos transformar estes brasileiros em: produtores de matéria-prima - processadores de alimentos - administradores - comerciantes e, finalmente, EMPREENDORES (PRODUTORES) DE SUCESSO”*. (destaques no original) (Secretaria de Agricultura.1998:2)

Tendo como meta final a mudança definitiva do patamar de exclusão social no qual se encontravam estes trabalhadores antes de serem assentados, os técnicos da Secretaria de Agricultura desenvolvem programa envolvendo um ciclo palestras, cursos, excursões, debates, e dinâmicas de grupo, procurando trabalhar os problemas enfrentados pelo assentamento de uma forma sistêmica, sempre relacionando as questões sociais, econômicas e políticas enfrentadas pelos assentados, tanto na sua organização interna quanto na relação com os próprios agentes dos

órgãos governamentais que atuam na área. De acordo com o documento da Secretaria de Agricultura no qual se propõe ações para o início da emancipação sócio econômica dos produtores do Três Conquistas, *“esta tão esperada e desejada promoção da cidadania é um processo, principalmente educativo”*, e necessita de uma discussão conjunta e uma atuação metodológica a curto, médio e longo prazo.

Com a demarcação dos lotes, diferentes ações de capacitação foram iniciadas, procurando preparar os agricultores para esta nova fase do Assentamento. Como o Projeto situa-se em uma área de terra pública, a titulação será feita através de Concessão Provisória de Uso, por um prazo de dois anos, findo o qual o titular se corresponder aos critérios de avaliação estabelecidos, obterá a Concessão de Uso por 50 anos, renováveis por mais 50 anos. Na figura seguinte pode-se observar a distribuição dos lotes pela propriedade (a relação de seus titulares encontra-se no Anexo2)

Figura 05: Distribuição dos lotes na área do Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.



Fonte: FZDF - EMATER/DF - Escala 1:35.000

Foi elaborado um Plano de Trabalho para o Assentamento Três Conquistas, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER Paranoá, região administrativa onde se localiza o Assentamento, conforme se verificou na caracterização da área, no item 4.1. De acordo com os paradigmas de gestão da Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal, todas as suas entidades vinculadas, entre elas a EMATER, devem orientar suas ações e projetos na busca do desenvolvimento sustentável. Esta diretriz geral tem se traduzido na implementação de ações integradas de diversos órgãos do governo no assentamento, na perspectiva de suprir os diferentes níveis de carências (econômicas, sociais, educacionais) que impedem que estes trabalhadores possam garantir a sua subsistência sem o apoio do Estado.

Partindo do princípio que é responsabilidade do Estado promover ações concretas que contribuam para eliminar a exclusão social, o Plano de Trabalho elaborado para o Três Conquistas definiu como objetivo geral da intervenção dos órgãos de Governo do Distrito Federal no Assentamento: *“promover a melhoria da qualidade de vida dos Assentados, através da exploração agropecuária, proporcionando um desenvolvimento sustentável”*. (1998:3)

As estratégias de ação da Secretaria definidas para alcançar este objetivo se compõem pelo desenvolvimento de intervenções integradas nos aspectos da infra-estrutura física do assentamento, nas condições sociais, econômicas e educacionais destas famílias.

Uma das ações definidas como básicas para o desenvolvimento destes projetos foi a construção de casas de 25,68m cada, com água encanada, energia elétrica, banheiro, cozinha e fossa para todas as famílias assentadas. Estas casas estão em fase final de construção, sendo que foram construídas a partir dos *Kits* pré-moldados desenvolvidos pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, sendo que parte da mão-de-obra foi dos próprios trabalhadores assentados. É importante comparar, através das fotos abaixo, as condições das habitações destes trabalhadores no início do assentamento, antes da construção destes *Kits* e depois de sua implementação.

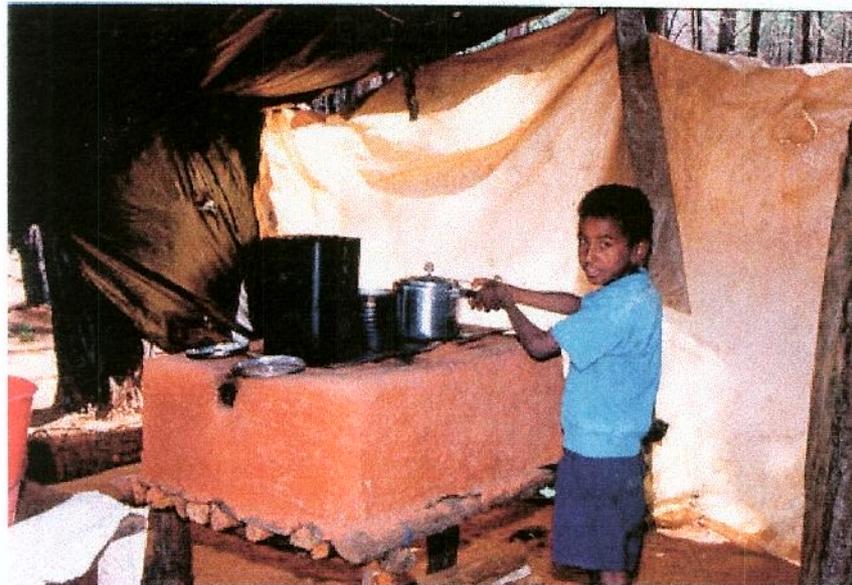
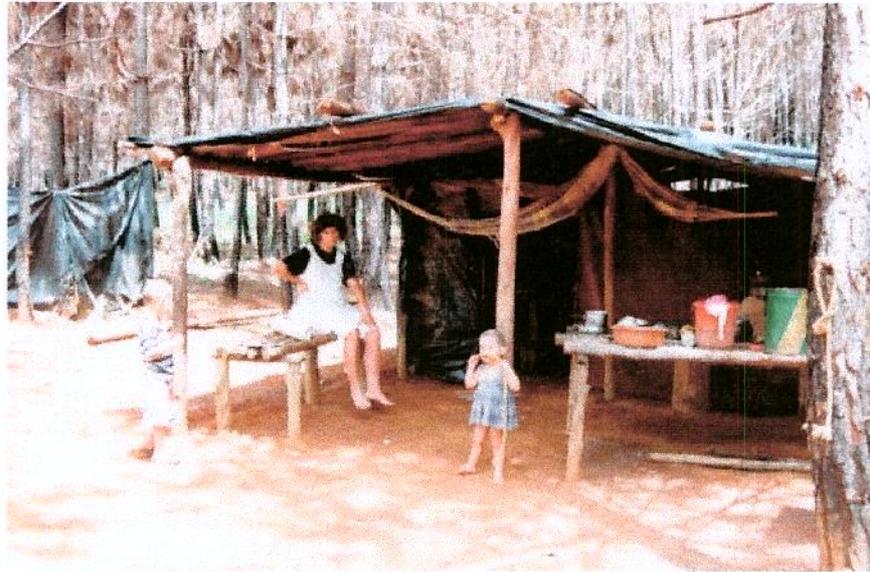


Foto 6 e 7. Situação da moradia no início do Assentamento.



Foto 8 e 9. As casas construídas com os *Kits* da Fundação Zoobotânica e a mão-de-obra dos próprios assentados

Além dos investimentos na construção das casas, a Secretaria da Agricultura também investiu na infra-estrutura básica do assentamento através da construção de um Centro Comunitário com área de 110m, composto de salão, escritório e 2 banheiros. Neste Centro Comunitário funciona também a Escola do Assentamento. Paralelo a construção desta Escola e das casas em parceria com a Companhia Energética de Brasília está sendo implantado 20 km de rede elétrica trifásica no Três Conquistas. De acordo com os dados do Governo, considerando todas os investimentos realizados no Assentamento (construção das casas, escola, energia, poços, preparação do solo etc.) foram investidos aproximadamente R\$ 8.200,00 por família assentada.

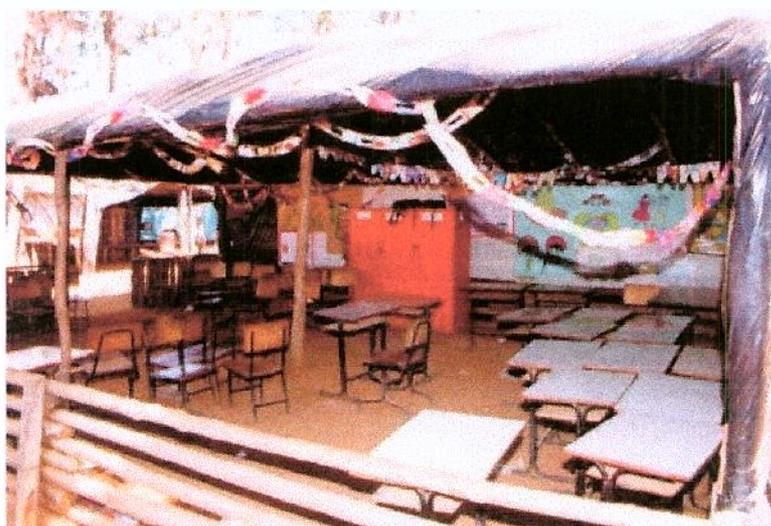


Foto 10. A primeira sala de aula do Assentamento

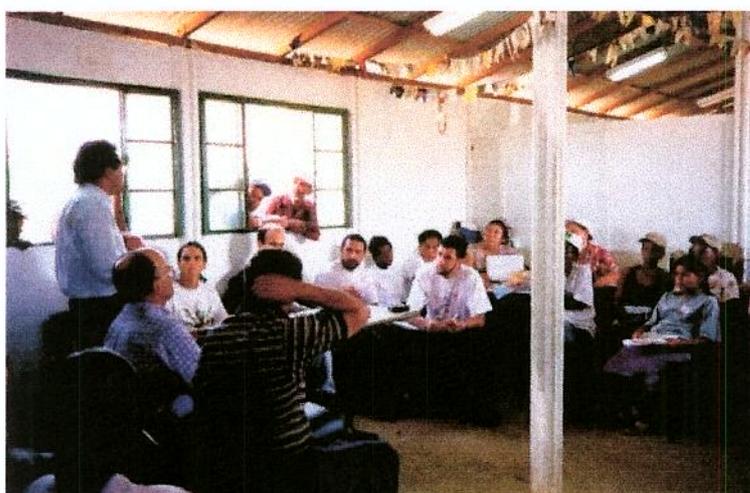


Foto 11. Já com energia, o Centro Comunitário e as novas salas de aula

#### 4.4.1. Os projetos principais de viabilização sócio econômica do Três Conquistas

Quando a área foi destinada para o Assentamento Três Conquistas havia nela *pinus* e *eucaliptus* do projeto de reflorestamento que existia no local. A definição dos lotes e a utilização da área, precisou ser planejada de modo a contemplar algumas especificidades já que o assentamento localiza-se em uma área de proteção ambiental.

No plano de utilização da área, serão destinados à formação de reserva legal 200,50 ha correspondente a 20% da área total, conforme legislação em vigor e 257,40 ha (25,68%) de preservação permanente. A área de reserva legal poderá ser incluída na área de preservação permanente, disponibilizando área maior para exploração e produção. A área com aptidão agrícola é de 595,91ha (59,46%), incluindo aproximadamente 1% destinado a construção de estradas internas.

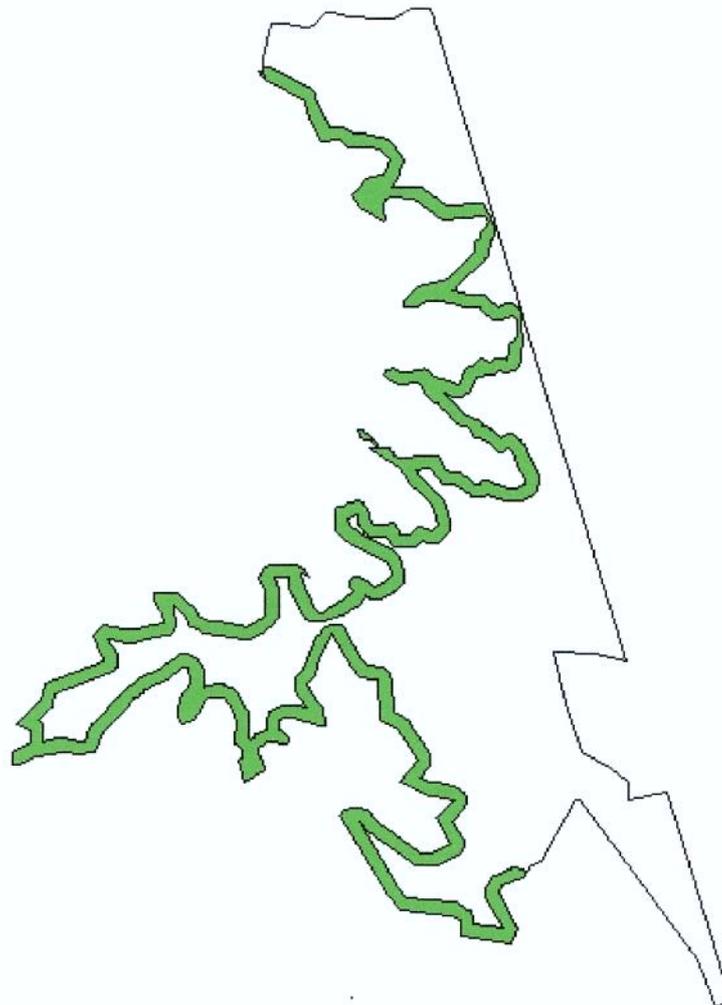
Quadro 4. Discriminação das Áreas do Assentamento Três Conquistas levando-se em conta o Plano de Ocupação e Utilização da Área.

Discriminação	Área (ha)	%
Área de Preservação Permanentes	257,40	25,68
Área com potencial para produção (parte da área de reserva legal)	148,90	14,86
Área com aptidão agrícola para exploração (incluídas eucalipto cortado, pinus lavouras, hortas e cerrados)	595,91	59,46
Área prevista para estradas internas (incluída na área de aptidão agrícola)	(10,00)	(1,00)
Área de reserva legal (incluída na área de preservação permanente)	(200,50)	(20,00)
Área Total	1.002,21	100,00

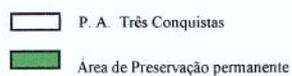
Fonte: EMATER/DF. 1997.

No plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) Lei Complementar 17, a área do projeto está inserida em uma Zona Rural de Uso Controlado, definida no artigo 25 da referida lei como “aquela de atividade agropecuária consolidada que, em função da necessidade de preservação de seus mananciais e de seu grau de sustentabilidade ambiental terá seu uso restringindo”. Isto implica em cuidados adicionais em seu uso, não impedindo porém, o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A área que ficou reservada para preservação permanente pode ser observada na figura a seguir.

Figura 06: Delimitação de áreas de preservação permanente no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF



Fonte: EMATER-DF/CODEPLAN



Os produtos agropecuários apresentados como alternativas para exploração foram divididas em seis grupos a saber: culturas de subsistência; plasticultura; olericultura; fruticultura; pecuária e atividades de apoio. Os critérios adotados na escolha dos produtos dos grupos, foram: disponibilidade da área; disponibilidade de água para irrigação; restrições ambientais; época de

plantio; tecnologia utilizada; mão-de-obra necessária; mercado consumidor; Renda Bruta (RB); Margem Bruta (MB) e Margem Líquida (ML).

Foram colocadas para os assentados várias alternativas modulares, de maneira que seja possível montar um mosaico de atividades ou explorações até atingir ou ultrapassar a renda mínima familiar de R\$ 500,/mês, não inferior a área mínima explorável da parcela de 6,00ha, sendo 0,50 ha com hortaliças irrigadas e com até 5,50ha de culturas de sequeiro, grãos, frutíferos e pequenos animais. Já a área máxima explorável será de 12,00ha só com culturas de sequeiro e pecuária intensiva e/ou pequenos animais. Todos com a máxima utilização da mão-de-obra familiar disponível entre 1,50 D/H e 3,50 D/H por família.

A definição das atividades, respeitando as aptidões e a vontade de cada família estão sendo determinadas após ampla discussão com todos os assentados, sendo o cronograma de implementação dos projetos definido a partir das tarefas mais urgentes, combinado com a disponibilidade de atuação das instâncias vinculadas a Secretaria de Agricultura que atuam no local como a Fundação Zoobotânica, a EMATER e outras.

Enquanto estão sendo elaborados os projetos para o PROCERA, para financiamento destas atividades de maior custo, já estão em andamento os projetos Sabor Ovo e Gota D'Água descritos a seguir.

#### 4.4.2. Projeto Sabor Ovo

Com a proposta de possibilitar alguma fonte de renda para os assentados que desse retorno em pouco tempo, a EMATER elaborou o Projeto Sabor Ovo. Ele é uma proposta integrada de melhoria da qualidade nutricional, de ocupação de mão obra ociosa e de geração de renda para os assentados do Três Conquistas, através da criação de galinhas de postura no sistema caipira.

O Projeto visa oferecer condições de infra-estrutura e custeio para que cada família crie 40 galinhas de postura do tipo Label Rouge. Dentre os principais objetivos específicos do Projeto, importa destacar os seguintes: a) produzir proteínas, vitaminas, aminoácidos e minerais de alto valor biológico, visando prioritariamente as crianças do assentamento; b) utilizar o espaço de terra e o excedente da mão-de-obra familiar; garantir níveis básicos de nutrição para as crianças, adolescentes adultos e idosos; c) produzir esterco de aves para incorporar ao sistema produtivo de verduras na unidade produtiva familiar; d) gerar uma renda a partir da venda do excedente de ovos

de cada família; e) gerar uma melhor expectativa de produção e de vida, através da ocupação produtiva da terra, fixando estas famílias à terra.

Para viabilizar o Projeto, a Secretaria da Agricultura entrou com as aves, ração de postura por 3 meses e ração de recria por 2 meses, até que os agricultores obtenham renda suficiente para dar seqüência ao projeto por conta própria.

Para a implantação total do projeto, que deve atingir 40 famílias assentadas, foi feita uma divisão em 3 subgrupos, de acordo com as prioridades definidas em conjunto pelos assentados e os técnicos da EMATER: a) grupo 1: famílias que possuem crianças de 0 a 5 anos; b) grupo 2: famílias que possuem maior número de crianças na escola e c) grupo 3: famílias que não se enquadram em nenhum dos dois critérios anteriores.

O Sabor Ovo tem alcançado resultados bastante satisfatórios no assentamento, aliando os investimentos a fundo perdido da Secretaria e a mão-de-obra dos assentados e já está funcionando para 21 famílias, que pertencem ao primeiro grupo do assentamento. Todo o excedente familiar da produção dos ovos é selecionado e embalado em conjunto no salão comunitário, sendo a sua comercialização realizada individual e coletivamente nos mercados regionais. O modelo dos criatórios podem ser observado na foto a seguir:

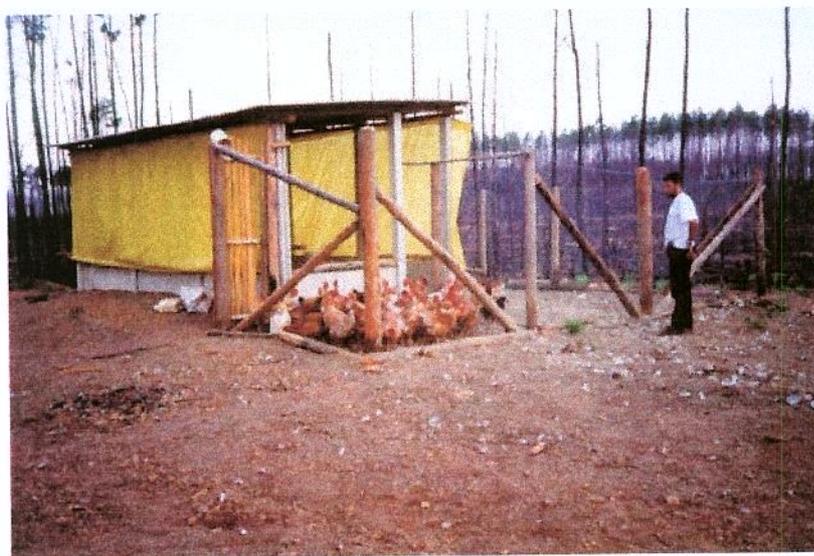


Foto 12. Projeto Sabor Ovo

#### 4.4.3. Programa Gota D'água

Através do Programa Gota D'água, que já era desenvolvido pela Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal em outras localidades rurais, os técnicos da EMATER estão oferecendo cursos aos assentados que se interessam pela produção de hortaliças, ensinando-os a trabalhar com o sistema de irrigação localizada. Este sistema permite irrigar somente no local necessário, evitando desperdício de recursos hídricos, sendo indicado para regiões com baixa disponibilidade de água, exatamente a situação do Três Conquistas. A irrigação localizada pode ser feita por microaspersão e por gotejamento, sendo que os seus principais benefícios são a economia de água e de energia, além de garantir ganhos de produtividade bem superiores aos demais sistemas de irrigação, de acordo com o que ficou registrado pela EMATER/DF, na utilização do Programa.

O sistema de irrigação localizada que está sendo implementado no Assentamento é do tipo por gotejamento. Este tipo de irrigação consiste na utilização de equipamentos que aplicam a água na forma de gotas diretamente sobre a superfície do solo, bem próximo às plantas, através de tubos plásticos com pequenos orifícios que ficam pingando em curtos espaços regulares. Esta sistema de irrigação localizada é de manuseio bastante simplificado, sendo que no gotejamento também é incluído a adubação do solo. Sua implementação é feita através da montagem de um *kit* que conta com um pequeno motor para o funcionamento da bomba; todas as válvulas, e tubos plásticos para o gotejamento.

Como parte do investimento da Secretaria de Agricultura no Assentamento, estes Kits foram obtidos através de uma parceria com a Sociedade de Abastecimento de Brasília SAB, devendo ser reembolsados pelos agricultores pelo sistema de equivalência produto. Antes de receber o *kit* de irrigação, os assentados que se interessaram em participar do Programa Gota D'água, passaram por um treinamento onde aprenderam noções básicas de irrigação, além de todas as técnicas necessárias para a manipulação e manutenção do *kit*.

Depois deste curso, os que aderiram ao Programa ajudaram na montagem dos *kits*, e inicialmente foram preparados para irrigar 1.000 m<sup>2</sup>, para cada assentado, distribuídos em seis canteiros. Os agricultores receberam dos técnicos da EMATER a sugestão de cultivar espécies variadas de hortaliças, como: alface, agrião, cebolinha, chicória, couve, espinafre, rabanete, salsa, couve flor e repolho.

Para garantir uma renda mínima aos produtores, o projeto previu que parte da produção será comercializada pela SAB durante seis meses, sendo que esta entidade governamental ficou responsável por definir as quantidades e locais onde as hortaliças colhidas deveriam ser comercializadas, em função da fragilidade dos assentados no conhecimento do mercado, e o restante da produção seria comercializado pelos próprios agricultores, conforme definição dos produtores, no CEASA e em feiras livres, até para capacitá-los e fortalece-los no processo organizativo. Após a consolidação da produção de hortaliças, os produtores deverão expandir a área plantada e comercializar livremente os seus produtos.

O funcionamento do Gota D'água pode ser observado nas fotos abaixo, no terrenos de dois titulares que já haviam comercializado o seu primeiro lote de hortaliças produzidas com a irrigação e já estavam iniciando o segundo plantio.



Foto 13. O reservatório de água de cada lote para irrigação

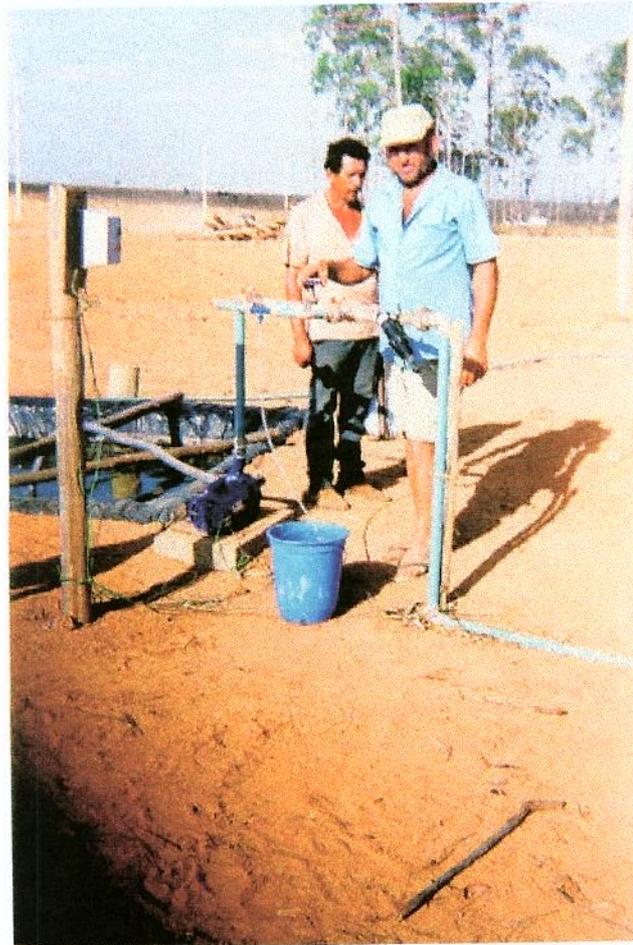


Foto 14. O assentado Carlos dominando a tecnologia apropriada, explica o funcionamento do Gota D'água



Foto 15. Sr. Zezinho e o filho trabalhando no 2º plantio das hortaliças irrigadas

#### 4.4.4. Programa de Verticalização da Pequena Produção - PROVE

Além do Programa Gota D'água e do Sabor Ovo, uma das principais propostas para a futura sustentabilidade do assentamento é a instalação do Programa de Verticalização da Pequena Produção - PROVE, no Três Conquistas. Implantado em outubro de 1995, este é um dos mais importantes projetos da Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal, tendo já recebido diversos prêmios, entre eles, o primeiro lugar no Concurso Gestão Pública e Cidadania, de 1997, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O objetivo principal do Programa de Verticalização da Pequena Produção de acordo com a Lei 1825, de 13/01/98, é inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, através de incentivos à produção e ao processamento de seus produtos *in natura*, de origem animal e vegetal, para agregar maior valor à sua produção, aumentando a renda familiar e gerando mais empregos. Este incentivo se dá pela implantação de pequenas agroindústrias familiares, que podem ser coletivas ou individuais. Em setembro de 1998, estavam em funcionamento 106 agroindústrias, localizadas em todas as áreas rurais do Distrito Federal.

A verticalização da pequena produção equivale à agroindustrialização, só que realizada em pequena escala, compatível com a produção do agricultores familiares destes casos específicos. Colocada como mais uma estratégia de reprodução destes agricultores familiares, estas pequenas agroindústrias tem aberto novas possibilidades de inserção e de manutenção no mercado para os produtores rurais do Distrito Federal, já que ela conduz à comercialização de produtos mais elaborados, portanto, com maior valor agregado. As agroindústrias em funcionamento processam diferentes tipos de produtos, tais como: hortaliças, pães, bolos, doces, conservas, frangos, polpa de frutas, abatedouro de aves, avicultura de postura, avicultura de corte, rapadura e melado, etc. O PROVE é desenvolvido com a participação efetiva de todas as unidades vinculadas a Secretaria de Agricultura: EMATER, Fundação Zoobotânica, Central de Abastecimento de Brasília (CEASA) e Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB.

Para o Três Conquistas, estão previstas a instalação de quatorze agroindústrias familiares, entre individuais e coletivas. Quatro delas já estão em fase adiantada de implementação: uma de doces, uma de pães, outra de biscoitos e uma de temperos. Interessante observar que três destas quatro primeiras agroindústrias, têm mulheres na sua condução, confirmando uma

tendência que tem se verificado em grande parte das agroindústrias do PROVE, que majoritariamente são assumidas por mulheres. Conforme o Relatório de Pesquisa sobre Avaliação do PROVE, produzida por DUARTE et all., registrou que *“relativamente à divisão sexual do trabalho, observou-se que na maioria dos casos, são as mulheres que estão na gerência das agroindústrias e são as responsáveis pelo trabalho”*. (1996:10) Também no trabalho de GREGOLIN, que analisou o PROVE em Contagem e Planaltina, constatou-se que as agroindústrias, nas áreas de concentração da pesquisa, *“apresentam características que chamam a atenção no que se refere a sua administração. A mulher está à frente da agroindústria. É a mulher que vai ao Banco, assumindo o compromisso do empréstimo. É também a mulher que está dentro da agroindústria produzindo e é ela que vai em busca do mercado, colocando seus produtos no comércio. Do total de 17 famílias entrevistadas em Planaltina e Contagem, observa-se que 10 famílias têm como cabeça do empreendimento agro-industrial, gerenciando-o, a figura da mulher, com um total de cerca de 60% das agroindústrias gerenciadas pelas mesmas”*. (1998:38)

Estes dados sobre a forte participação das mulheres no PROVE são ainda mais relevantes levando-se em consideração que no Três Conquistas, 40,6% dos titulares dos lotes são mulheres, e conforme pode se constatar nas entrevistas e no período de convivência no Assentamento, elas têm uma forte participação nas decisões tomadas pelo conjunto dos assentados que necessitam ser aprovadas nas assembléias.

Todas estes programas do governo do Distrito Federal no sentido de apoiar o início deste assentamento, buscando criar condições básicas de infra estrutura e de capacitação técnica e educacional para que estes agricultores venham futuramente alcançarem auto sustentabilidade, tem suscitado algumas críticas dos setores anti-Reforma Agrária no DF, sob a alegação de que o governo está sendo paternalista, de que estaria superprotegendo o assentamento. Esta avaliação, segundo o que se pode verificar até hoje em relação a postura do Estado no tocante a agricultura familiar pode ser considerada um tanto equivocada e tendenciosa, já que historicamente estes agricultores nunca receberam apoio do Estado. Além disso, *“ao promover o processo de modernização da agricultura, o Estado empenhou-se com crédito farto e subsidiado, e nem por isso foi tido como paternalista. Seu papel foi aceito tanto pelos setores rurais, como, e principalmente, pelos urbanos. Ao se discutir a necessidade de políticas públicas para impulsionar a Reforma Agrária, para investir, custear e comercializar a produção, é sempre levantado o caráter paternalista do Estado.*

*No entanto, a perda de fertilidade dos solos, característica da maior parte das terras de assentamento, a necessidade de se investir tanto em máquinas e equipamentos quanto na organização da comercialização de seus produtos, tornam urgente a aplicação de recursos creditícios do poder público. Com terra e tecnologia mais apropriadas à sua condição, melhora o desempenho produtivo desse segmento, diminuindo a atração que as cidades exercem nos jovens agricultores”.*

A Secretaria da Agricultura, ao garantir que a população de jovens existentes no assentamento possa ter condições de trabalhar com dignidade e de obter renda na própria área rural, faz com estes jovens possam optar por ficar no campo. No caso do Três Conquistas, esta é uma condição muito importante, já que conforme verificou-se na caracterização da mostra a maior parte da sua população é jovem. A instalação das agroindústrias familiares tem neste sentido uma relevância ainda maior, pois conforme se verificou no trabalho de GREGOLIM, que analisou os resultados do PROVE em duas regionais de Brasília, os filhos têm se integrado no trabalho de industrialização da pequena produção agrícola de seus pais. Ao estudar as agroindústrias familiares de Planaltina e Contagem, onde foi identificado que 90% dos filhos dos produtores das duas regionais estão com idade abaixo de 20 anos, constatou-se que aproximadamente 40% dos filhos ajudam nas agroindústrias de Contagem e em Planaltina, essa ajuda sobe para 50% dos filhos. De acordo com a pesquisa citada os jovens colaboram de diversas formas no trabalho da agroindústria, sendo que alguns ajudam mais diretamente trabalhando dentro da própria unidade processadora, realizando o trabalho junto com o pai ou a mãe, e outros trabalham em diferentes tipos de apoio, indo as reuniões do Programa, ou trabalhando na manutenção e conservação das agroindústrias. Uma das conclusões desta pesquisa sobre o PROVE indica que *“o importante é que os jovens, filhos dos produtores, podem ter trabalho e renda na propriedade dos pais. Num momento de retração do emprego esta é uma importante alternativa para aproximadamente 54 jovens, filhos dos produtores do PROVE destas regionais.”* (GREGOLIN, 1998:43)

Estas possibilidades colocadas para os jovens do assentamento, a partir de sua inserção produtiva nas agroindústrias familiares reforçam a importância do acesso à terra para contenção do êxodo rural e para criação das possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento. Conforme observa GRAZIANO, *“vale a pena chamar a atenção que, a semelhança dos países sub-desenvolvidos, grande parte da migração rural-urbana é constituída de jovens que querem ingressar na força de trabalho e não encontram oportunidades nos campos. Um indicador*

*interessante neste sentido é apresentado pelo PREALC ao assinalar que a maior brecha entre a desocupação juvenil em zonas urbanas e rurais em toda a América Latina ocorre no Brasil: a taxa de desemprego entre os menores de 24 anos da PEA que se encontram nas cidades é quatro vezes maior que a que se verifica nas zonas rurais. Ou seja, os jovens da zona rural hoje deixam de ser desempregados nos campos para serem desempregados urbanos". (1995:132)*

Assim, a previsão de instalação de quatorze agroindústrias familiares do PROVE no Três Conquistas apresenta-se como estratégia fundamental de criação de empregos para parcela significativa da população jovem do assentamento, já que possibilitará a geração de renda e principalmente, a perspectiva de futuro na área rural para essa população.

De acordo com o funcionamento das outras agroindústrias familiares do Distrito Federal, em média, cada uma delas tem a capacidade de gerar seis empregos diretos, sendo que a instalação do PROVE no Três Conquistas previu a criação de 84 empregos diretos nas agroindústrias, além da geração de 131 empregos indiretos, a partir de várias demandas geradas por seu funcionamento.

Estas agroindústrias familiares têm conseguido garantir avanços importantes na geração de renda e na qualidade de vida dos agricultores familiares que aderiram ao Programa. Mas existem ainda uma série de dificuldades que o PROVE enfrenta, entre as quais vale destacar algumas que provavelmente serão enfrentadas também no Assentamento: a baixa escolarização dos agricultores; a pequena, ou em muitos casos, nenhuma experiência administrativa anterior destes trabalhadores; a dificuldade de conseguir manter ações coletivas no decorrer do funcionamento das agroindústrias. Além disso, os produtos, embora com maior valor agregado, como são oferecidos em pequena escala, sua concorrência com as grandes empresas é muito desigual, já que estas podem oferecer seus produtos a preços mais competitivos para as redes de supermercados e para o público em geral.

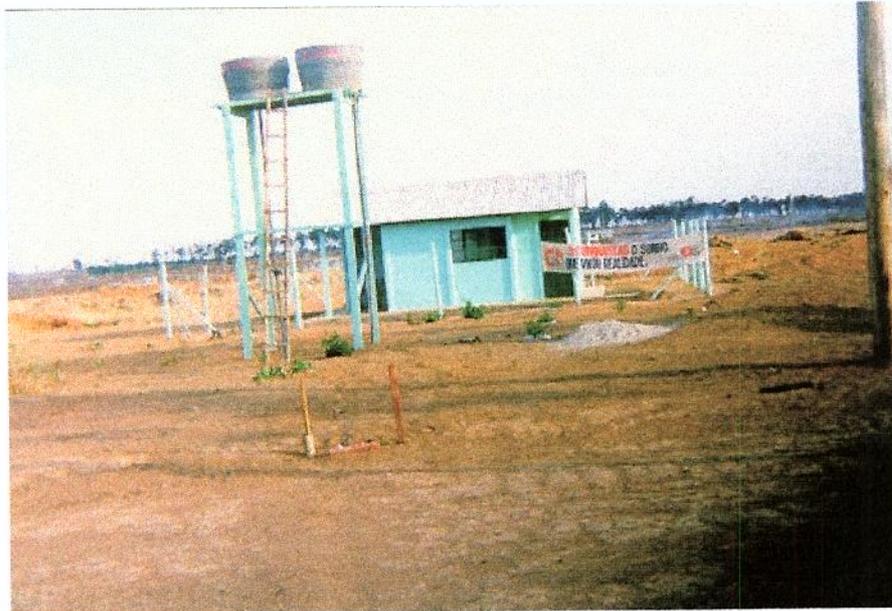


Foto 16. Uma das sete agroindústrias familiares já construídas no Assentamento Três Conquistas

Nesta fase inicial, em função da impossibilidade destes trabalhadores se manterem somente pelo trabalho agrícola, a Secretaria da Agricultura, em parceria com outros dos órgãos do Governo do Distrito Federal levou para o Assentamento alguns programas que objetivam suprir as demandas mais urgentes das famílias assentadas, através de ações nas áreas de alimentação, saúde e nutrição.

Um dos programas, o Cesta Pré-Escola, cujo órgão gestor é a Secretaria da Criança e Assistência Social e é desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação, de Saúde, de Agricultura e também com os Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo do Programa Cesta Pré Escola é melhorar as condições de nutrição e aprendizagem de crianças carentes, em precária situação social e familiar, com idade entre zero e seis anos completos, de modo a facilitar seu posterior ingresso na escola.

Para atingir este objetivo, o Programa consiste basicamente em duas ações prioritárias: a concessão de cestas mensais com alimentos e brinquedos pedagógicos direcionados à faixa das crianças beneficiadas e a promoção de cursos de capacitação na área de saúde e educação infantil para os pais ou responsáveis pelas crianças beneficiárias do programa. Como as cestas contêm alimentos como arroz, feijão, açúcar, macarrão, flocos de milho, óleo de soja, frango, frutas, legumes e doces, estão sendo importantes para a manutenção das famílias assentadas, que conforme se verificou, têm elevado número de crianças.

Desenvolve-se também no Três Conquistas, pela Secretaria de Agricultura, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pela Lei 970, de 07 de dezembro de 1995. Entre os objetivos destacam-se: contribuir para que famílias carentes possam atingir níveis mínimos de segurança alimentar; promover a integração entre ações governamentais e ações da sociedade civil, para minorar ou erradicar as causas da desnutrição, fome e miséria; promover a vigilância nutricional e alimentar das famílias abrangidas pelo programa e possibilitar, a toda população, acesso a alimentos na quantidade necessária, informando sobre sua qualidade e orientando para hábitos alimentares de uma vida saudável. Além desta Cesta, as famílias mais numerosas e sem nenhuma renda também estão recebendo uma ajuda mensal que varia de Cento e Vinte a Cento e Cinquenta reais por mês, para garantia da subsistência, recebida pelo Instituto Candango de Solidariedade, até que saiam os projetos apresentados ao PROCERA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o verificado no período em que as famílias contaram com o MST e posteriormente com intervenções dos órgãos de Governo do Distrito Federal no Assentamento Três Conquistas, observa-se uma produtiva integração das ações a nível social e econômico. É importante destacar que as orientações da Secretaria de Agricultura têm estado de acordo com o que propugna as diretrizes do Relatório sobre Desenvolvimento Humano, já citado no capítulo 1. De acordo com este documento, para se alcançar melhores índices de desenvolvimento humano é imprescindível que o Estado não trabalhe como questões estanques, com questões separadas, nas suas intervenções econômicas e as sociais. Para superação da pobreza, é preciso que as intervenções da esfera estatal na vida de uma comunidade ocorram de maneira conjunta, potencializando os seus resultados. Este Relatório, ao tratar dos desafios do desenvolvimento, dedica um item especial a integração das estratégias econômica e social.

O referido documento observa que *“vislumbram-se, portanto, melhores oportunidades de integração, em um só processo decisório e executivo, das estratégias econômica e social, vistas como indissociadas, além de serem capazes de gerar as sinergias necessárias ao avanço do processo de democratização da sociedade e de prover os meios para a sustentabilidade do desenvolvimento”*. (IPEA. 1996:108)

Ao desenvolver ações no Assentamento, investindo recursos na construção de moradias, na instalação de rede elétrica e de condições higiênico sanitárias condizentes com as exigências necessárias para a manutenção da saúde destas famílias, e de investir simultaneamente na criação de empregos e na formação profissional destes assentados, o Governo do Distrito Federal está criando de fato condições para a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento das famílias, possibilitando seu efetivo crescimento econômico e social. De acordo com o Relatório do IPEA, acima citado, *“os investimentos em capital humano e a redução da pobreza – ao elevar a capacidade produtiva dos recursos humanos, ampliar o mercado interno, reduzir as clivagens e o potencial de conflito presentes na sociedade – favorecem o crescimento”*. (1996:108)

Conforme foi discutido no capítulo 1, no item sobre o debate da Reforma Agrária, estas ações da Secretaria da Agricultura demonstram que a intervenção do Estado nos “espaços sociais criados”, ou seja, nos assentamentos, é capaz de garantir a população aí instalada uma mudança

efetiva das condições sócio econômicas que se encontram antes do acesso à terra, possibilitando que estas famílias adquiram um trabalho permanente e passando a gerar renda.

Esta é a idéia matriz: para que possa haver um crescimento que incorpore o conjunto da população brasileira, que se preocupe em criar e desenvolver políticas capazes de suprir as causas geradoras das carências que penalizam os indivíduos, é imprescindível que haja a intervenção do Estado no planejamento e proposição de um modelo de desenvolvimento que atenda àqueles pressupostos. Se o ritmo do crescimento tem como única preocupação o mercado, pode ocorrer o crescimento econômico, sem haver o desenvolvimento do conjunto da sociedade em seus aspectos sociais, políticos, culturais. O processo de modernização da agricultura é um ótimo exemplo desta situação: embora haja a utilização, em larga escala, dos mais sofisticados processos produtivos no campo atualmente, que se utilizam da biotecnologia e da informática avançada, permanece a exploração brutal da mão-de-obra do trabalhador. Estas situações traduzem as contradições produzidas por uma concepção de desenvolvimento cuja preocupação central se reduziu ao crescimento econômico e à incorporação de altíssima tecnologia. O que os trabalhadores rurais organizados a partir MST tem demonstrado é que os que eles querem é muito mais que isso. É crescimento econômico, mas aliado ao desenvolvimento social, político, cultural.

Para a implementação desta noção de desenvolvimento, faz-se necessário superar aquelas leituras dicotômicas, que só trabalham ou com o aspecto social ou com o econômico. A construção de um novo modelo de desenvolvimento requer a integração das políticas econômicas e sociais, para que se possa alcançar de fato uma efetiva redistribuição de renda. A adequação das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura no Assentamento Três Conquistas reside não só na concepção integrada das intervenções econômicas e sociais, mas principalmente, no tratamento dado à população assentada da qual se exige a contrapartida de diferentes formas em todos os projetos nos quais a Secretaria investe recursos a fundo perdido. Esta contrapartida se traduz, na maior parte das vezes, na exigência do envolvimento do público alvo (sejam os agricultores, as mães, as crianças ou jovens do assentamento) nas diferentes políticas públicas adotadas, na participação em programas de capacitação e formação. Esta atuação parece indicar os caminhos corretos para a superação da pobreza, aliando a busca do desenvolvimento social e da equidade, através de uma nova concepção das políticas sociais. É preciso considerar que *“um enfoque articulador das dimensões econômicas e sociais do processo de desenvolvimento requer uma nova superação, desta vez de concepção e desenho de políticas sociais tendo como alvo exclusivo os*

*despossuídos (carentes) o que significa atribuir-lhes o estatuto de meras políticas compensatórias das desigualdades sociais; ao contrário, essa nova concepção implica conceber políticas sociais, também elas, como promotoras de desenvolvimento econômico, emprego e trabalho. Em suma, a questão do desenvolvimento com equidade demanda que se concebam as políticas econômicas como parte do processo de desenvolvimento social, e que, por sua vez, as políticas sociais, ao definirem seu público alvo, concebam os grupos mais vulneráveis - os pobres - como sujeitos e não meramente como objeto de sua intervenção". (LAMPREIA. 1995:19)*

Esta nova postura diante dos desafios impostos pela realidade de extrema desigualdade social que as populações pobres do campo enfrentam é que vai construindo este novo modelo de desenvolvimento, não só para as relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolvem no meio rural, mas em toda a sociedade. É a construção de um novo conteúdo para o conceito de modernidade. A este respeito BUARQUE observa que *"se moderno que dizer atual, a modernidade não pode ser técnica, definida com base nas máquinas e equipamentos que se usam na economia, mas sim ética, definida pela realização dos desejos e objetivos da sociedade. A modernidade ética, diferentemente da modernidade técnica, se define pela realização de objetivos sociais, construídos a partir dos valores éticos da sociedade". (1996:3)*

A Reforma Agrária, a possibilidade de acesso à terra, para trabalhar e morar significa para um alto contingente de trabalhadores rurais a possibilidade de sair de uma situação de privação de bens fundamentais, como a alimentação, a moradia e o emprego, para uma situação de satisfação de suas carências mais imediatas, ainda que de forma precária. Os assentamentos representam um importante caminho para mudar as características básicas da agricultura praticada neste país. Uma agricultura que priorize, de fato, a sustentação da produção agrícola de base familiar.

Conforme afirmado no item 1.4., para que o crescimento econômico seja acompanhado de desenvolvimento, é necessária a intervenção do Estado a partir da definição de setores estratégicos para o desenvolvimento do país, estabelecendo mecanismos e políticas específicas para estes setores. Sem a intervenção do Estado, não é possível haver, um desenvolvimento equânime para toda a população. Pode ocorrer o crescimento econômico, mas, este se dá, de maneira desigual, contraditória, nas diferentes regiões. Reforçando a importância do Estado intervir, para produzir e garantir a justiça social, MALUF observa *"como a igualdade social não é*

*um resultado automático do desenvolvimento econômico, nem das leis de mercado, a segurança alimentar tem de ser colocada como um dos objetivos estratégicos a ser perseguido pelas políticas públicas. O desafio que temos que enfrentar é saber como combinar o crescimento econômico, que é uma condição fundamental de segurança alimentar e qualidade de vida, com igualdade social. (...) Para que a população tenha esse acesso, é preciso renda suficiente, o que implica na retomada do emprego. (1995: 59-60)*

O que se pode perceber a partir dos dados obtidos nas pesquisas citadas sobre os resultados da Reforma Agrária é que, se as prioridades do modelo agrícola atual forem substituídas, é possível, a partir da agricultura, dar novo impulso no desenvolvimento econômico do país. O acesso à terra para milhares de trabalhadores, através dos assentamentos rurais, e uma forte política de apoio à agricultura familiar, podem redirecionar o desenvolvimento da economia do país.

A terra é um patrimônio, que cria possibilidades para o trabalhador não só produzir para alimentar a si próprio e a família, mas também para crescer e prosperar economicamente, tendo emprego, renda, casa, escola, saúde, dignidade, enfim todos os bens e direitos dos quais todos os cidadãos são signatários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Ed. Hucitec/Ed. UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, R. e CARVALHO Fº, J. J. “Reforma agrária: O Sentido econômico de uma política distributiva”. In *Reforma Agrária*. Revista da ABRA, Campinas, vol. 23, nº 2, mai/ago., p. 31-44, 1993.
- \_\_\_\_\_ “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos Assentamentos”. In *Reforma Agrária*. Revista da ABRA, Campinas, vol. 24, nº 3, set/dez., p. 36-53, 1993.
- ALBUQUERQUE, L. G. *Estrutura Fundiária em Áreas Rurais Públicas no Distrito Federal*. Análise Crítica Preliminar. Brasília, mimeo, 1995.
- ALENTEJANO, P. R. R. “O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos Anos 90”. *Cadernos do CEAS*, Bahia, nº 166, nov/dez., p. 19-34, 1996.
- BARCELLAR, T. A. “Brasil: O Modelo de Desenvolvimento”. In *Brasil Reinventar o Futuro*. Ed. SERJ, Rio de Janeiro, 1995.
- BENJAMIN, C. “Elementos de uma nova estratégia para o Brasil”, In *Brasil: Reinventar o Futuro*. Ed. SERJ, Rio de Janeiro, 1995.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e CARMO, M. S. “Reforma Agrária Dá Certo? O (In) Sucesso dos Assentamentos de Trabalhadores Rurais” *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 21, nº 1, jan/abr., p.60-68, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. “Ontem e Hoje, a Difícil Realidade dos Assentamentos Rurais”. *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 22, nº 3, set/dez., p.36-45, 1992.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. C. “A Trajetória do Estatuto da Terra e o Paradoxo Agrário dos Anos 90”. *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, nº 1, jan/abr., p.169-184, 1995.

- \_\_\_\_\_ *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PARMAT, C.; CHONCHOL, M. C. *Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros - Espaço de Pesquisa*. Rio de Janeiro, DL/Brasil, 1997.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. "A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números". *Estudos Avançados*, Revista da USP, São Paulo, vol 11, nº 31, set/dez., p. 37-48, 1997.
- CALDART, R. S. *Sem-terra com poesia. A arte de re-criar a história*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_ *Educação em Movimento - Formação de Educadoras e Educadores no MST*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CALDEIRA, T. "Memória e Relato: A escuta do outro". Revista do *Arquivo História* Municipal de São Paulo - DPH, nº 200, p.65-77. 1992.
- CONCRAB. "Perspectivas da Cooperação Agrícola nos assentamentos". *Cadernos de Cooperação Agrícola*, nº 4, São Paulo, dez., 1995.
- CORBUCCI, R. C. "Pequenas e Médias propriedades rurais: estrutura fundiária e integração". In: SCHMIDT, B. V. et all (org) *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília, Ed. UnB. 1998.
- CRISTOFOLLI, P. I. *Eficiência Econômica e Gestão Doméstica nas Cooperativas de Produção Coletiva do MST*. São Leopoldo, RS. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Superior em Cooperativismo - Cescoop, da Universidade do Vale do Rio do Sino - Unisinos, 1998.
- D'INCAO, M. C. "Governo de Transição: entre o velho e o novo projeto político de Reforma Agrária". In *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, nº 20, mai., 1990.
- \_\_\_\_\_ "A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária". In *Lua Nova*, São Paulo, nº 23, março, p. 83-106, 1991.
- \_\_\_\_\_ "A Reforma Agrária na Virada do Século". In *Reforma Agrária - Série Debates*, Revista da ABRA, Campinas, nº 1, vol. 1, abr., p. 28-33, 1993.

- \_\_\_\_\_ “Fome e Reforma Agrária”, In *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 24, mar/abr/mai., p. 59-50, 1994.
- \_\_\_\_\_ “O MST e a verdadeira democracia”. In STÉDILE, J.P (org) *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.
- DUARTE, L. M. G. et all. *Relatório de Pesquisa sobre Avaliação do PROVE - Considerações Preliminares*. Relatório de Pesquisa. Brasília, 1996.
- ESTERCI, N. et. all. “Assentamentos Rurais: um convite ao debate”, In *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 22, nº 3, set/dez., p. 4-15, 1992.
- FERNANDES, B. M. *MST Formação e Territorialização*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_ *O MST e a Construção da Democracia*. Brasília, mimeo, 1997.
- FIGUEIREDO, N. M. S. *Modernização, Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira*, 1975, 1980 e 1985. ESALQ, USP, 1996 (Tese de Doutorado)
- FIGUEIREDO, V. et all. “A intensificação da Agroempresa no Distrito Federal” In. ARAÚJO, J. B. (org) *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 41-119, 1979.
- FURTADO, C. *Globalização: Imperativo Histórico*. Entrevista ao Conselho Federal da OAB. Brasília. Agosto, p.22-23, 1997.
- GARCIA, R. C. *Democratizar a propriedade da terra: um imperativo de Cidadania*, IPEA, Brasília, mimeo, 1993.
- GOMES, G. *Reforma Agrária: Algumas Questões Atuais*. Brasília, 1997, mimeo.
- GONDIM, A. *Metade da área rural do país está em 2% das propriedades*. Jornal Folha de São Paulo, 12/9/97, pág 5 e 6.
- GORGEN, F. S. A. e STÉDILE, J. P. (org.). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O Que é Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 14ª Edição, 1981.

\_\_\_\_\_ “Terra para quem nela não trabalha” In. *Teoria e Debate*, nº 7, jul/ago/set., 1989.

\_\_\_\_\_ “Por um novo programa agrário”. In. *Reforma Agrária*. Revista da ABRA. Campinas, vol. 23, nº 2, mai/ago., p. 5-16, 1993.

\_\_\_\_\_ “Urbanização e Pobreza no Campo”. In: RAMOS, P. & REYDON, B. P. (org). *Agropecuária e Agroindústria no Brasil*, p. 127-149, Campinas, Ed. ABRA, 1995.

GREGOLIM, A. C. et all. “Agricultura familiar e desenvolvimento rural na perspectiva de verticalização: idéias para novas formas de inserção no sistema agro-alimentar”. *Os (des) Caminhos do Desenvolvimento Rural Brasileiro*, Anais do VI encontro Regional do Centro-Oeste da APIPSA, Brasília, 13/14, nov., 1997.

GREGOLIM, A. C. *A agroindustrialização e o estímulo governamental à organização dos agricultores familiares: diferenças de ações e perspectivas organizacionais em Regionais do Programa de Verticalização da Pequena Produção - PROVE, da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal*. Brasília. Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília. 1998.

GRZYBOWSKI C. “Movimentos Populares Rurais no Brasil: Desafios e Perspectivas”. In. STÉDILE, J. P. (org.) *A Questão Agrária*, RS, Ed. UFRGS p. 285-297, 1994.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1997.

IANNI, O. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_ *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília, Edição: Acordo Inbra/Pnud, 1996.

IPEA/PNUD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, IPEA, 1996. 186p.

KAGEYAMA, A. "A Pobreza Rural: Excesso de Trabalho e Insuficiência de Renda". In. *Reforma Agrária*. Revista da ABRA, Campinas, Ano 16, nº 2, ago/nov., p. 56-61, 1986.

\_\_\_\_\_ "A Questão Agrária Brasileira: Interpretações Clássicas". In. *Reforma Agrária*. Revista da ABRA, Campinas, vol. 23, nº 3, p. 5-15, 1993.

LAMPREIA, L. F. "Relatório Brasileiro sobre Desenvolvimento Social". In. *Estudos Avançados*, vol. 9, nº 24, São Paulo, Revista do IEA da USP, 1995.

LEITE, S. "Assentamento Rurais: Modernidade ou Atraso no Campo Brasileiro". In. *Democracia na Terra*. Boletim da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Rio de Janeiro, nº 6, jul/ago., 1992.

LEONE, E. T. *Pobreza e Trabalho no Brasil: Análise das Condições de Vida e Ocupação das Famílias Agrícolas nos anos 80*. Campinas, IFCH, UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado)

LÍCIO, A. "Agricultura: Origens e Soluções do Desemprego no Brasil". In. *Revista de Política Agrícola*, ano IV, nº 3, jul/ago/set., p. 33-35, 1997.

MARTINS, J. S. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis; Ed. Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_ *Não Há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_ *O Poder do Atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Ed. Huicitec, 1994.

\_\_\_\_\_ "A questão agrária brasileira e papel do MST". In. STÉDILE, J. P., (org.). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

MALUF, R. "A Produção de Alimentos depende de Reforma Agrária". *Anais da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar*. Brasília, 1995

MEC/INEP. *Plano Nacional de Educação*. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília, 1998.

- MEDEIROS, L. S. (org) *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*, São Paulo, Ed. Unesp, 1994.
- MIRAD/INCRA. Estatuto da Terra. Lei 4.504, de 30/11/1964. Brasília, 1986.
- MIRAGAYA, J. e OLIVEIRA, G. P. *O Impacto da Reforma Agrária no Desenvolvimento da Região de Brasília*. IPEA, Brasília, 1996.
- MORAES, R. C. C. *Atividades de Pesquisa e Produção de Texto*. Campinas, IFCH, Unicamp, Textos Didáticos, nº 33, agosto, 1998.
- MOLLO, M. L. R. *Planejamento Econômico e Intervenção Governamental: Rediscussão à Luz do Processo de Globalização*. Brasília, UnB, mimeo, 1996.
- MST - Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. *Cadernos de Formação*, nº 11. São Paulo, MST, 1986.
- \_\_\_\_\_ Construir o Sindicalismo pela Base. *Cadernos de Formação*, nº 14. São Paulo, MST, 1987.
- \_\_\_\_\_ Plano Nacional do MST - 1989 a 1993. *Cadernos de Formação*, nº 17. São Paulo, MST, 1989.
- \_\_\_\_\_ A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. *Caderno de Formação* nº 20, São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_ O MST e a Luta pela Terra. *Teoria e Debate*. São Paulo, nº 24, mar/abr/mai.,1994.
- \_\_\_\_\_ Programa de Reforma Agrária. *Cadernos de Formação* nº 23. São Paulo, MST, 1995.
- NORDER, L. A. C. *Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado)

- PACHECO, M. E. L. "O Joio e o Trigo na defesa da Reforma Agrária" In. *Revista Proposta*, julho, nº 57, 1993.
- PALMEIRA, M. *Modernização, Estado e Questão Agrária*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1989.
- \_\_\_\_\_ "Burocracia, Política e Reforma Agrária". MEDEIROS, L. et all. (org). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Ed. Unesp, 1994.
- RAPCHAN, E. S. *De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, 1993. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado)
- ROCHA, L. A. *Modernização e Diferenciação Social - O Caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD-DF*. Porto Alegre, UFRGS, 1992. (Dissertação de Mestrado)
- ROMEIRO, A. "Reforma Agrária e Distribuição de Renda". In. *Reforma Agrária*. Revista da ABRA, Campinas. nº 1, vol. 21, jan/abr., p. 4-22, 1991.
- ROMEIRO, A. et. all. (org); *Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda - O Relatório da FAO em Debate*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- ROMEIRO, A. "Renda e Empregos: a Viabilidade e o Sentido da Reforma Agrária", In. ROMEIRO, A. et. all. (org.), op. cit., 1994.
- RUA, M. G. *Algumas Considerações Sobre Política e Políticas Públicas*. Brasília, UnB, mimeo, 1996.
- SAMPAIO, P.A. "A Reforma Agrária na virada do século". In. *Reforma Agrária Séries Debates*. Campinas, nº 1, v. 1, abr., p. 64-68, 1993.
- \_\_\_\_\_ "Reforma Agrária e Projeto de Construção Nacional". In. *Revista Sem Terra*. São Paulo, ano 1 jul/ago/set., 1997.

SANTANA, E. "A Miséria e a Questão Agrária". In. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 24, mar/abr/mai., p. 46-48, 1994.

SCHMIDT, B. V. et all. (org.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 1998.

Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. *Plano Emergencial de Exploração para os Assentamentos do Distrito Federal*. Plano de Plantio 97/98, Brasília, Governo do Distrito Federal, set., 1997.

\_\_\_\_\_ *Plano Executivo de Política Fundiária e de Assentamento em Terras Públicas para o Distrito Federal e Região do Entorno*. Brasília, Governo do Distrito Federal, jun., 1996.

\_\_\_\_\_ *Ante Projeto Técnico para implantação do Assentamento Três Conquistas - Paranoá-DF*. Brasília, Governo do Distrito Federal, jun., 1997.

\_\_\_\_\_ *Projeto de Desenvolvimento Rural para o Assentamento Três Conquistas*. Brasília, Governo do Distrito Federal, jul., 1998.

SILVA, J. G. *O Debate em Torno da Proposta do 1º PNRA da Nova República*. Explicações Necessárias. Publicação do MIRAD/INCRA. Brasília, Ago., 1985.

\_\_\_\_\_ "Princípios Constitucionais Básicos da Reforma Agrária". *XI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*, Belém, 1986.

\_\_\_\_\_ *Caindo Por Terra - Crises da Reforma Agrária na Nova República*, São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987.

\_\_\_\_\_ *Buraco Negro - A Reforma Agrária na Constituinte*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_ *Reforma Agrária e Desenvolvimento*, Escola de Governo, São Paulo, Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Brasileiro, 1991. mimeo.

\_\_\_\_\_ *A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio*. Campinas, Ed. ABRA, 1996.

- SINGER, Paul. *Os Sem Trabalho*. Jornal Folha de São Paulo, Tendências e Debates, p.3, 1997.
- STÉDILE, J. P. “*Questão Agrária no Brasil*”. São Paulo, Ed. Atual, 1997.
- STÉDILE, J. P. (Coord). “*A Questão Agrária Hoje*”. Rio Grande do Sul, Ed. UFRGS, 1994.
- STÉDILE, J. P. “O MST e a Questão Agrária”. In. *Estudos Avançados*, Revista da USP, vol 2, nº 31, set/dez., p. 69-97, 1997.
- TAVARES, M. C. e GOMES, G. *Modernidade Neo-Liberal e Desemprego*. Brasília, mimeo, 1997.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo. Ed. Cortez. Autores Associados. 1992.
- VEIGA, J. E. “Fundamentos do Agro-Reformismo”. In. *Lua Nova*, São Paulo, nº 23, mar., 1991.
- \_\_\_\_\_ “Corrigir o Foco da Política Agrícola”. In. *Teoria e Debate*. São Paulo, nº 24, mar/abr/mai., p. 61-63, 1994.
- \_\_\_\_\_ *Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a Experiência Brasileira*. Brasília, 20p, 1998.
- VOCABULÁRIO AGRÁRIO. Assunção, C. (org) Ed. Open Englis House. Curitiba, 1994.
- WANDERLEY, M. N. B. *A Questão Agrária na Atualidade: Quem é o Agente do Progresso?* Rio de Janeiro, PIPSA, 10p., 1990. mimeo.
- \_\_\_\_\_ *Agricultura Familiar no Brasil: Um Espaço em Construção* In: Reforma Agrária, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, nº 2 e 3, p. 37-57, mai/dez., 1995.
- \_\_\_\_\_ . *A modernização sob o Comando da Terra*. Campinas, 26p., 1995, mimeo

## ANEXOS

1. Modelo da entrevista realizada com os trabalhadores do Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	150
2. Relação dos beneficiários com concessão provisória de uso no Assentamento Três Conquistas - Paranoá - DF.....	152
3. Tabelas de 11 a 16.....	155
4. Lei nº 1572, de 2/06/97 que cria o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, do Distrito Federal.....	158
5. Lei nº 1825, de 03/01/98 que institui o Programa de Verticalização da Reforma Agrária do Distrito Federal - PROVE, cria incentivos e estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA.....	160

## ANEXO 1

Roteiro para entrevista com os assentados em Três Conquistas, Paranoá - DF.

### 1) Identificação do entrevistado

Nome:

Estado Civil:

Idade:

Profissão:

Nível de Escolaridade:

Religião:

### 2) Composição da família

Nome	Situação	Idade	Profissão

### 3) Trajetória pessoal

Origem:

Processos de migração (cidades e estados):

Experiências na cidade (moradia e trabalho):

Ocupações anteriores ( na cidade e no campo; períodos de desemprego)

### 4) A luta pela Terra (sua participação):

Como conheceu o MST? Há quanto tempo está no movimento?

O que o fez aderir ao MST? Mesmo sabendo das dificuldades, porque se propôs a participar?  
(maior motivação)

Como foi a fase de luta pela terra? Qual o momento mais difícil?

Quem da família estava com você?

Que outros atores apoiavam o MST na época da ocupação?

## 5) A organização da área

### 5.1) Produção

O que já plantou até agora?

Como está sendo organizada a produção?

Qual o destino destes produtos? (gastos com a família, venda, troca)

Como vai ser distribuído o resultado da produção?

### 5.2) O trabalho da família

Quem da família participa do trabalho no assentamento?

<b>Nome</b>	<b>Período</b>	<b>O que faz</b>

Quem da família trabalha fora do assentamento?

<b>Nome</b>	<b>Período</b>	<b>O que faz</b>

## 6) Representações e projetos

### 6.1) Família

O que é mais importante para o Senhor. Que seus filhos estudem ou ajudem no trabalho? E para as filhas?

Que profissão o Senhor gostaria que eles/elas tivessem?

Qual a profissão que eles querem ter?

O Senhor imagina que eles possam conseguir estes objetivos?

## 7) Propriedade da terra

7.1) Qual a importância da terra para você?

É importante ser proprietário da terra?

Porque? Qual a vantagem de ser proprietário?

O que a terra significa para você? Projetos futuros? Subsistência?

Se o Senhor pudesse deixaria esta terra de herança para sua família?

O que seria melhor: vender a terra para ajudar seus filhos a estudarem ou encontrarem trabalho fora, ou manter a terra de herança?

7.2) O que é mais importante para o senhor, agora.

**ANEXO 2**

**RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM CONCESSÃO PROVISÓRIA DE USO  
NO ASSENTAMENTO TRÊS CONQUISTAS/PARANOÁ-DF**

Ord.	BENEFICIÁRIO	LOTE	Nº PROCESSO FZDF
25	RAIMUNDO CÂNDIDO SILVA	36	073.002.465/97
26	JOÃO TAVARES DE SOUSA	29	073.001.054/97
01	JOSEFA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES	35	073.001.342/97
27	VALMIR MOTA DE OLIVEIRA	02	073.000.265/98
28	DOMINGOS RODRIGUES NUNES	03	073.001.049/97
02	MARIA DA C. FERREIRA DO NASCIMENTO	01	073.001.377/97
03	IVANILDE MARIA FRANÇA FERREIRA	04	073.001.072/97
29	AÉCIO MARQUES DA SILVA	05	073.001.064/97
30	MILTON RODRIGUES DA SILVA	06	073.000.869/97
31	ADROALDO ANTÔNIO DE SOUZA	08	073.001.052/97
32	RAIMUNDO ROCHA DA SILVA	07	073.001.059/97
04	DAMIANA FERREIRA MIRANDA	4	073.001.068/97
33	GERALDO SANTOS DE SOUZA	32	073.000.956/97
34	JOÃO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	11	073.001.060/97
35	EDVALDO RIBEIRO DO CARMO	12	073.001.376/97
05	ELICE APARECIDA TRIACCA	13	073.001.050/97
36	GIVAL GUSTAVO DOS ANJOS	14	073.001.337/97
06	ROSENEIDE MARTINS DE OLIVEIRA	15	073.001.053/97
37	JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	16	073.001.338/97
07	ELIENE MORAIS DO NASCIMENTO	17	073.001.063/97
38	GABRIEL DE JESUS	18	073.000.164/98
39	VALDECY FERREIRA SOARES	19	073.001.071/97
40	ANTÔNIO LISBOA DA SILVA	20	073.001.077/97
08	TERESA TEIXEIRA LIMA	22	073.001073/97
41	ZEZITO JOSÉ DA SILVA	23	073.001.055/97
09	MARINALVA ALVES PEREIRA	21	073.002.466/97
42	JOSÉ ALONSO RODRIGUES DA SILVA	24	073.001.051/97
43	CARLOS FERREIRA BARBOSA JUNIOR	25	073.001.339/97
44	ANTÔNIO DE JESUS CALAZANS	37	073.001334/97
10	DAMIANA ALMEIDA DOS SANTOS	27	073.001.070/97
45	JOSÉ MARIA MOREIRA AIRES	28	073.001768/97
46	MANOEL XAVIER DE MIRANDA	30	073.001.340/97
47	BENONE MARQUES TEIXEIRA	31	073.001.066/97
48	JOVINO RODRIGUES CORREA	10	073.001.076/97
49	NESTOR SEIFERT	34	073.001.347/97
50	ANTÔNIO BAZÍLIO REIS	63	073.001.057/97
11	MARIA RAMOS CAMARGOS	62	073.001.079/97
12	LÚCIMAR FERREIRA DOS SANTOS	61	073.000.078/98
51	RAIMUNDO APARECIDO GONÇALVES DOS SANTOS	59	073.002.467/97
13	MARIA DE FÁTIMA FARIAS	60	073.001.056/97
14	MARIA DE LOURDES DA SILVA	57	073.002.181/97
15	ELIZETE DE SOUSA SANTOS	58	073.001.375/97
16	ANAZI DE JESUS	55	073.002.179/97
52	EDMAR DA SILVA RABELO	56	073.001.344/97

53	JULIO FERREIRA LIMA	53	073.001.075/97
17	RAYMUNDA ALMEIDA FONSECA	54	073.000.077/98
54	JOSÉ NERES DE ALMEIDA	51	073.001.074/97
55	LUIZ GONZAGA DE FARIAS	52	073.001.058/97
18	ALICA CLARA DA COSTA	49	073.001.336/97
56	AILTON FRANCISCO DOS SANTOS	50	073.002.545/97
19	SAVIANA FRANCISCA DE ALMEIDA	47	073.002.182/97
20	DIONAR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA	48	073.001.080/97
57	ANTONILTON DE JESUS DA CONCEIÇÃO	45	073.002.177/97
58	LORIVAL LESSE	46	073.002.178/97
59	MANOEL TELXEIRA PRIMO	44	073.000.163/98
60	JOAQUIM PEREIRA ALCÂNTRA	43	073.001.078/97
61	FRANCISCO FERREIRA ROCHA	41	073.001.067/97
62	MARIANO CARDOSO DOS SANTOS	42	073.001.344/97
21	MARINALVA PEREIRA DOMINGUES	39	073.003.160/97
22	MARIA DOMINGAS RIBEIRO DOS SANTOS	40	073.000.162/98 073.002.749/97
23	EDVANIA SANTOS SILVA	38	073.002.180/97
63	JOVECI DE SOUZA RAMOS	33	073.001.065/97
24	REJAMES TELXEIRA LIMA	26	073.002.183/97
64	ANTÔNIO PEREIRA LIMA	64	073.000.879/97

## ANEXO 2

Tabela 11. Percentual por Faixa Etária dos Chefes de Famílias no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	%
21 - 30	09	07	16	25,0
31 - 40	14	08	22	34,4
41 - 50	06	03	09	14,0
51 - 60	09	06	15	23,4
> 61	-	01	01	1,6
Não Declarou	-	01	01	1,6

Tabela 12. Percentual por Faixa Etária de Homens e Mulheres no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF

Faixa Etária	Nº de Homens	(%)	Nº de Mulheres	(%)	Total	(%)
< 10	35	13,0	36	13,3	71	26,3
11 a 15	23	8,5	21	7,8	44	16,3
16 a 20	15	5,5	17	6,3	32	11,8
21 a 30	19	7,0	17	6,3	36	13,3
31 a 40	18	6,7	08	3,0	26	9,7
41 a 50	07	2,6	02	0,7	09	3,3
51 a 60	10	3,7	06	2,2	16	5,9
61 <	01	0,4	03	1,1	04	1,5
Não Declarou	10	3,7	22	8,1	32	11,8
Total	138	51,1	132	48,9	270	100

Tabela 13. Percentual do Estado Civil dos Chefes de Famílias Homens e Mulheres no Assentamento Três Conquistas, Paranoá - DF.

Estado Civil	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	(%)
Casado	17	44,7	10	38,5	27	42,2
Amasiado	06	15,8	03	11,5	09	14,1
Solteiro	12	31,6	06	23,1	18	28,1
Separado	02	5,3	04	15,4	06	9,4
Viúvo	01	2,6	03	11,5	04	6,2
Total	38	100	26	100	64	100

Tabela 14. Características da Estrutura Familiar dos Assentados em Três Conquistas, Paranoá - DF.

Famílias	Nº Famílias	Nº Filhos	Média
Casados	27	133	4,9
Amasiados	09	21	2,3
Solteiros	18	23	1,3
Separados	06	26	4,3
Viúvos	04	06	1,5

Tabela 15. Região de Origem dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

Região	Homem	Mulher	Total	(%)
NE	22	18	40	62,5
CO	06	05	11	17,2
SE	07	02	09	14,1
S	02	01	03	4,7
N	01	0	01	1,6

Tabela 16. Região de Última Procedência dos Assentados no Três Conquistas, Paranoá - DF.

Região	Homem	Mulher	Total	(%)
NE	17	16	33	51,6
SE	10	02	12	18,8
CO	06	05	11	17,2
N	02	02	04	6,3
S	01	01	02	3,1
Não Declarou	02	-	02	3,1

## ANEXO 4

Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1997

Cria o Programa de Assentamento de Trabalhadores de Assentamento Rurais - PRAT e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado no Distrito Federal o Programa de Assentamento do Trabalhadores Rurais - PRAT, de interesse social, conforme a legislação vigente

Art. 2º O PRAT contará com um Conselho de Política de Assentamento Rural, no âmbito da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com as seguintes atribuições:

- I – indicar os bens imóveis a serem destinados ao PRAT;
- II – propor ao Poder Executivo as normas para seleção dos trabalhadores a serem beneficiados pelo programa com vistas a edição da regulamentação desta Lei;
- III – acompanhar a execução do PRAT;
- IV – definir o cronograma de implementação do PRAT;
- V – deliberar sobre as ações a serem desenvolvidas pelo PRAT;
- VI – aprovar a plano de ação, ocupação e uso das terras destinadas aos assentamentos.

Art. 3º O Conselho de que trata o artigo anterior terá a seguinte composição

- I – três representantes do Poder Executivo indicados pelo Governador do Distrito Federal;
- II – três representantes dos trabalhadores rurais sem-terra indicados por fórum de entidades agrárias no Distrito Federal;
- III – um representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Secção do Distrito Federal;
- IV – um representante indicado pelo Poder Legislativo.

§ 1º - A cada conselheiro titular corresponderá um suplente, indicado da mesma forma que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º - Os conselheiros terão mandato de dois anos, permitida uma recondução

- A participação no conselho não é remunerada e é considerada de relevante interesse público.

Art. 4º O conselho elaborará seu regimento interno

Art. 5º A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal providenciará todos os meios e a infraestrutura necessários ao funcionamento do conselho.

Art. 6º A formulação das ações do PRAT obedecerá as seguintes etapas:

I – planejamento;

II – seleção de benefícios;

III – estágio probatório;

IV – outorga da concessão de uso.

Art. 7º Outros serviços de interesse público voltados ao desenvolvimento das atividades do produtor serão permitidos no PRAT, incluída a fabricação de artefatos de cerâmica e cimento.

Art. 8º Os recursos necessários a implantação do PRAT serão oriundos do orçamento do Distrito Federal.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições contrário.

## ANEXO 5

Lei nº 1.825 de 13 de janeiro de 1998.

Institui o Programa de Verticalização da Pequena produção Agrícola do Distrito Federal – PROVE, cria incentivos e estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Verticalização da Pequena produção Agrícola do Distrito Federal – PROVE.

Art. 2º - O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal baseia-se na parceria entre instituições governamentais, organizações não governamentais, pequeno produtores rurais e suas organizações.

Art. 3º - Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal tem como objetivo inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, com incentivos à produção e ao processamento dos produtos *in natura* de origem animal e vegetal, de modo a agregar maior valor à produção, aumentar a renda familiar e gerar empregos.

§ 1º - Considera-se pequeno produtor rural, para efeitos desta Lei, aquele que atenda simultaneamente aos seguintes requisitos:

I – explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro arrendatário ou parceiro;

II – tenha mão-de-obra contratada em número inferior ao somatório da mão-de-obra familiar;

III – não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais de terras agricultáveis;

IV – tenha oitenta por cento, no mínimo da renda bruta anual proveniente da produção agropecuária ou extrativa;

V – resida na propriedade rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo

§ 2º - O PROVE será desenvolvido por meio da Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA

Art. 4º À Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA, estabelecerá no Distrito Federal fica assegurado o tratamento simplificado e diferenciado nos campos tributários, crédito e da organização social e econômica da produção e comercialização dos produtos agroindustriais, bem como no atendimento às normas de licenciamento ambiental e às demais exigências legais para funcionamento.

Parágrafo único – A UFPA fica enquadrada no regime tributário simplificado instituído pela Lei nº 1431, de 20 de maio de 1997, desde que atenda aos seguintes requisitos:

I – seja participante do PROVE;

II – esteja sediada em zona rural remanescente do Distrito Federal;

III – tenha como atividade econômica e processamento da produção agroindustrial;

IV – produza no mínimo cinquenta por cento da matéria-prima utilizada na unidade agroindustrial;

V – tenha a receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

VI – seja constituída de uma família ou de um grupo de famílias.

Art. 5º - Os pequenos produtores rurais do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal organizados em associações ou cooperativas serão beneficiários do programa tanto individual como coletivamente.

Art. 6º - Fica criada na Secretaria de Agricultura a secretaria executiva do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal, com a atribuição de administrar e gerenciar o programa em conformidade com a regulamentação a ser expedida por alto do Secretário de Agricultura.